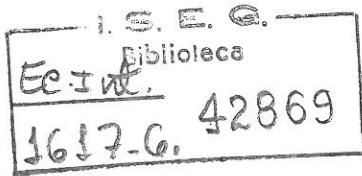


UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO



HC394.5.C44
A94
1995



TESE DE Mestrado em Economia Internacional

ANÁLISE DOS EFEITOS DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA NO SISTEMA PRODUTIVO PORTUGUÊS

Maria de Fátima Simões Castro Azevedo

sob a orientação do Professor Doutor António Espinho Romão

Junho de 1995

RESUMO



A integração económica de Portugal na Comunidade Europeia requer um considerável esforço por parte das estruturas nacionais. A ausência de competitividade e a falta de sectores produtores de equipamento atrasam um verdadeiro desenvolvimento social.

A adesão, em 1986, às CE representou um verdadeiro desafio para os agentes económicos portugueses. Esta dissertação pretende identificar a dimensão e o alcance das mudanças estruturais no sistema produtivo português. Assenta em cinco capítulos, cada um debatendo as principais variáveis que influenciam a evolução da indústria: comércio externo, investimento directo estrangeiro, vantagens competitivas e, finalmente, os determinantes da inserção internacional de Portugal: como é que Portugal pode tornar-se um competidor pertinente entre os parceiros comunitários.

Este processo é necessariamente longo mas para um país que, durante anos, viveu em autarcia, a aceleração da abertura externa representa o primeiro passo para obrigar as estruturas industriais a reagir desde que queiram sobreviver num Mundo caracterizado por uma concorrência crescente e onde a inovação tecnológica e a flexibilidade da oferta são os meios para vencer. A adopção de adequadas políticas de recursos humanos, ciência e tecnologia, regional podem ajudar a modificar a concepção dos empresários acerca das formas de gestão.



ABSTRACT

The Portugal economic integration on the European Community requires a great effort for the Portuguese national structures. The absent of competitiveness and the lack of high technological production sectors delays a real social development.

The entrance, at 1986, on the EC represented a really contest for the Portuguese economic agents. This paper tries to identify the dimension and extension of the structural changes on the productive Portuguese system. It relies on five chapters, each of them discussing the main subjects that implies with the industrial economic evolution: foreign trade, foreign direct investment, international advantages and, specially the determinants of the Portuguese international integration: how can Portugal become a interesting competitor among the European partners.

This process is necessarily long, but for a country that during several decades lived in autarchy, the acceleration of foreign openness represents the very first step to oblige the industrial structures to reply as so as they want to survive in a world characterised by a greatest concurrence and where the innovation capacity and production flexibility are the means to win. The adoption of adequate human resources, science and technology, regional poles policies can help to modify the entrepreneur conception about of how to run an enterprise.

O Progresso não é senão
a realização de Utopias,

Oscar Wilde

Introdução

A adesão de Portugal às Comunidades Europeias, independentemente das reacções positivas ou negativas que provocou entre os agentes económicos ao longo do período de negociação, consumou-se em 1986.

Os fundamentos básicos da adesão foram de índole distinta mas complementar.

Um motivo essencialmente **político**, subjacente à necessidade de afirmar Portugal no Mundo como um regime de democracia representativa. Uma segunda necessidade, de natureza **estrutural**, associada à definição de um novo modelo de integração internacional, dotado na capacidade de ultrapassar as dificuldades lançadas pela crise mundial, pela descolonização e pela saturação do modelo da EFTA (European Free Trade Association).

Os efeitos provocados por estes fenómenos favoreciam uma crescente aproximação às CE. Senão, vejamos:

A adesão do Reino Unido à CEE, em 1973, minava os alicerces da EFTA. Não nos podemos esquecer que a zona de comércio livre, criada em 1959 com Portugal entre os membros fundadores, foi uma reacção clara do Reino Unido aos propósitos mais profundos do Tratado de Roma que deu origem à CEE. A **quebra de importância da EFTA**, especialmente atendendo ao facto de os britânicos serem o principal parceiro económico de Portugal, e o subsequente acordo comercial com a CEE, em 1972, indiciava uma aproximação óbvia.

O segundo factor — a **crise económica mundial** que se prolongou de 1973 a 1984 — traduzido no regresso do proteccionismo e à insegurança das trocas propiciava uma estratégia mais profunda nos objectivos de integração internacional, por parte de Portugal. A **descolonização** e a **democratização** conjugaram-se numa viragem secular: Portugal perdia o pilar africano na sua posição face ao exterior e, simultaneamente, entrava num período de total transformação dos pressupostos políticos, que permitam cumprir uma condição necessária a garantir o estatuto de membro comunitário.

A proximidade temporal dos fenómenos de democratização das sociedades grega, espanhola e portuguesa foi outro dos factores decisivos na concretização dos pedidos de adesão.

Com a **integração europeia**, Portugal procurava realizar cinco grandes objectivos: consolidar mercados, obter uma ligação directa ao centro da economia europeia, revalorizar o seu papel na economia mundial e aproveitar os benefícios do binómio integração-desenvolvimento.

Os resultados esperados da integração colavam-se às experiências conhecidas:

A **aceleração do processo de internacionalização** de forma a assegurar uma definitiva inserção da economia portuguesa nos centros de decisão global, seja a nível da organização da produção, seja a nível de circulação de pessoas ou de movimentos de capital corresponderia ao fim de um ciclo de "insularidade" económica.

O **reverso da medalha** seria **tridimensional**: a criação de laços de dependência no que refere aos centros de decisão; a dependência da estratégia de desenvolvimento do país face à evolução do próprio processo de integração europeia, com os inerentes avanços e recuos e, fundamentalmente, o estabelecimento de uma necessidade profunda de reorganizar as estruturas internas.

O grande desafio da reestruturação interna colocado pela adesão às Comunidades Europeias é o objecto deste trabalho.

O *Economist*, em Maio de 1988, num survey dedicado a Portugal, com o título curioso de "*Portugal: the discovery of Europe*", traçavam-se dois cenários não menos curiosos: «O país pode utilizar os capitais disponíveis para se transformar numa pequena Califórnia da Europa, caracterizada por uma agricultura semi-exótica, serviços e indústria ligeira, com reforço do valor acrescentado no produto ou, apanhada numa longa tradição de dependência pode caminha à deriva. Apesar de Portugal poder vir a ser sempre um receptor líquido de fundos comunitários, pode acabar como uma permanente colónia dentro da Europa».

O impacte da adesão europeia sobre o sistema produtivo é indiscutível. Resta saber a dimensão, a intensidade e rapidez da reacção das estruturas àquele "choque".

As primeiras fases de desenvolvimento industrial da economia portuguesa ocorreram num contexto de semi-autarcia, com efectivas protecções alfandegárias. Além deste cenário de protecção, a economia portuguesa sempre se caracterizou por um forte intervencionismo político, quer de forma directa sobre a economia, quer traduzido em decisões políticas que pretendiam regular as relações económicas numa perspectiva interna. As alterações políticas verificadas nos anos 70 se tiveram repercussões no regime de produção dos meios de produção, na organização económica e nas relações económicas, não tiveram efeitos visíveis na coesão do aparelho produtivo.

Como conclui Ernâni Lopes numa reflexão de 1988, «a estrutura produtiva deste contexto estratégico tradicional só por acaso corresponderia às necessidades de um novo contexto em que a economia aberta impede as práticas proteccionistas, em que a regra da competitividade impede a artificialização continuada das relações económicas, em que a mobilidade dos factores retira conteúdo nacionalista às actividades económicas e em que as condições de especialização se passam a definir no grande mercado europeu. É da comparação entre uma estrutura produtiva tradicional, fechada com uma estrutura moderna, de economia aberta que decorre a estratégia de reorganização"

A elaboração deste trabalho visa analisar os efeitos da adesão na reorganização do sistema produtivo português no sentido de provar como a evolução da economia portuguesa é dependente do exterior.

Coloca-se, então, um primeiro imperativo metodológico para avançar com este trabalho: separar as águas. Com vista a analisar as mudanças estruturais da economia portuguesa subjacentes à integração europeia, impõe-se uma **partição temporal** elementar. Só se pode analisar os efeitos se soubermos o que existe antes. Assim, vamos numa primeira parte retratar a economia portuguesa em 1985.

Recorrendo a um estudo efectuado pelo Banco Exterior Espanhol, em 1986, que visava apurar os efeitos da adesão de Portugal e Espanha à CEE, podemos perspectivar a situação da economia portuguesa no período pré-adesão: «Portugal apresenta, em suma, um perfil de especialização próprio de um país que está a iniciar um processo de diversificação industrial cuja maior debilidade se concentra nos sectores de matérias primas e bens de equipamento assim como algumas manufacturas como os produtos siderometalúrgicos. Pelo contrário, a sua competitividade reside nos sectores manufactureiros com baixo conteúdo tecnológicos».

Na certeza deste facto, interessa avaliar o alcance e resultados das medidas de ajustamento entretanto adoptadas para inverter o padrão de especialização da economia e para suportar os custos económicos e sociais que essa própria reconversão promove, no limiar de um mercado único europeu e na consolidação de um rumo dirigido à construção de união económica e monetária entre os doze países membros da Comunidade Europeia.

1. Justificação da escolha do tema

A teoria da integração económica é o exemplo acabado da interdependência entre a evolução teórica e a realidade. Na verdade, as mais recentes correntes teóricas que visam dar um contributo à compreensão dos fenómenos da integração assentam na experiência prática da Comunidade Europeia, com os respectivos avanços e recuos em termos da real integração dos países membros.

Esta afirmação permite-me evidenciar um conceito primordial para prosseguir o projecto a que me proponho: distinguir adesão de integração.

Se é verdade que a economia portuguesa se tornou membro efectivo da Comunidade em 1986, o mesmo não implica que mesmo passados oito anos se fale em integração plena. Isto provoca dois tipos de observações: por um lado, o carácter necessariamente **gradual** de qualquer processo de integração a que não alheia a própria construção europeia. Por outro lado, e no caso específico da economia portuguesa, detectar as condicionantes

impostas pela aproximação de uma unidade fraca (Portugal) a uma unidade forte (a CEE) e que segundo vários autores conduz sempre à conjugação da perda de autonomia e da perda de consistência interna por parte da primeira. Semelhante ao velho princípio de Peter...

A complexidade crescente do processo de integração europeu, subjacente ao último alargamento, e o fim do ciclo de crescimento que atravessou a maioria dos membros comunitários na década de 80 ditou uma paragem prática nos avanços qualitativos visando uma união económica.

Na certeza de que os problemas diferentes que condicionam as políticas económicas dos Doze são de ordem estrutural justifica-se uma abordagem teórica que pretenda levantar no caso específico da economia portuguesa as mudanças estruturais que foram ou não implementadas no sentido de facilitar o difícil caminho da coesão económica e social.

2. Objecto da dissertação

O objecto deste trabalho é amplo e complexo: a estrutura da economia portuguesa.

Numa perspectiva dinâmica e tendo em vista a restrição progressiva do objecto de trabalho em torno do sistema produtivo, verificamos que nas últimas décadas assistiu-se a uma mudança do **proteccionismo e regulação estatal dos anos 50** com um leque de indústrias limitado (têxteis, cortiça, bebidas, metalurgia, minas e químicas) à **diversificação e crescimento dos anos 60** numa estratégia de substituição de importações e aproveitamento dos dependentes mercados coloniais. Se estes dois ciclos económicos pautaram-se por uma estabilidade política inerente a um regime ditatorial, a década de 70 marcou outras variáveis rígidas na economia portuguesa: a forte instabilidade política enquanto principal obstáculo à actuação de uma política económica que vise a eliminação dos estrangulamentos que tolhem o desenvolvimento equilibrado e sustentado da economia.

Além de restringirmos o objecto de estudo à estrutura produtiva da economia nacional, importa limitar em termos temporais a nossa análise.

Apesar de o desenvolvimento do trabalho se alicerçar no período pós-86, optamos por uma partição mais abrangente: um primeiro grande período entre 1978 e 1985 visando prioritariamente uma descrição da estrutura económica portuguesa que enfrenta a integração num espaço comunitário e de acordo com os mecanismos internos de evolução subdividimos esse grande período em dois: **78-83**, onde se detecta a degradação da *performance* externa da economia, evidenciando a dívida crescente a terceiros inerente a uma progressiva, apesar de não planeada, inserção da economia portuguesa na economia internacional e **83-85**, que resume a adopção de medidas concretas de estabilização

macroeconómica no âmbito de um programa patrocinado pela multilateral instituição das Nações Unidas: o Fundo Monetário Internacional. Um segundo grande período envolve os anos de **86-91**, marcado pela alteração estruturante colocada pela estabilidade governamental, independentemente das características politico-ideológicas. Além desse dado novo do Portugal pós-revolucionário, e no campo estritamente económico, urge avaliar o accionamento de instrumentos no âmbito da gradual liberalização dos mercados, com uma abertura crescente da economia ao exterior, seja na esfera comercial seja na esfera financeira com especial incidência na invasão do capital estrangeiro e no peso ascendente do sector privado, possível pela implementação de um programa de reprivatizações. Esta dinâmica interna é indissociável da necessária preparação a nível comunitário da realização do Mercado Único Europeu, num primeiro passo, e da convergência nominal, real e estrutural com vista à redução da *décalage* que persiste com os parceiros comunitários, num segundo passo.

Finalmente, decidi incluir um terceiro período de **91-94**, que evidencia o fim do ciclo de crescimento económico iniciado em 86, à semelhança dos restantes países europeus, ainda que com incidência e intensidade distintas. Por outro lado, conjugando a dupla dialéctica economia-política, este período lança um novo dado: a mesma governação sujeita a condicionantes económicas mais adversas.

3. Objectivos da dissertação

« A coincidência de um governo pró-reforma e privatizações e o acesso a substanciais fundos comunitários tornou possível a implementação de mudanças estruturais». Esta afirmação de David Corkill é no mínimo interessante, na medida em que adverte para um fenómeno —os fundos comunitários— cuja contribuição para o desempenho favorável das variáveis-objectivo de qualquer programa de política económica (produto, saldo externo, inflação) terá sido determinante.

Os grandes eixos de desenvolvimento deste trabalho pretendem atingir dois grandes objectivos:

- a nível sistema produtivo: qual a evolução do sistema produtivo português em termos de autonomia e coesão interna, apontando para as principais mutações, caso existam, no âmbito do padrão de especialização, o papel do investimento estrangeiro e inserção na economia internacional.

- a nível sectorial/regional: verificar quais os sectores estratégicos emergentes do choque imposto pela integração num espaço de 350 milhões de consumidores, num

mercado único catalisador da progressiva liberalização que coloca novos comportamentos empresariais no sentido de valorizar a gestão de recursos humanos e naturais, a qualidade e inovação dos produtos e coloca problemas de assimetrias regionais e sectoriais só possíveis de ultrapassar pela articulação e coordenação nacionais e supra-nacionais no sentido de não perpetuar uma Europa a várias velocidades.

A economia portuguesa tem vindo a consolidar, por uma série de factores que me disponho a enunciar no trabalho, um reforço da orientação para a produção de bens de consumo, assistindo-se simultaneamente a uma degradação da autonomia e da consistência interna do aparelho produtivo.

Neste contexto, tentarei responder a uma questão-base: como e para onde vai a economia portuguesa?

4. Hipótese central de trabalho

Perante esta questão central, a minha dissertação visa discutir uma tese elementar: **a economia portuguesa tende a reforçar a sua condição de economia virada para a produção de bens de consumo e, já no período pós-adesão, de alguns bens intermédios, alimentada por um síndrome da subsidiação, com um aparelho produtivo averso à mudança, o que converge para uma situação de dependência em relação à evolução das economias externas.**

5. Bases teóricas

As análises dominantes neste tipo de abordagem dirigem-se fundamentalmente para questões político-ideológicas e sectoriais/regionais.

As bases teóricas que sustentam este trabalho são essencialmente a dois níveis:

- a análise da dinâmica externa: conjugando as novas teorias do comércio internacional, evidenciando o contributo de Porter no sentido de enfatizar o binómio produtividade-competitividade, apurar o estado da economia portuguesa. Quais as razões das dificuldades em apostar em novos sectores e porque se teima em preservar sectores e empresas sem futuro competitivo. Trata-se, afinal de saber se há cabimento em Portugal para uma articulação dos três subsistemas: empresa, sector, nação ou se no caso português, na ausência de um real diagnóstico e planeamento a médio prazo, há fundamentalmente e apenas empresas competitivas?

A este nível será objecto de análise o perfil das empresas exportadoras. Partindo do princípio que o comportamento das empresas no mercado externo é complexo, na medida

em que as interacções são inúmeras, torna-se necessário o recurso a modelos que visem a compreensão dos mecanismos que regulam quer a empresa quer as suas relações com o exterior.

A análise sistemática permite uma apreciação global, ao identificar fluxos — *input* e *output*— e explicar como os *inputs* são transformados em *output*. A nível da estrutura interna, podemos distinguir três ordens de dimensões: funcional, estrutural e finalizada consoante se associe aos processos, órgãos e relações e o projecto. A forma como as estruturas interna e externa se articulam determinam diferentes formas de organização.

Determinar as características **funcionais** das empresas exportadoras passa pela fixação de indicadores de *performance*: volume de negócios (velocidade, massa e efectividade— avaliar previsões e realizações—) e quota de mercado (concentração geográfica, rotação de países/clientes). É que se evidenciam dois tipos de exportadores: os «voadores» que se caracterizam pela dispersão geográfica e os «enraizados» que adoptam uma postura em torno da concentração geográfica. Em termos concretos, se a dispersão geográfica faz com que as capacidades de resposta e assistência sejam reduzidas, limitando o esforço de volume de vendas em cada mercado, a mesma possibilita uma minimização do risco político e financeiro.

Na perspectiva **estrutural** importa anuir uma consideração sobre os sistemas comercial, financeiro e administrativo. As *características comerciais* dependem não só da organização comercial, mas também do «marketing-mix». O êxito de uma estratégia de exportação passa pela combinação optimizante do produto-preço-distribuição-promoção/publicidade. Surgem questões como: a empresa deve exportar o mesmo produto sem alterações ou vender o mesmo produto com um posicionamento diferente ou ainda adaptar o produto ao mercado de destino? (produto); determinar o preço externo em função do custo de produção ou preços de mercado? (preço); canais de distribuição assentes em redes de agentes, empresas de comercialização de um produto conexo ou implantação de filial? (distribuição); adoptar uma política promocional através de um serviço pós-venda e/ou considerar casos concretos de cada negócio?(promoção/publicidade).

A nível da organização, ela poderá ser integrada , isto é, o mercado externo é tratado da mesma forma que o mercado nacional; especializada, onde a gestão das posições externas estão sob o pelouro de um serviço de exportação; existência de uma divisão internacional por zona geográfica e/ou produto; a não existência de qualquer organização específica para a exportação.

A gestão do risco é a pedra basilar da articulação sistema financeiro-estratégias de exportação. É importante a empresa questionar quais as legislações específicas em cada mercado e as características cambiais, pelo que se pode optar pelo pagamento em moeda

nacional (não aconselhável nos PVD's), por uma cláusula de indexação no contrato, pela cobertura das transacções comerciais contraindo empréstimos em divisas junto do banco e procedendo ao câmbio imediato ou ainda efectuando o reembolso no momento de pagamento dos produtos exportados.

Os apoios financeiros à internacionalização das empresas portuguesas inserem-se precisamente nesta perspectiva de redução do risco. Seguros de crédito à exportação e de investimento começaram a ser disponibilizados (PAIEP—Programa de Apoio à Internacionalização das Empresas Portuguesas) no início de 1992, bem como linhas de crédito específicas para exportadores, mas a concessão das bonificações está dependente da própria disciplina financeira interna das empresas, nomeadamente no que refere às dívidas à Segurança Social, o que exclui desde logo a maioria dos candidatos.

No âmbito das características **teológicas ou finalizadas**, o vector das opções estratégicas assume uma importância fulcral. Em cada exportação existe um par produto/mercado, ao qual corresponde uma estratégia própria. Há que distinguir duas situações:

- A internacionalização como medida estratégica para desenvolver vantagens competitivas no negócio actual;
- A internacionalização para explorar uma oportunidade de negócio num mercado externo.

O que diferencia as duas perspectivas é o tipo de indústria onde a empresa concorre, pelo que em linhas gerais podem considerar-se três tipos de sectores: **Sectores Policêntricos, Sectores Globais e Sectores Etnocêntricos.**

A fraca internacionalização das empresas portuguesas é normalmente justificada por factores como a reduzida dimensão das empresas, custo de capital excessivamente elevado e a ausência de apoio governamental e infra-estrutural. Mas, no caso de pequenas e médias empresas italianas da área da Lombardia e Veneto, com actividades em sectores tradicionais (calçado, couro, têxtil, rochas ornamentais e artigos de papelaria) e noutros sectores como a construção de máquinas e produtos alimentares tentam o acesso directo em mercados longínquos do mercado interno como o japonês, o alemão e americano e demonstram que a rede de protecção institucional-financeira não é elemento que impeça um bom desempenho externo.

- *a análise da dinâmica interna*: recorrendo a uma base múltipla de contributos para a teoria da integração económica e evidenciando três perspectivas de **convergência** —nominal, real e **estrutural**— compreender as insuficiências dos resultados até agora alcançados.

A teoria da integração económica, durante muito tempo mergulhada no raciocínio

neoclássico reduzindo-a à integração dos mercados e procurando estabelecer níveis de integração, foi enriquecida com duas formas de abordagem parciais, mas importantes. Introduziu-se o conceito de que a integração associa-se a um compromisso dos diferentes estados visando a unificação das políticas económicas e a outro nível, a influência da transnacionalização do capital assente nas estratégias das multinacionais e a aliança destas com os Estados nacionais.

António Romão¹ alerta para que "o verdadeiro problema para compreender a actual tendência para a integração económica não se situa a nível das multinacionais propriamente ditas, mas a esse nível como forma dominante da produção capitalista, tornando-se um instrumento privilegiado para operar uma integração de novos espaços económicos e sociais: as firmas multinacionais são, simultaneamente, um produto do processo de internacionalização, e o agente mais activo que força à transnacionalização da produção".

Neste contexto, o processo de ajustamento preconizado para Portugal rege-se naturalmente por medidas acordadas com as instâncias comunitárias. O relatório Delors, enquanto súmula da primeira etapa de construção de uma união económica visa "uma maior convergência dos comportamentos económicos através do fortalecimento da coordenação de políticas económicas e monetárias no quadro institucional vigente".

A ideia de convergência incorpora variantes conforme a sua incidência. Se a estabilização de preços é fundamental não é objectivo único, mas antes uma plataforma necessária para alcançar o desenvolvimento.

A problemática em torno da convergência nominal consiste não no debate acerca da imperatividade de estabilização de níveis relativos dos preços mas na distribuição dos custos sociais inerentes ao «arrefecimento» das economias e dos perigos emergentes da «colagem» a ciclos políticos.

O alicerce ideológico da união europeia reside na conjugação de esforços para assegurar a prosperidade económica e progresso social. Transpondo para o manancial teórico, manifesta-se uma orientação no sentido da paridade dos poderes de compra entre os cidadãos europeus. Essa convergência real pressupõe, na prática, um ritmo de crescimento dos países menos desenvolvidos da Comunidade superior à média e aí colocam-se dois tipos de problemas:

A renúncia dos instrumentos taxa de câmbio e de juro e a perda parcial dos instrumentos orçamentais diminui o leque de alternativas viáveis à concretização da coesão económica e social. A acomodação da variabilidade regional é possível ou pela mobilidade de factores

¹ in "Portugal face à CEE: uma avaliação global do processo de integração económica - 1960/1980-2", Livros Horizonte, 1983

ou pela existência de um orçamento federal.²

As assimetrias entre os Doze têm suscitado o apelo a uma convergência estrutural, conceito que reveste a influência da especialização produtiva, necessariamente concertada e eficiente na Comunidade, visando a criação de comércio e reforço da posição europeia no quadro das trocas internacionais.

No plano europeu, verifica-se uma estrutura industrial diversificada e um grau de especialização intra-industrial nos países do *centro* e de natureza inter-industrial na *periferia*. No caso português, é inalienável o **trade-off** entre o nível médio de salários e a competitividade da estrutura industrial, uma vez que um acréscimo da massa salarial pode acarretar perda de competitividade, mas a manutenção de um diferencial pode facilitar a desertificação e descapitalização humana. A engrenagem tecnologia-recursos humanos- produtividade assume um papel de relevo na busca de um lugar de destaque na vanguarda da indústria europeia.

Aí introduz-se a necessidade de apressar a coerência do sistema produtivo português colada a uma convergência de comportamentos e racionalidades. A comunhão de horizontes exige a capacidade para promover programas de apoio à execução de tarefas indispensáveis à superação das metas definidas. O desenvolvimento económico concebido à luz do Homem, como vem apregoando o Banco Mundial, é uma mudança de racionalidade que enfatiza o papel dos recursos humanos altamente especializados na obtenção de vantagens competitivas, charneira indispensável num cenário de complexidade alucinante nas relações económicas internacionais. A interiorização desta necessidade permite ultrapassar o dogma que o progresso tecnológico gera desemprego. Ao invés, a permanente revolução técnica deve funcionar como meio de criar excedentes para aumentar a capacidade produtiva e sequencialmente a capacidade de absorção, espinha dorsal de um crescimento sustentável.

Compreender a dinâmica da integração económica, particularizando as prioridades de convergência, resume-se à tentativa do estreitamento das disparidades económicas e sociais entre os parceiros comunitários. No rescaldo de Maastricht, proclamava-se o ajustamento tendo por «objectivo não a média, mas os melhores. Espera-se que prevaleça o bom senso e não haja necessidade de recorrer ao *doping*».³

Num quadro teórico, as trajectórias de regulação das economias e a afectação dos

² argumento normalmente avançado pelos defensores de uma rápida concretização da União Política como forma de estancar fenómenos dramáticos de desertificação humana e exclusão social. Segundo estes autores, caminhar rapidamente para uma União Política significa criar condições para um efectivo orçamento federal, evitando uma acomodação da variabilidade regional através da mobilidade de factores, como se manifesta por exemplo nos Estados Unidos da América, onde o nível de integração real dos diferentes Estados acaba por ser consideravelmente maior e facilitada por um reduzido grau de heterogeneidade de níveis de desenvolvimento económico

³ Azevedo, Fátima, in « Os caminhos cruzados da construção europeia », 1992, pg.17

instrumentos aos objectivos associam-se tradicionalmente aos princípios de Mundell e de Meade. Segundo Mundell, cada instrumento deve ser afectado ao controlo do objectivo em relação ao qual detém uma maior eficácia relativa, o que comporta uma classificação eficiente dos mercados, baseando-se na identificação de uma vantagem relativa dos diferentes instrumentos em relação aos diferentes objectivos. O contributo de Mundell é importante enquanto critério tendente à minimização das perturbações causadas pelo simples efeito que a manipulação de um instrumento tem influência em todas as variáveis objectivo e não apenas naquela que se pretende alterar. Como na realidade o espaço supera um universo de dois instrumentos e dois objectivos, surge uma resposta teórica de Meade que promove uma regra complementar de afectação com base num princípio de descentralização da manipulação dos instrumentos e responsabilização na realização dos objectivos.

O que Meade propõe é que cada vez instrumento deve ser colocado à disposição de uma autoridade particular com a responsabilidade de alcançar tanto quanto possível a realização de um objectivo específico.

A reformulação de todo o esquema de elaboração da política económica, num contexto de reforçada integração económica de espaços nacionais, prende-se não só com o problema de afectação de instrumentos — progressivamente mais restritos —, mas com a questão da sequência de medidas a tomar para alcançar metas.

6. Metodologia

A metodologia para provar a hipótese central de trabalho, ou seja, a economia portuguesa tem acentuado o seu carácter de uma pequena economia aberta ao exterior, com um sistema produtivo essencialmente especializado na produção de bens de consumo, cuja procura internacional tende a desacelerar, e com progressiva perda de autonomia e consistência interna, segue três linhas de orientação: por um lado, a **perspectiva cronológica** — breve resenha da evolução da estrutura económica portuguesa desde finais dos anos 70—, alertando para marcos que ditaram inflexões na economia; por outro, a **perspectiva da oferta** — evolução do padrão de especialização, poupança, investimento e financiamento da economia, correlacionando com uma **perspectiva da procura** — inserção de Portugal na economia internacional e reflexos no comércio externo.

O rumo deste trabalho consagra quatro ordens de análise:

- partindo de uma descrição do estado da economia portuguesa no período pré-adesão, discutir **consequências no funcionamento interno do aparelho produtivo,**

particularizando a evolução dos sectores tradicionalmente chave- têxteis, construção e reparação naval, cerâmica, pasta de papel, vinhos, pescas, turismo— e sectores potencialmente emergentes do impacto da adesão — banca e mercados financeiros, componentes automóveis, energia;

- extrapolar **alterações na autonomia do sistema produtivo português em relação ao exterior**: o papel do investimento estrangeiro, padrão de especialização, grau de abertura ao exterior. Afinal, verificar que os sectores-chave da economia estão na mão do capital estrangeiro e que as perspectivas de internacionalização de empresas portuguesas resumem-se a declarações de intenção, ainda que com algumas excepções;

- **perspectivar o futuro**, tendo por cenário a construção de uma união política e as consequências previsíveis para a economia portuguesa.

7. As etapas da dissertação

Numa introdução que aponta sucintamente as razões que modelam a dissertação, perfazem-se os caminhos metodológicos que perfilam quatro capítulos inseridos em duas partes distintas:

Numa primeira parte, essencialmente descritiva, e tendo por objecto o período pré-adesão, os dois capítulos distinguem-se por um critério que visa separar a dinâmica interna e externa. Assim, o **primeiro capítulo** incide sobre a estrutura da economia portuguesa no limiar de 1986. Uma economia virada para o consumo, quase refeita do imperativo estabilização e confrontada com o enorme desafio de integração num espaço amplo, caracterizado por uma forte componente concorrencial num lema microeconómico: vencer entre os campeões. Num **segundo capítulo** pretende-se levantar os estrangulamentos que impõem um processo de ajustamento como resposta à insuficiência de desenvolvimento face aos parceiros europeus.

Na segunda parte do trabalho, incidindo sobre o período pós-adesão, procede-se propriamente ao desenvolvimento metodológico que permita atingir os objectivos a que me proponho:

Como e para onde vai a economia portuguesa?

Num **terceiro capítulo**, enquadra-se Portugal na economia internacional, destacando a evolução do comércio externo e os reflexos na manutenção do padrão de especialização.

Num **quarto capítulo** far-se-á uma avaliação da evolução da oferta, evidenciando as

dependências do aparelho produtivo, as premências de competitividade, o papel do capital estrangeiro e a articulação da economia real e financeira.

Num **quinto capítulo** efectua-se uma síntese, acautelando a *análise sectorial, regional e da inserção da economia nacional na divisão internacional do trabalho*, enfatizando o fenómeno da competitividade, enquanto conceito fundamental na tomada de decisões estratégicas. A discussão dos eixos da construção da competitividade portuguesa passa pela avaliação de dois dos seus pilares: as estruturas empresariais e as políticas públicas — Ciência e Tecnologia, Recursos Humanos, Educação, Saúde e Ambiente — no sentido de compreender os desafios que ainda se colocam e que impõem pistas de investigação que, por sua vez, limitam naturalmente as conclusões gerais deste estudo que pretendem sintetizar e sistematizar o que é que mudou na economia portuguesa desde 1986.

PARTE 1

Capítulo I

O caminho da Economia Portuguesa até 1985

João Ferreira do Amaral¹ descrevia a situação da economia portuguesa, nas vésperas da adesão às Comunidades Europeias, da seguinte maneira: «A entrada na CE, em 1986, ocorrendo já numa situação de equilíbrio das principais variáveis macroeconómicas e num contexto externo favorável, verificou-se sem choque e permitiu à economia portuguesa encetar um processo consistente de modernização e desenvolvimento da sua base socioprodutiva».

Esta afirmação solicita a análise de dois aspectos particulares. Por um lado o "já numa situação de equilíbrio" aponta para um esforço recente (à data) de ajustamento das contas externas. Por outro, "encetar um processo ... de modernização e desenvolvimento da base socioprodutiva" remete-nos para o principal desafio colocado pela adesão comunitária.

Neste capítulo, a preocupação centra-se numa abordagem histórica da economia portuguesa até à adesão, passando por uma breve resenha dos marcos de industrialização da nossa economia, de acordo com a partição temporal proposta. Assim, faz-se uma análise do "modelo" económico desenvolvido até 1973 (secção 1.1), seguida da necessária avaliação das alterações mais importantes na perspectiva do desenvolvimento global. O segundo período analisado, de 1973 a 1985 (secção 1.2), remete para o período de transformação política de 1974-75 e as mudanças da realidade económica até às vésperas da adesão comunitária para, finalmente, abordar os estrangulamentos persistentes na base produtiva, no capítulo seguinte, no sentido de proceder a algumas conclusões sobre os factores estruturantes da economia portuguesa.

1.1 Os marcos de industrialização I: (1950-1973)

A orientação para o mercado interno é uma característica intemporal da economia portuguesa. O produto industrial português cresceu fundamentalmente a vender para o mercado interno, complementado pelas exportações e pela substituição de importações, respectivamente, em grau de importância. João Cravinho² (VER QUADRO 1.1), em 1982, sistematizou as fontes de crescimento do produto industrial, concluindo que o papel da procura interna foi, de facto, predominante, ainda que Portugal seja uma economia aberta.

¹ Amaral, João Ferreira in Portugal Moderno, 1991

² Cravinho, João, 1982

Denota-se, nalguns sectores, a tendência para uma orientação fundamentalmente exportadora. Os têxteis, vestuário e calçado, a madeira, cortiça e mobiliário, o papel e a construção e reparação naval tende, ao longo dos três períodos analisados, a assentar nas exportações as origens da respectiva produção.

Quadro 1.1:

**As origens do produto industrial:
de 1959 a 1964...**

	PROCURA FINAL	EXPORTAÇÕES	SUBST. DE IMPORTAÇÕES
Alimentação, bebidas e tabaco	90	-3	4
Têxteis	70	46	-5
Vestuário e Calçado	6	29	4
Madeiras, cortiças e mobiliário	80	39	1
Papel	34	38	23
Prod. Químicos	67	37	-3
Petróleo e carvão	107	-8	18
Minerais não metálicos	99	17	8
Metalurgia de base	63	20	33
Construção e rep.naval	746	-66	-204
Diversos	259	41	-39
Indústria	85	17	1
<i>fonte: João Cravinho, 1982</i>			
<i>Unidade: percentagem</i>			

...de 1964 a 1970...

	PROCURA FINAL	EXPORTAÇÕES	SUBST. DE IMPORTAÇÕES
Alimentação, bebidas e tabaco	68	21	-1
Têxteis	-18	75	6
Vestuário e Calçado	78	24	-3
Madeiras, cortiças e mobiliário	72	55	-8
Papel	20	69	-6
Prod. Químicos	65	34	8
Petróleo e carvão	42	55	-3
Minerais não metálicos	46	26	18
Metalurgia de base	62	38	2
Construção e rep.naval	41	71	-8
Diversos	57	27	1
Indústria	71	21	1
<i>Fonte: Cravinho</i>			
<i>Unidade: percentagem</i>			

...de 1970 a 1974

	PROCURA FINAL	EXPORTAÇÕES	SUBST. DE IMPORTAÇÕES
Alimentação, bebidas e tabaco	117	16	-25
Têxteis	52	81	-19
Vestuário e Calçado	44	80	-17
Madeiras, cortiças e mobiliário	57	65	-5
Papel	48	64	-2
Prod. Químicos	103	59	-46
Petróleo e carvão	55	17	19
Minerais não metálicos	101	11	-1
Metalurgia de base	140	54	-92
Construção e rep.naval	40	93	-9
Diversos	84	16	0
Indústria	94	23	-11

Fonte: Cravinho
Unidade: percentagem

Pedro Lains, em estudo sobre a industrialização em Portugal³, salienta que o produto industrial cresceu mais rapidamente entre 1923 e 1930, reduzindo-se no período seguinte, entre 1937 e 1952. A partir de 1952, regista-se um período de acentuado crescimento industrial, que se prolongou até 1973.

Nesses quinze anos, a adesão à EFTA terá assumido particular importância na evolução da economia portuguesa, marcando o relativo fim da autarcia económica.

O comportamento do sector dos serviços é inverso ao da indústria: nos períodos de expansão industrial, os serviços retraíam-se, crescendo quando a indústria regredia. No entanto, este comportamento não significa uma hegemonia da indústria. Apenas em 1963 a indústria ultrapassou o produto gerado pela actividade agrícola e, apesar do rápido crescimento obtido até 1973, o crescimento do produto industrial foi insuficiente para ultrapassar o produto gerado pelos serviços.

A industrialização pode ser definida, em sentido lato, como o aumento do peso da indústria transformadora no PIB, no emprego e no stock de capital de uma economia.

Simon Kuznets⁴ sintetiza as características da indústria moderna como o aumento da parte da indústria no produto gerado e no trabalho e capital utilizados; na tendência da indústria para estabelecimentos de grande escala, o que exige o desenvolvimento de centros urbanos e uma infra-estrutura a nível nacional; e o crescimento não homogéneo da

³ Lains, Pedro, in "O Estado e a industrialização em Portugal", Análise Social nº128, 4ª série vol. XXIX 1994

⁴ Kuznets, Simon, in "Postwar economic growth", 1965

indústria: em cada período alguns sectores crescem mais depressa do que outros e, em períodos distintos, os sectores industriais têm taxas de crescimento superiores.

Ora, perante estes factores, verifica-se que nos finais da década de 50 se inicia um período de aumentos sistemáticos das taxas de crescimento do produto per capita, que persiste até 1973. Crescimento que foi acompanhado por uma industrialização acentuada: ao longo dos anos 60, o peso da indústria transformadora na população activa passa de 21 para 27% e no PIB de 29 para 34%⁵.

O peso da agricultura no PIB diminuiu mais rapidamente, a uma taxa média anual de 7%, mas o seu peso no emprego reduziu-se de forma mais lenta.

João César das Neves⁶ designa o período de 1959 a 1973 como a "idade de ouro" do crescimento português, baseado no facto de a produtividade do capital acompanhar o comportamento do PIB, sendo o grande motor do crescimento, enquanto a produtividade do trabalho assumir apenas alguma importância, após 1966.

As razões para apelidar aquele período de "idade de ouro" são, segundo Neves, o crescimento, a redução do peso da agricultura e a abertura ao comércio, o que leva o autor a concluir que «de 1958 a 1973 foi criada a nova estrutura da economia portuguesa. O produto quase triplicou nesses quinze anos. A agricultura que contribuiu em 34% do PIB e ocupava 43% da população em 1958, encontrava-se com uma participação de 16% e 34%, respectivamente, em 1973. A abertura ao comércio externo subiu de 41 para 56% do PIB».

Três factores que se traduziam numa forte modificação sectorial. A indústria transformadora reforçava a maior fatia, aliada aos serviços e construção que, juntos, representavam 42% do PIB, 43% do capital e 34% do emprego, em 1973.

Este primeiro grande período, considerado por Macedo, Corado e Porto⁷, como de "liberalização ambígua" na «longa transição para a CE», caracterizou-se por um fenómeno que condicionava fortemente a dinâmica externa da economia. É que parte significativa dos ganhos do processo de crescimento da década de 60 foi canalizada para o financiamento do esforço de guerra.

Os ritmos de crescimento do produto foram importantes: uma média de 6%, durante a década de 60, e 8,75% nos primeiros quatro anos da década de 70⁸.

Mesmo assim, os condicionamentos internos de origem económica conjugaram-se para que o padrão de especialização que se prolongaria para as décadas seguintes fosse alicerçado em vantagens comparativas assentes nos recursos naturais e ao baixo nível de qualificação da mão de obra.

⁵ Confraria, João e Monteiro, Manuel Leite, in *Industrialização e desindustrialização*, estudo nº.117 da UCP

⁶ Neves, João César in "O crescimento económico português", *Análise Social* nº128, 4ª série vol. XXIX 1994

⁷ Macedo, Jorge, Corado, Cristina e Porto, Manuel Lopes, in "The timing and sequencing of trade liberalization policies: Portugal 1948-1986", Working Paper nº114, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Abril 1988

⁸ Amaral, João Ferreira in *Portugal Moderno*, 1991

A integração na EFTA favoreceu um desmantelamento parcial dos mecanismos de protecção económica, resultando num forte aumento das exportações de bens industriais e a penetração do capital estrangeiro em indústrias viradas para o mercado externo e fortemente utilizadoras de mão de obra não qualificada. O investimento estrangeiro era também seduzido pela abundância de recursos naturais, em especial os de floresta, e, naturalmente pelos incentivos e facilidades disponibilizados.

Estavam reunidas as condições para vingar um perfil de especialização internacional comandado do exterior e em desarticulação com o aparelho produtivo existente.

O ano de 1973 marcou uma alteração fundamental para compreender o fenómeno de industrialização em Portugal: a redução da participação dos sectores de indústrias básicas e de maior utilização intensiva do capital no produto industrial. A partir dessa data, assiste-se a um tendencial aumento do contributo de sectores como os têxteis, alimentação, bebidas e tabaco, pasta e papel e a uma redução gradual do peso dos sectores químico, produtos metálicos e material de transporte, ou seja, os anos 70 marcaram um reforço da especialização industrial em bens de consumo.

As máximas do modelo adoptado pelo Estado Novo foram vernaculamente sintetizadas por Pereira de Moura⁹: «vender caro e em quantidade para o mercado interno, desde que este fique liberto da concorrência...pode-se vender bem para os mercados externos se os preços e os custos forem baixos».

1.2 Os marcos da Industrialização II: 1974-1985

O acordo de 1972 com a CEE funcionou como um sinal de mudança na forma de abordagem da política económica. Tratava-se de conseguir para as empresas a competitividade que não tinham e projectar a economia como instrumento de internacionalização dos grupos económicos.

No ano de 1974 viriam a registar-se alterações profundas no regime político, na sequência da Revolução dos Cravos, de Abril. As principais mudanças subjacentes ao 25 de Abril foram no âmbito do estatuto de propriedade dos meios de produção (com o surto de nacionalizações), no âmbito das formas de gestão (com o surgimento de múltiplas cooperativas e da auto-gestão), no âmbito das relações de trabalho, com a ascensão do papel dos sindicatos na negociação (leia-se reivindicação) dos salários e no âmbito do papel dos preços.

As principais mutações institucionais provocadas pela Revolução de Abril podem desagregar-se, assim, em 5 grandes vectores:

- **Nacionalizações.**

As nacionalizações tinham subjacentes dois objectivos primordiais: por um lado, a destruição dos principais grupos económico-financeiros e, por outro, a centralização

⁹ Moura, Francisco Pereira, in "Por onde vai a economia portuguesa," 1973

nas mãos do Estado dos sectores-chave da economia portuguesa. Foram nacionalizadas 244 empresas¹⁰ que incluíam-se, sobretudo, nos sectores da banca e seguros, electricidade, gás e água, transportes, sectores industriais de base como as refinarias de petróleo, petroquímica, siderurgia, adubeira, cimentos, e nos ramos da cerveja, tabaco, estaleiros navais e celulose.

O processo de nacionalizações saldou-se em "factos consumados pelas forças político-sociais dominantes do momento, não tendo obedecido a nenhum plano consciente e previamente elaborado"¹¹ e foi desencadeado empresa a empresa e não sector a sector, o que originou a nacionalização indirecta de muitas empresas.

- **Reforma Agrária.**

A forma de exploração das superfícies agrícolas do Alentejo, assente no latifúndio, que sustentou durante largos anos fortes assimetrias sociais entre os proprietários e trabalhadores agrícolas foi um dos pilares da economia postos em causa com a ocupação de terras que iria desencadear num processo de "reforma agrária". O problema residia no facto de esse movimento se ter desenvolvido "completamente à margem de qualquer projecto delineado pelo poder político, tendo a sua cobertura legal apenas surgido já na fase final do processo, altura em que se determinou a expropriação e nacionalização de todas as explorações agrícolas com áreas superiores a 500 hectares"¹²

- **Movimento sindical, cooperativas e auto-gestão.**

Uma das alterações subjacentes à revolução de Abril foi a dinamização de um movimento sindical (protagonizado pela CGTP) no sentido de reivindicar os direitos dos trabalhadores para melhores condições de vida e de trabalho. Na sequência surgiram inúmeras formas de organização em auto-gestão e de cooperativas. Em 1976, existiam em Portugal cerca de 2700 cooperativas e 1200 organizações em auto-gestão¹³.

- **Mecanismos de protecção social.**

Em 1975, institucionalizavam-se, em Portugal, vários mecanismos embrionários de um sistema de protecção social dos trabalhadores: salário mínimo nacional, revisão da lei dos despedimentos, aumento das reformas e pensões sociais, limitação administrativa da subida dos preços de alguns bens essenciais.

- **Eliminação do Condicionamento Industrial.**

A Lei do Condicionamento Industrial que submeteu, durante o período do Estado Novo, a instalação de novas empresas industriais num determinado sector a uma autorização das autoridades públicas, foi abolida.

¹⁰ Leão, Emanuel Reis, "Das transformações revolucionárias à dinâmica europeia", in Portugal Contemporâneo, direcção de António Reis, pgs. 173-224, edições Alfa, 1992

¹¹ Ibidem, pág. 175

¹² ibidem

¹³ ibidem

A economia portuguesa apresentava-se assim, nos anos de 1974 e 1975, perante um contexto fortemente condicionado pelo choque petrolífero de 1973, que abalou o Mundo, e pela revolução interna de 1974. A principal novidade resultante dessa dialéctica foi a estagflação. Em 1973, o produto tinha crescido 11,2% e a inflação 7,8%. Em 1974, a inflação disparou para os 27,9%, a par de uma brusca travagem do crescimento do produto (1,1%). No ano seguinte, a inflação abrandava relativamente para os 20,5%, mas o produto decrescia em 4,3%.

A evolução do produto nestes dois anos — primeiro abrandamento e depois queda — deveu-se fundamentalmente à desorganização da produção e à quebra verificada na procura agregada.

As exportações caíram 12 e 14%, em 1974 e 1975, respectivamente, devido, por um lado, a um factor externo traduzido na recessão dos países industrializados, e à descolonização que, sendo um factor intrínseco à sociedade portuguesa, ditou a perda de um dos principais mercados de escoamento dos produtos portugueses que eram as "ex-colónias".

As importações, que tinham aumentado 8,3% em 1973, sofreram reduções de 7,7 e 12,3%, respectivamente em 1974 e 1975. Este comportamento terá sido função de uma perda de confiança dos investidores, da crise do sector exportador e do aumento dos custos de produção, por sua vez determinados pelo aumento dos salários nominais e do aumento do preço do petróleo. A Balança de Transacções Correntes (BTC) ressentia-se, com um agravamento do saldo em percentagem do produto — 3, 6 e 5,5%, em 1973, 74 e 75, respectivamente — que se explica pela redução das exportações, das receitas de turismo, das remessas dos emigrantes e do aumento das saídas de capitais.

Perante as pressões existentes, quer do lado da procura, quer do lado da oferta, a inflação disparou. Do lado da oferta, a principal mudança associava-se ao aumento dos custos de produção, essencialmente provocado pelo aumento dos salários e pelo aumento do preço do petróleo. Do lado da procura, assistiu-se a um forte aumento do consumo, fruto do aumento dos salários, das reformas e pensões sociais.

Quadro 1.2:

Taxas de variação reais dos principais agregados, 1976-1979

	1976	1977	1978	1979
Consumo Privado	4,30%	1,60%	-2,00%	0,30%
Consumo Público	7,00%	9,30%	4,40%	8,80%
Investimento	0,10%	12,30%	7,10%	-0,09%
Exportações	-0,80%	4,30%	12,90%	29,70%
Importações	6,20%	9,80%	-1,60%	9,60%
Produto Interno Bruto	6,20%	4,80%	3,40%	6,60%
Inflação (IPC)	18,20%	27,30%	22,10%	24,20%
Salários/Rendiment o	67,60%	61,50%	57,70%	56,50%
Saldo da BTC (%PIB)	-8,20%	-9,20%	-4,40%	-0,20%
Desemprego	6,70%	7,90%	8,40%	8,10%
Salários Reais	-1,50%	-9,00%	-4,90%	-5,20%
Taxa de desvalorização do escudo	9,10%	20,80%	19,60%	15,30%

Unidade:
percentagem
Fonte: Banco de
Portugal

O comportamento das variáveis macroeconómicas ressentiu-se, naturalmente, dos efeitos daquelas alterações. Assim, nos finais dos anos 70, surgiu, pela primeira vez, o fenómeno da inflação. As causas não foram só de origem interna (políticas de elevada taxa de juro, depreciação do escudo e excesso de procura), mas também de origem externa, associadas ao choque petrolífero de 73, à forte valorização do dólar e a entradas maciças de capital.

Questionando o padrão e a evolução de uma pequena economia aberta e semi-desenvolvida como a portuguesa no período de 72 a 85, Courakis e Roque¹⁴ concluíam que o padrão de comércio reflectia duas características básicas: por um lado, "uma vantagem comparativa em bens de indústrias intensivos em mão de obra não especializada e/ou elevados valores de adaptação tecnológica", conjugados com "uma desvantagem comparativa em produtos de indústrias intensivas em mão de obra qualificada e/ou com economias de escala".

¹⁴ Courakis e Roque, in "Comparative advantage and structural change in the portuguese pattern of trade in manufactures", 1988

O que se detecta na evolução da economia portuguesa é que a transformação estrutural é muito lenta. Há uma tendência para o aumento do peso dos serviços no PIB e no emprego, ao mesmo tempo que emerge o problema do desemprego¹⁵.

"A composição sectorial da indústria transformadora continuou, neste período, a exibir, em termos globais, as tendências do período anterior. O sector têxtil continuou a aumentar a sua importância, tornando-se o sector mais importante em termos de valor acrescentado. Os ramos de alimentação, bebidas e tabaco, madeira, mobiliário e papel perdem peso, não se determinando nenhuma tendência dominante nos restantes¹⁶.

A letargia económica, característica deste período, justifica-se parcialmente pela acentuada "desorganização e descapitalização das estruturas empresariais, pelo completo desmantelamento dos seus centros de racionalidade, pela concentração no Estado dos principais centros de decisão com relevância estratégica e funcional na economia, pela concentração da especialização em sectores tradicionais e, em geral, pelo agravamento das condições de artificialização da economia num contexto de economia fechada"¹⁷.

Em 1976, o produto retomava o crescimento (6,2%), impulsionado pelo fim das perturbações nas empresas e na economia em geral; pela recuperação da confiança dos investidores; pelos apoios financeiros no sentido de permitir a viabilização de empresas em dificuldades; pela freio colocado à subida dos salários reais e pela forte expansão do consumo privado (4,3%) e do consumo público (7%) (VER QUADRO 1.2).

Esta retoma assente na procura, nomeadamente na variável consumo, tinha por reverso o agravamento do défice da BTC. Para a deterioração das contas externas encontramos três motivos fundamentais: a desvalorização do escudo, não acompanhada por um aumento das taxas de juro, factor que reforçou a fuga de capitais; o aumento do produto que provocou um idêntico aumento das importações (6,2%) e a redução das exportações pela manutenção da falta de competitividade dos produtos nacionais.

O ano de 1977 caracterizar-se-ia por um sucessivo agravamento do défice da BTC que tornaria premente uma viragem nos objectivos da política económica, concedendo prioridade ao controlo das contas externas. Seria em 1977 que se institucionalizaria, em Agosto, o regime de *crawling-peg* (desvalorização deslizante do escudo) que levaria a que o escudo desvalorizasse 20,8% nesse ano. O produto, por seu lado, mantinha uma forte taxa de crescimento (4,8%), em virtude da reposição (artificial) da competitividade externa, que permitia o arranque das exportações, e do aumento da procura interna — o investimento cresceu 12,3% e as despesas públicas 9,3%.

Face à insuficiência resposta da oferta ao aumento exponencial da procura interna, rapidamente as contas externas desequilibraram-se, ao ponto de, em 1978, ser necessária

¹⁵ Confraria, João e Monteiro, Manuel Leite, in "Industrialização e desindustrialização, aspectos descritivos da transformação da estrutura de produção em Portugal durante o século XX", estudo nº 117 da Universidade Católica Portuguesa, Departamento de Economia, 1988

¹⁶ ibidem

¹⁷ Lopes, Ernâni e outros, in "O desafio dos anos 90", editorial Presença, 1989

a intervenção do FMI para a implementação de um programa de estabilização. Em 1974, a procura excedia em 17% o PIB e, com as medidas estabilizadoras, o excesso baixava para os 10%. O recurso às importações (que representavam 31% do PIB em 73 e 42% em 1980), numa conjuntura de apreciação do dólar, em nada favoreceu a nossa balança comercial. Paralelamente, o dinamismo das exportações sustentava-se na política cambial. Mesmo assim, a cobertura das exportações ficava-se pelos 49 e 55%, em 1976 e 1977, respectivamente, nas vésperas da adopção do programa do FMI.

O principal objectivo do programa de estabilização do FMI era, naturalmente, a redução do défice da BTC (VER ANEXO- FIGURA A). A necessidade de atenuar as consequências, a nível social, da política de austeridade em curso, conduziu a um aumento das transferências para o sector privado, nomeadamente o aumento das pensões sociais e do subsídio de desemprego, impediu que fosse possível concretizar uma contracção significativa das despesas públicas.

A verdade é que as medidas postas em prática resultaram perfeitamente no âmbito da superação dos objectivos previamente definidos; conseguiu-se reequilibrar a BTC, sem negligenciar o crescimento económico, a contenção do fenómeno de desemprego e o controlo da inflação. A BTC passou de um défice de 1 500 mil milhões de dólares, em 1977, para uma situação de quase equilíbrio, em 1979 (défice de 52 milhões de dólares). O ritmo de crescimento do produto atingia, em 1979, 6,6%, assentando, essencialmente, numa espectacular explosão do sector exportador: aumentos de 12,9 e 29,7%, em 1979 e 1980. As razões para este dinamismo das exportações resultam de três factores: os benefícios retirados, em termos de competitividade, da quebra dos salários reais e da desvalorização do escudo; a reanimação das economias internacionais, sobretudo dos tradicionais mercados clientes dos produtos portugueses; e, o aumento de utilização da capacidade de produção dos sectores orientados para a exportação. Para esta evolução do produto contribuiu ainda o aumento das despesas públicas face a uma estagnação da procura interna privada — desaceleração do investimento, em virtude das altas taxas de juro praticadas, e quebra do consumo privado, alicerçada na perda dos salários reais.

Este final de década, marcado pelo esforço de saneamento das contas externas, evidenciava a importância das exportações, das remessas dos emigrantes e da contenção das importações na obtenção de um equilíbrio na balança de transacções correntes.

No âmbito da organização do sistema produtivo, verifica-se um crescendo dos serviços (que representavam 53% do PIB, em 1977, para 57%, em 1985), a manutenção do produto industrial em termos de participação no PIB (36% em 1977 e 38% em 1985) e a perda de importância da agricultura.

Por tudo isto, se conclui que, a competitividade das empresas e produtos portugueses se baseou na exploração dos recursos naturais e da mão de obra não qualificada.

A entrada na década de 80 coincidia com uma (nova) alteração dos objectivos de política económica. Uma vez alcançado o equilíbrio externo, a prioridade era, então, concedida ao

combate à inflação e ao relançamento do investimento, da actividade produtiva e do emprego.

Os resultados eram satisfatórios: em 1980, o produto crescia 4,1% (VER QUADRO 1.3), quer pelo acréscimo do investimento privado, fruto de um conjunto de incentivos financeiros e fiscais, quer do investimento público. Além da variável investimento, os aumentos do consumo privado (3,3%), do consumo público (3,6%) e das exportações (6,1%) contribuíram para a manutenção das taxas de crescimento do produto.

Quadro 1.3:

Taxas de variação reais dos principais agregados 1980-1982

	1980	1981	1982
Consumo Privado	3,20%	1,90%	2,20%
Consumo Público	3,60%	2,80%	2,80%
Investimento	10,30%	5,10%	2,90%
Exportações	6,10%	-3,00%	6,00%
Importações	11,80%	3,70%	5,40%
Produto Interno Bruto	4,10%	0,50%	3,20%
Inflação (IPC)	16,60%	20,00%	22,40%
Salários/Rendimento	59,60%	62,10%	60,50%
Saldo da BTC (% PIB)	-5,10%	-11,70%	-13,50%
Desemprego	7,90%	7,60%	7,60%
Salários Reais	6,70%	-0,30%	-2,50%
Taxa de desvalorização do escudo	3,40%	4,90%	12,00%

Unidade: percentagem
Fonte: Banco de Portugal

Denotava-se, novamente, uma situação de desequilíbrio com o exterior: as importações aumentaram 11,8% (face a 9,6% em 1979) e as exportações desaceleraram o crescimento, com um aumento de 6,1% (face aos 29,7% de 1979).

Esta situação de evolução inversa das variáveis externas acentuar-se-ia nos dois anos seguintes. Uma análise em valor acentua os desfasamentos: a nível externo, as subidas da cotação do dólar, das taxas de juro internacional e do preço do petróleo provocavam, obviamente, um empolamento do valor das importações. Na esfera interna, condicionada por um contexto de seca, a oferta não foi capaz de responder, provocando a subida das importações.

As exportações, por outro lado, sofriam os efeitos do choque petrolífero nas economias dos países industrializados quer através da natural contracção da procura quer através (das menos naturais) práticas proteccionistas.

Em 1982, o financiamento do défice externo complicou-se radicalmente, havendo a necessidade de recorrer a financiamentos de curto prazo no Banco de Pagamentos Internacionais, no montante de 700 milhões de dólares.

A acentuação das dificuldades em obter financiamentos externos obrigou, por uma segunda vez, a recorrer aos programas de estabilização económica do FMI. Se da primeira vez, além da redução do défice da BTC, os objectivos consagravam o combate à inflação e a contenção do desemprego, em 1983 a novidade, em termos de objectivos do programa acordado entre o Governo português e a instância multilateral, era a redução do endividamento externo.

Tal implicava um grau de austeridade bem mais intenso do que o programa de 1978. Com objectivos diferenciados, a estratégia adoptada também privilegiou outro tipo de directrizes (VER ANEXO-FIGURA 2). Assim, as linhas estratégicas do 2º programa de estabilização acentuavam claramente uma política de redução da procura interna, em detrimento de uma política de alteração da composição da despesa global. É que, de facto, os problemas eram mais graves e abrangentes. A recessão económica internacional e o crescente proteccionismo protagonizados pelos parceiros económicos e a menor capacidade "excedentária" do sector exportador condicionavam a capacidade de manobras exportações.

Em termos de hierarquização dos papéis desempenhados pelas várias políticas, também se registam diferenças. Se em 1978, a política cambial e monetária eram os principais protagonistas para alcançar os objectivos, em 1982 coube à política orçamental e à política de rendimentos e preços o ónus da prossecução dos objectivos. No âmbito da política orçamental, havia que operar a uma forte contenção das despesas, quer através da redução dos investimentos públicos, quer através de uma diminuição da atribuição de subsídios às empresas públicas. Para a política de preços, previa-se a redução ou mesmo eliminação dos subsídios e alguns preços administrativos, a par do aumento dos preços dos bens e serviços de algumas empresas públicas. A política salarial a seguir deveria possibilitar uma redução efectiva dos salários reais dos funcionários públicos e deveria ser indicativa para as negociações salariais no âmbito do sector privado.

Esta política visava claramente a contracção real do poder de compra dos trabalhadores, no sentido de promover a redução da procura interna e do investimento, com efeitos visíveis na contracção da actividade económica e das importações.

Os objectivos contemplados pelo programa de estabilização foram amplamente atingidos (VER QUADRO 1.4). O défice da BTC fixou-se em valores inferiores aos previstos: o programa previa a redução do défice dos 3 700 mil milhões de dólares, registado em 1982, para os 2 000 e 1 250 mil milhões de dólares, respectivamente, em 1983 e 1984. Na realidade, o défice baixou para os 1 600 mil milhões de dólares, em 1983, e para os 623 mil milhões, em 1984.

Esta evolução deveu-se a uma significativa redução, em valor, das importações, associada à contracção da procura interna — redução de 1 e 3%, em 1983 e 1984, do consumo privado; de 7,5 e 20,5% no investimento; e da contenção do crescimento do consumo público —, do forte crescimento das exportações — aumentos de 16,7 e 14% em 1983 e 1984 —, e do aumento das receitas de turismo (VER QUADRO 1.4).

Quadro 1.4:

Taxas de variação reais dos principais agregados 1983-1985

	1983	1984	1985
Consumo Privado	-1,00%	-3,00%	0,80%
Consumo Público	2,70%	2,50%	6,40%
Investimento	-7,50%	-18,00%	-3,40%
Exportações	16,70%	14,20%	10,10%
Importações	-8,70%	-2,70%	1,80%
Produto Interno Bruto	-0,30%	-1,60%	3,00%
Inflação (IPC)	25,50%	29,30%	19,30%
Salários/Rendimento	59,00%	54,70%	53,10%
Saldo da BTC (%PIB)	-7,30%	-3,10%	1,90%
Desemprego	95,00%	1,50%	10,40%
Salários Reais	-5,00%	-9,60%	2,30%
Taxa de desvalorização do escudo	0,205	16,90%	

Unidade: percentagem
Fonte: Banco de Portugal

O segundo objectivo do programa — a redução do endividamento externo — também foram atingidos para além do previsto. No entanto, estes êxitos financeiros tiveram uma contrapartida. A contracção da procura interna implicou uma redução do produto, uma vez que não foi totalmente compensada por acréscimos ocorridos na procura externa. Mais importantes foram, concerteza, os custos económico-sociais provocados pela quebra do produto: a taxa de desemprego passou de 7,6, em 1982, para 9,5 e 10,5%, em 1983 e 1984, respectivamente; o poder de compra dos trabalhadores sofreram fortes quebras, com os salários reais a caírem 5 e 9% em 1983 e 1984; a inflação voltou a acelerar, passando dos 22,4%, em 1982, para 25,5 e 29,3%, em 1983 e 1984.

O défice da BTC foi, assim, o principal problema da primeira metade da década. Foi o resultado da actuação de causas internas e externas. Nas vésperas da adesão às Comunidades Europeias, que viria a concretizar-se a 1 de Janeiro de 1986, Portugal evidenciava as características de uma pequena economia aberta, sem grandes oportunidades de influenciar a maioria dos preços internacionais que, reestabelecendo o equilíbrio das suas contas externas, em finais de 1984, poderia, a partir daí, adoptar e privilegiar uma política orientada para o crescimento económico e modernização da

estrutura produtiva. As expectativas — desafios e oportunidades — intrínsecas a uma futura integração comunitária e uma conjuntura económica internacional favorável — tendência para a redução do preço do petróleo, tendência para a desvalorização do dólar, tendência para a descida das taxas de juro internacionais, tendência para a descida dos preços internacionais dos produtos de base — que permitia ganhos significativos nos termos de troca, sustentavam o optimismo para o futuro da economia portuguesa.

O crescimento das exportações deveu-se a uma assinalável melhoria da competitividade da indústria portuguesa, fundamentalmente pela quebra dos salários reais com directa repercussão na redução dos custos de produção mas também, pela reorientação dos investimentos produtivos para o sector exportador, o que se explica pelas reduzida animação do mercado interno, a par de um sucessivo aumento da rentabilidade nos sectores orientados para o exterior (VER QUADRO 1.10).

Analisando o índice de preços das exportações nacionais (com 1980 por ano base) (VER QUADRO 1.5), verifica-se que os sectores tradicionalmente orientados para o exterior têm perdido competitividade, na medida em que a tendência generalizada é de descida dos preços. Se descolarmos a análise para o índice em volume (VER QUADRO 1.6), verifica-se uma quebra, em geral coincidente, nos períodos de 1974 a 1979, com destaque para os lacticínios que voltam a cair de 1981 a 1983, mas retomarem um crescimento de 63%, em volume, face a 1980.

Os sectores de material de transporte e de construção evidenciam um forte crescimento das exportações, em volume, a partir de 1983, com aumentos superiores a 80%. Os produtos químicos, depois de uma "travessia do deserto", em termos de vendas ao exterior, de 1974 a 1981, atingem, em 1984, um crescimento em volume que quase triplica a quantidade de 1980.

Se tomarmos por critério a competitividade preço, ou seja, o índice de preço das exportações nacionais sobre o índice de preços dos concorrentes (VER QUADRO 1.8), verificamos que os sectores que apresentam valores superiores a 1 (ou seja, os preços das exportações nacionais são mais competitivos) são os sectores de minerais e produtos não material de construção (1.42), papel (1.16), minerais e produtos metálicos (1.11), material de transporte (1.06) e curtumes (1.01). Os sectores, cujas exportações são menos competitivas, são o tabaco (0.34), as bebidas (0.37), o vidro (0.58) e a electricidade, gás e água (0.59). Os têxteis, borracha e madeira tendem a apresentar índices competitividade-preço fracos. A análise da competitividade em volume (VER QUADRO 1.9), isto é, o quociente entre o índice em volume da procura interna permite concluir que apenas os sectores agrícola, vidro, carvão, petróleo e minerais não metálicos apresentam valores inferiores a 1, ou seja, as exportações não ultrapassam, em volume a procura interna.

Quadro 1.5:

Índice de preços das exportações

SECTORES	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Agricultura	37.37	43.66	48.04	58.98	71.46	70.91	63.74	62.12	69.01	81.9	100	87.51	84.67	80.19	75.14
Silvicultura	31.73	31.43	34.15	48.90	55.86	66.48	55.17	56.86	65.62	74.15	100	90.48	79.40	68.13	71.79
Pescas	34.62	30.40	33.25	40.38	37.58	89.06	84.55	77.74	36.54	87.85	100	93.97	82.24	74.56	72.03
Carvão	28.60	45.75	55.12	64.57	67.38	79.81	75.07	78.30	11.61	84.88	100	134.53	99.98	73.65	104.10
Petróleo	17.90	19.41	18.48	20.60	36.39	35.19	32.11	33.97	42.31	78.57	100	94.14	99.78	75.90	89.34
Electricidade, gás e água	14.45	15.26	20.46	23.00	25.80	28.99	32.19	35.34	38.38	41.29	100	46.62	49.03	51.29	53.4
Minerais e prod. metál.	38.75	31.23	27.63	37.46	56.89	61.48	63.18	76.06	77.37	70.38	100	84.14	67.37	41.55	69.68
Minerais e prod. não metál.	28.84	31.28	33.51	38.76	50.65	58.34	53.59	60.14	73.99	87.20	100	89.44	86.02	80.98	72.79
Porcelanas	32.98	37.39	44.88	67.63	65.15	82.17	69.65	76.28	86.25	98.82	100	82.17	83.33	58.94	54.51
Vidro	16.02	18.38	22.68	24.87	25.65	39.03	33.75	44.83	70.62	85.70	100	84.80	62.15	56.19	49.01
Materiais de constr.	30.49	15.69	30.76	15.39	48.66	66.65	54.27	73.82	72.27	82.93	100	67.35	44.03	34.46	65.49
Prod. Químicos	31.54	33.25	30.98	42.28	47.12	63.89	44.26	49.10	58.41	77.22	100	92.98	68.77	66.80	60.10
Material de transp.	21.06	13.34	22.85	30.37	11.51	28.44	51.34	54.44	62.66	90.98	100	90.70	85.44	66.98	83.52
Carne	37.25	32.88	35.56	64.76	65.72	57.90	48.14	45.71	72.85	83.65	100	70.67	57.50	51.81	42.87
Lactíneos	8.24	12.03	22.32	37.42	46.30	52.99	60.07	62.28	94.44	97.97	100	108.02	99.73	98.48	78.52
Conservas	27.19	29.70	32.60	41.48	51.05	64.83	59.19	87.25	79.28	86.68	100	89.38	80.54	68.17	65.16
Óleos e gorduras	28.28	36.70	40.38	48.06	70.61	61.94	60.09	66.18	49.37	89.61	100	85.96	70.51	61.10	60.68
Prod. cereais	28.61	26.08	34.74	37.59	46.40	56.48	41.99	66.10	79.67	87.50	100	90.41	78.45	203.51	69.78
Bebidas	72.57	82.68	86.32	112.62	117.92	104.52	101.55	67.67	77.19	72.39	100	92.21	83.24	82.30	29.36
Tabaco	115.96	123.21	143.07	149.54	137.15	176.51	208.07	131.03	108.55	99.80	100	59.77	38.25	30.84	28.39
Têxteis e vestuário	31.34	34.42	37.06	44.25	54.51	51.69	48.14	55.92	67.96	81.99	100	83.40	76.90	61.10	68.89
Curtes e calçado	39.56	33.27	36.54	43.58	44.34	51.77	50.33	56.48	68.85	76.85	100	67.14	80.59	78.36	76.39
Madeira e Cortiça	19.98	21.23	25.08	37.02	61.12	57.76	53.86	67.98	71.66	82.83	100	82.24	78.34	69.00	63.10
Papel	33.14	34.94	34.38	39.05	60.83	73.95	68.38	66.65	62.39	79.72	100	99.29	87.96	73.89	87.95
Borrac. e plástic.	40.81	40.27	39.51	39.27	48.40	62.39	59.01	73.55	71.28	78.04	100	63.05	55.13	59.89	60.96
Outros prod. industriais	49.93	43.18	45.15	52.80	49.47	65.95	36.51	43.20	57.73	82.19	100	62.43	69.85	71.53	68.73

Fonte: INSEE 1970-1984

Quadro 1.6:

Índice em Volume das Exportações

SECTORES	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Agricultura	57.80	64.20	71.48	86.49	85.14	74.99	74.81	86.88	74.84	108.91	100	99.93	99.71	100.76	107.63
Silvicultura	100.60	91.96	99.21	99.06	105.56	58.18	70.02	67.08	62.48	99.42	100	76.31	69.78	68.24	91.81
Pescas	52.54	67.29	84.61	118.97	83.59	36.30	31.78	43.28	97.08	79.98	100	98.85	130.31	191.72	260.98
Carvão	1334.5	709.11	497.54	382.62	321.72	454.32	216.83	188.15	37.48	136.89	100	223.07	95.06	74.05	73.76
Petróleo	30.22	34.14	33.31	40.96	27.02	17.71	15.59	15.99	9.97	80.18	100	88.10	30.80	86.38	41.91
Electricidade, gás e água	16.64	16.48	31.02	28.66	39.59	51.50	67.82	90.35	121.68	165.50	100	314.10	437.35	612.47	861.89
Minerais e prod. metál.	38.14	36.17	34.89	46.78	78.94	72.75	72.34	67.81	49.15	135.52	100	89.53	87.15	237.48	229.82
Minerais e prod. não metál.	99.31	83.80	89.50	101.01	94.36	79.55	75.43	75.61	77.67	91.98	100	86.16	91.95	100.86	121.05
Porcelanas	17.37	18.18	25.08	23.62	35.67	26.50	28.27	28.27	26.46	60.50	100	120.24	153.42	195.22	274.98
Vidro	59.46	69.37	67.80	83.71	117.10	91.20	73.26	66.04	41.45	82.23	100	101.30	119.42	110.40	151.17
Materiais de constr.	52.32	113.58	57.27	323.15	87.04	44.17	42.41	50.15	48.08	55.09	100	146.77	264.53	289.07	201.86
Prod. Químicos	64.00	78.93	95.93	88.74	121.31	71.69	95.91	86.15	102.38	113.23	100	99.87	257.54	277.08	378.35
Material de transp.	14.42	37.85	27.61	23.87	83.05	34.98	19.10	21.61	79.97	87.57	100	145.26	186.87	166.86	173.00
Carne	62.23	89.92	100.80	72.37	71.07	93.84	105.24	116.61	89.13	137.31	100	99.67	95.5	90.6	163.29
Lactíneos	284.33	158.49	110.47	96.24	49.27	99.76	93.24	123.85	32.75	223.09	100	99.67	95.5	90.6	163.29
Conservas	137.68	128.01	147.91	143.14	100.04	76.61	81.4	85.67	77.17	92.58	100	85.63	91.35	95.66	91.59
Óleos e gorduras	111.07	123.48	82.89	79.26	45.29	59.15	41.74	46.04	31.88	94.3	100	69.93	317.79	344.08	359.07
Prod. cereais	11.13	17.04	16.48	16.48	15.58	18.28	25.74	22.79	11.14	32.81	100	242.54	122.73	246.51	164.25
Bebidas	15.04	15.52	19.57	23.31	25.68	31.14	50.61	43.59	33.19	103.9	100	117.47	123	128.46	348.32
Tabaco	35.69	33.30	31.71	38.09	38.71	34.00	30.87	46.55	90.71	97.29	100	185.43	255.11	381.66	445.07
Têxteis e vestuário	34.75	46.53	58.37	74.87	73.91	69.1	68.28	65.91	79.26	107.59	100	105.31	136.6	158.15	188.47
Curtes e calçado	9.40	15.23	20.53	19.6	25.07	28.04	27.29	39.93	55.6	101.67	100	125.76	124.24	177.58	221.68
Madeira e Cortiça	60.73	67.80	66.49	72.9	61.02	44.62	59.61	65.68	67.94	94.44	100	92.01	91.37	104.22	126.78
Papel	66.81	60.28	89.34	97.79	86.75	66.58	93.91	80.26	73.28	91.77	100	100.23	106.5	128.58	151.34
Borrac. e plástic.	41.32	47.14	68.23	129.04	107.16	73.92	53.34	51.69	45.73	107.29	100	137.88	163.39	189.87	270.8
Outros prod. industriais	43.16	67.79	80.46	104.47	131.63	121.08	101.26	145.99	79.05	99.49	100	148.6	127.83	114.54	128.43

Fonte: INSEE 1970-1984

Quadro 1.7:

Índice em volume da procura externa



SECTORES	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Agricultura	79.87	77.43	84.53	85.32	80.60	84.28	91.42	90	102.51	103.86	100	103.02	108.37	107.80	112.31
Silvicultura	125.82	123.93	130.39	156.01	147.09	75.31	83.46	82.05	67.11	76.87	100	71.57	68.60	74.55	76.49
Pescas	47.91	53.46	62.50	68.08	71.71	63.36	68.91	72.55	85.71	110.02	100	103.60	118.35	11.74	119.83
Carvão	71.55	69.64	70.51	145.83	940.31	248.59	199.99	264.86	73.31	346.79	100	91.39	238.58	177.1	120.69
Petróleo	27.00	63.17	34.08	48.33	105.03	95.61	107.33	107.22	102.30	111.52	100	92.15	84.81	86.75	91.1
Electricidade, gás e água	44.19	51.99	75.22	65.79	34.18	54.36	75.26	87.12	124.78	191.49	100	295.91	414.6	581.09	819.22
Minerais e prod. metál.	117.89	86.82	99.02	107.43	190.75	107.33	126.77	135.52	1201.4	101.11	100	124.08	121.03	100.55	122.61
Minerais e prod. não metál.	76.05	73.78	79.14	87.09	92.29	73.19	77.66	82.75	91.42	100.14	100	108.22	434.28	284.22	397.18
Porcelanas	40.19	41.14	48.32	53.66	56.03	52.6	67.89	75.23	85.25	122.36	100	106.8	105.14	117.12	137.57
Vidro	77.43	78.64	92.77	87.44	150.43	95.67	107.1	129.67	92.54	110.01	100	127.81	144.67	162.86	212.66
Materiais de constr.	81.26	126.62	107.99	117.45	117.40	103.41	96.46	107.99	90.58	106.23	100	91.66	133.63	104.39	163.9
Prod. Cutimões	114.25	55.45	60.08	70.49	75.92	65.79	79.65	83.69	92.73	109.09	100	108.22	434.28	284.22	397.18
Materiais de transp.	46.95	51.91	62.13	81.34	80.83	91.6	89.09	82.04	75.96	84.38	100	99.61	99.26	87.04	94.89
Carne	62.43	62.47	92.43	81.24	64.88	80.02	86.32	144.33	89.84	220.94	100	100.9	104.60	105.72	114.78
Lacteínicos	65.06	56.34	72.11	135.38	141.76	74.26	83.79	84.97	90.91	104.02	100	109.31	111.93	121.92	134.16
Conservas	90.61	92.34	101.27	100.66	100.3	98.32	107.71	101.43	87.56	99.87	100	96.92	104.49	119.61	121.77
Óleos e gorduras	91.94	99.36	73.78	89.62	91.27	192.13	93.63	103.43	219.71	112.46	100	86.22	114.23	86.59	89.8
Prod. cereais	54.12	60.96	65.04	71.02	89.90	69.35	84.27	84.71	93.62	96.53	100	106.23	113.12	119.05	128.88
Bebidas	35.19	37.27	36.50	42.50	47.5	45.74	47.80	47.41	85.48	110.83	100	106.77	113.50	121.01	135.94
Tabaco	28.89	32.43	37.01	37.89	44.39	46.95	53.27	66.4	74.58	81.08	100	126.96	146.1	151.52	127.23
Têxteis e vestuário	49.16	55.65	64.11	71.53	79.11	78.80	91.38	89.85	93.03	104.3	100	105.92	108.59	114.33	124.83
Curtes e calçado	47.42	55.82	65.26	69.13	70.96	74.46	88.97	95.25	92.37	106.46	100	99.66	101.76	105.87	110.93
Madeira e Cortiça	59.14	60.88	68.55	80.64	69.97	55.42	74.43	73.84	91.59	108.61	100	94.73	96.61	107.97	111.08
Papel	67.98	65.88	76.01	83.93	90.90	70.12	82.21	84.45	88.71	99.96	100	103.30	104.53	11.88	122.11
Borrac. e plástic.	62.82	69.43	84.53	103.32	103.62	83.37	112.58	120.72	90.48	119.95	100	113.62	125.23	144.39	182.86
Outros prod. industriais	41.36	47.82	50.66	58.14	59.21	59.29	81.96	89.93	80.30	86.55	100	121.92	109.89	107.12	123.53

Fonte: INSEE 1970-1984

Quadro 1.8:
Competitividade-Preço

SECTORES	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Agricultura	1.23	1.40	1.43	1.29	1.3	1.21	1.08	.93	.83	.88	1.00	1.00	1.04	1.02	.98
Silvicultura	1.37	1.30	1.38	1.33	1.17	1.57	1.09	1.02	1.09	.95	1.00	1.03	1.00	.91	.96
Pesca	1.22	1.02	1.06	1.02	.83	1.87	1.46	1.20	.54	1.07	1.00	.98	.98	.92	.87
Carvão	1.30	1.77	2.10	2.09	2.22	1.22	1.34	1.40	.14	.91	1.00	.71	2.55	.86	.98
Petróleo	.69	1.67	.62	.81	1.05	.94	.81	.80	.93	1.25	1.00	.89	.96	.83	.97
Electricidade, gás e água	.65	.74	.87	.90	.69	.85	.78	.60	.72	.67	1.00	.56	.75	.49	.59
Minerais e prod. metál.	1.39	1.06	1.00	1.07	2.32	1.43	1.53	1.74	1.22	.85	1.00	1.26	.99	.58	1.11
Minerais e prod. não metál.	1.03	1.00	1.02	1.00	.94	.87	.83	.90	1.05	1.07	1.00	1.14	4.43	2.72	3.38
Porcelanas	1.37	1.30	1.23	1.39	1.31	1.48	1.30	1.30	1.18	1.73	1.00	.99	.66	.90	.93
Vidro	.65	.73	.84	.76	.87	.98	.86	1.07	.97	1.05	1.00	.73	.58	.56	.58
Materiais de constr.	1.18	.66	1.10	.39	1.15	1.28	1.01	1.33	.94	.94	1.00	.74	.78	.45	1.42
Prod. Químicos	2.03	1.14	1.01	1.12	.94	1.17	.80	.82	.83	.94	1.00	1.03	1.10	.82	1.06
Material de transp.	.87	.43	.65	.74	.31	.57	.96	.91	.84	1.04	1.00	1.03	1.10	.82	1.06
Carne	.90	.74	.69	.93	.98	.83	.62	.65	1.01	.93	1.00	.79	.67	.68	.59
Lactíneos	.24	.30	.51	.71	.79	.83	.84	.85	1.20	1.06	1.00	1.09	1.02	1.07	.89
Conservas	1.28	1.20	1.18	1.15	1.26	1.48	1.25	1.22	1.01	1.00	1.00	.97	.93	.83	.84
Óleos e gorduras	.89	1.11	.98	.88	.88	.69	.92	.92	.57	.91	1.00	1.04	.85	.78	.72
Prod. cereais	.92	.81	.98	.78	.81	.84	.63	.95	.99	.96	1.00	.98	.93	2.68	.89
Bebidas	.69	.69	.76	1.08	1.05	.86	.95	.84	.93	.89	1.00	1.01	.95	.93	.37
Tabaco	4.06	4.17	3.89	3.18	3.02	3.06	3.63	2.30	1.48	1.18	1.00	.60	.39	.35	.34
Têxteis e vestuário	.92	.91	.90	.89	1.07	.94	.85	.90	.89	.92	1.00	.96	.94	.94	.92
Curtes e calçado	1.47	1.11	1.10	1.09	1.03	1.10	1.05	1.02	.99	.88	1.00	.78	1.01	1.03	1.01
Madeira e Cortiça	.67	.67	.73	.78	1.05	1.00	.94	1.02	.98	.98	1.00	.95	1.01	.93	.89
Papel	1.06	1.06	.99	.96	1.07	1.07	1.07	1.01	.87	.94	1.00	1.10	1.03	.98	1.16
Borrac. e plástic.	1.40	1.30	1.20	1.06	.96	1.06	1.01	1.14	.96	1.07	1.00	.76	.72	.84	.89
Outros prod. industriais	1.31	1.13	1.05	1.06	1.02	1.11	.88	.87	.74	.89	1.00	.84	.94	.95	.96

Competitividade preço=Índice de preços das exportações sobre o índice de preço dos concorrentes

Fonte: CONTAS NACIONAIS

Quadro 1.9:
Competitividade- Volume

SECTORES	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Agricultura	.72	.83	.85	1.01	1.05	.89	.82	.97	.73	1.05	1.00	.97	.92	.93	.96
Silvicultura	.80	.74	.76	.63	.72	.77	.84	.82	.93	1.29	1.00	1.07	1.02	.92	1.20
Pesca	1.10	1.26	1.35	1.75	1.17	.57	.46	.60	1.13	.73	1.00	.95	1.10	1.72	2.18
Carvão	18.6	10.1	7.06	2.62	.50	1.83	1.08	.71	.51	.39	1.00	2.44	.40	.42	.61
Petróleo	5	8													
Electricidade, gás e água	1.09	.54	.98	.85	.26	.19	.15	.15	.10	.72	1.00	.96	.36	1.00	.46
Minerais e prod. metál.	.38	.32	.41	.44	1.16	.95	.90	1.04	.98	.86	1.00	1.06	1.05	1.05	1.05
Minerais e prod. não metál.	.32	.42	.35	.44	.41	.68	.57	.52	.48	1.34	1.00	.72	.72	2.36	1.87
Porcelanas	1.31	1.14	1.13	1.16	1.02	1.09	.97	.91	.85	.92	1.00	.80	.21	.35	.30
Vidro	.43	.44	.52	.44	.64	.50	.42	.38	.32	.49	1.00	1.13	1.46	1.67	2.00
Materiais de constr.	.77	.88	.73	.86	.78	.95	.68	.51	.45	.75	1.00	.79	.83	.68	.71
Prod. Químicos	.64	.90	.53	2.75	.74	.43	.44	.46	.53	.52	1.00	1.6	1.98	2.77	1.23
Material de transp.	.56	1.42	1.60	1.26	1.60	1.09	1.20	1.03	1.10	1.04	1.00	.79	2.29	2.24	2.75
Carne	.31	.73	.44	.29	1.03	.38	0.21	.26	1.05	.80	1.00	.93	1.08	2.68	2.22
Lactícínios	1.00	1.44	1.09	.89	1.10	1.17	1.22	.81	.52	.62	1.00	1.44	1.79	1.58	1.51
Conservas	4.37	2.81	1.53	.71	.35	1.34	1.11	1.46	.36	2.14	1.00	.91	.85	.74	1.22
Óleos e gorduras	1.52	1.39	1.46	1.42	1.00	.78	.76	.84	.88	.93	1.00	.88	.87	.80	.75
Prod. cereais	1.21	1.24	.85	.88	.50	.31	.58	.45	.15	.84	1.00	.74	2.78	3.97	4.28
Bebidas	.21	.28	.25	.23	.22	.26	.75	.27	.12	.34	1.00	2.28	1.08	2.07	1.27
Tabaco	.43	.42	.54	.55	.54	.68	.31	.92	.39	.94	1.00	1.10	1.08	1.06	2.56
Têxteis e vestuário	1.24	1.03	.86	1.01	.87	.72	.80	.70	1.22	1.20	1.00	1.46	1.75	2.39	3.50
Curtes e calçado	.71	.84	.91	1.05	.93	.88	1.14	.73	.85	1.03	1.00	.99	1.26	1.38	1.51
Madeira e Cortiça	.20	.27	.31	.28	.35	.38	.47	.42	.60	.95	1.00	1.26	1.22	1.49	2.00
Papel	1.03	1.11	.97	.90	.88	.81	2.33	.89	.74	.87	1.00	.97	.95	.97	1.14
Borrac. e plástic.	.98	.91	1.18	1.17	.95	.98	1.07	.95	.83	.92	1.00	.97	1.02	1.15	1.24
Outros prod. industriais	.66	.68	.81	1.25	1.03	.89	1.01	.43	.51	.89	1.00	1.21	1.30	1.31	1.66
	1.04	1.42	1.59	1.80	2.22	2.04	.88	1.62	.98	1.15	1.00	1.22	1.16	1.07	1.04

Competitividade volume=índice de volume das exportações sobre o índice de volume da procura interna

Fonte: CONTAS NACIONAIS

Quadro 1.10:**Rentabilidade das exportações**

SECTORES	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Agricultura	.85	1.19	1.06	1.00	1.06	1.03	1.04
Silvicultura	1.16	1.18	1.09	1.00	1.04	1.10	1.17
Pesca	.84	.81	1.06	1.00	.94	.91	.99
Carvão	.88	.93	.87	1.00	1.00	1.04	.97
Petróleo	1.01	1.05	1.05	1.00	1.08	1.03	.93
Electricidade, gás e água	.78	.83	.83	1.00	.96	.98	.96
Minerais e prod. metál.	1.02	.90	1.00	1.00	1.00	.89	.91
Minerais e prod. não metál.	.85	.96	1.04	1.00	.95	1.01	1.06
Porcelanas	.93	1.00	.97	1.00	.98	.98	1.01
Vidro	.96	.94	.98	1.00	1.00	.99	.91
Materiais de constr.	.79	.89	1.03	1.00	.91	.92	.91
Prod. Químicos	.91	.94	.95	1.00	1.01	.98	.98
Material de transp.	1.09	1.05	1.01	1.00	1.02	1.00	1.08
Carne	.70	1.06	.93	1.00	1.05	.98	.83
Lacticínios	1.02	1.12	1.06	1.00	.98	.98	1.07
Conservas	.94	.95	.99	1.00	.90	.85	.94
Óleos e gorduras	1.06	1.06	1.10	1.00	.93	.94	.85
Prod. cereais	.78	.86	.87	1.00	.96	1.02	1.03
Bebidas	.99	.98	.95	1.00	.97	1.01	1.03
Tabaco	1.30	1.29	1.12	1.00	1.11	1.21	1.25
Têxteis e vestuário	.99	1.04	1.02	1.00	.96	.96	.99
Curtumes e calçado	1.22	1.12	1.08	1.00	1.04	1.09	1.45
Madeira e Cortiça	.93	1.00	1.00	1.00	.96	.99	1.03
Papel	.96	.90	.99	1.00	1.00	.95	.95
Borrac. e plástic.	1.08	1.14	1.02	1.00	.99	1.06	1.25
Outros prod. industriais	.91	.91	.93	1.00	1.01	1.05	1.12

RENTABILIDADE DA EXPORTAÇÃO = Índice de preços das exportações sobre o índice de preços da produção
 Fonte: CONTAS NACIONAIS

Interessa avaliar o impacto de uma integração numa (então) União Aduaneira que já caminhava (via ratificação do Acto Único Europeu) para um Mercado Interno Comum de uma pequena economia como a portuguesa que apresentava "em suma, o perfil de especialização próprio de um país a iniciar um processo de diversificação industrial cuja maior debilidade se concentra nos sectores de matérias primas e bens de equipamento assim como algumas manufacturas como os produtos siderometalúrgicos. Pelo contrário a sua competitividade assenta no baixo conteúdo tecnológico" 18.

18 Saenz de Buruaga, Gonzalo, in "EFECTOS DE LA ADHESIÓN A LA CEE SOBRE LOS SECTORES INDUSTRIALES Y LAS REGIONES DE ESPAÑA Y PORTUGAL", 1988

Conclusões do capítulo 1:

Portugal apresentava-se, em 1986, com fortes debilidades estruturais a nível dos sectores de matérias primas e de bens de equipamento, assentando a sua competitividade em sectores trabalho-intensivo, beneficiando do baixo custo do factor trabalho.

Depois de um largo período, 1959-1973, pautado pelo crescimento económico, por um lado, e pelo condicionamento industrial, por outro, a instabilidade político-económico-social provocada pela mudança de regime ocorrida em 1974, com alterações institucionais radicais — nacionalização, reforma agrária, eliminação do condicionamento industrial e criação de mecanismos de protecção social — conduziria a um período (1974 a 1976) de dificuldades nos principais agregados económicos, com especial ênfase na produção e no investimento. O súbito disparo do consumo privado, em virtude do aumento dos salários nominais e da instituição do salário mínimo e valorização das reformas e pensões sociais, daria corpo ao surgimento de um fenómeno até então pouco preocupante na economia portuguesa: a inflação.

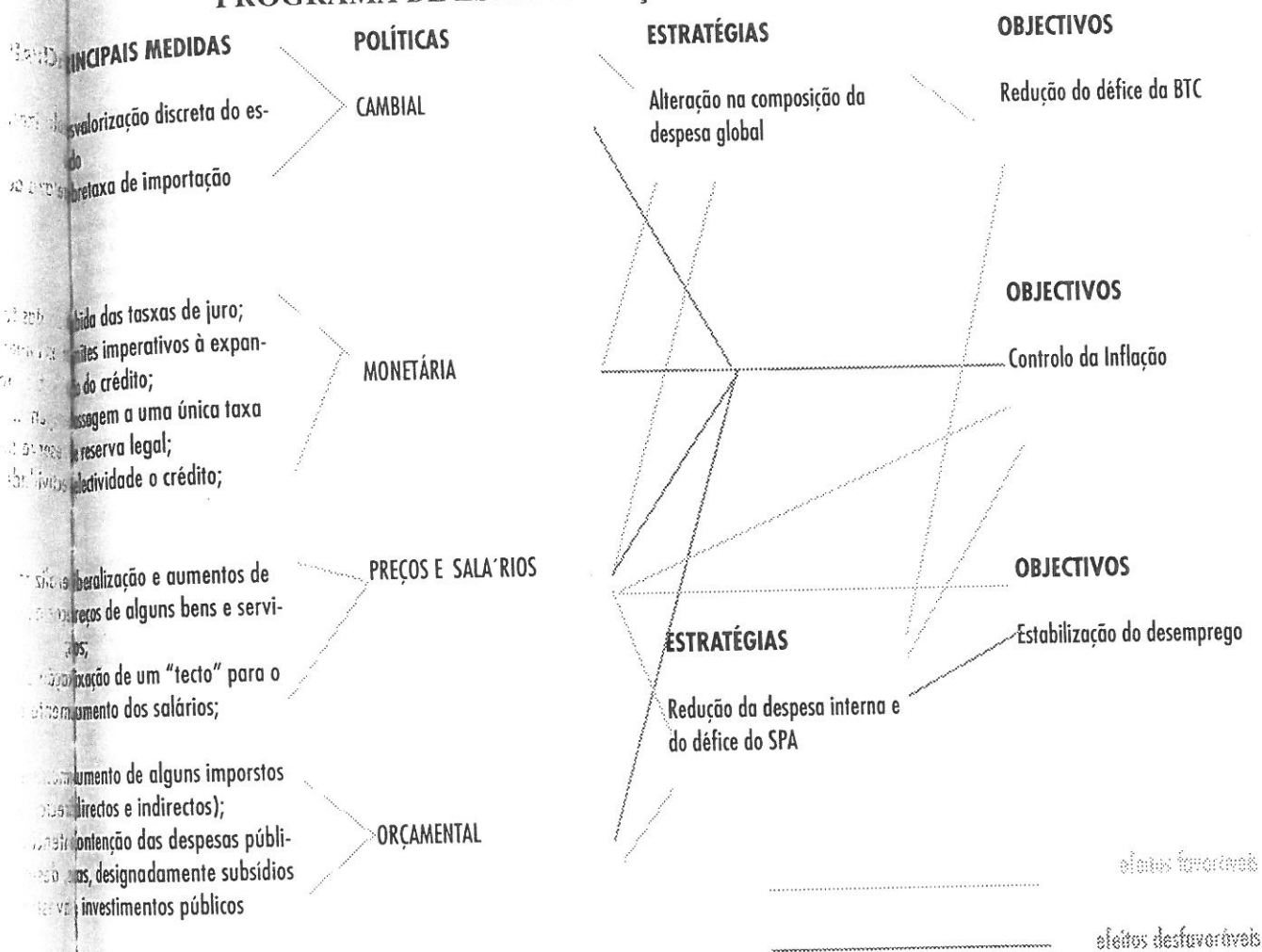
O final da década de 70 seria palco de graves problemas nas contas externas, o que determinou a adopção de um programa de estabilização do FMI, e, no sentido de promover as exportações portuguesas, com notória subutilização da capacidade produtiva dos sectores orientados para o exterior, as instâncias governamentais decidiram impor o regime de desvalorização deslizante da moeda, concedendo assim artificialmente a competitividade e rentabilidade às exportações nacionais.

Neste cenário, os sectores tradicionalmente exportadores, assentes na mão de obra barata e nos abundantes recursos florestais, foram ganhando dimensão na produção da indústria transformadora e no emprego.

Um novo abalo na situação externa que ditou um novo recurso, desta vez mais penoso em termos sociais, aos programas de ajustamento do FMI, levaria a uma brusca quebra dos salários reais, mas as medidas tomadas entre 1983 e 1985 foram bem sucedidas nos objectivos traçados de reduzir os défices da BTC e o endividamento externo.

Independentemente da letargia no ajustamento sectorial da economia portuguesa ao desafio próximo da integração comunitária, a situação macroeconómica pautava pelo equilíbrio no final de 1985.

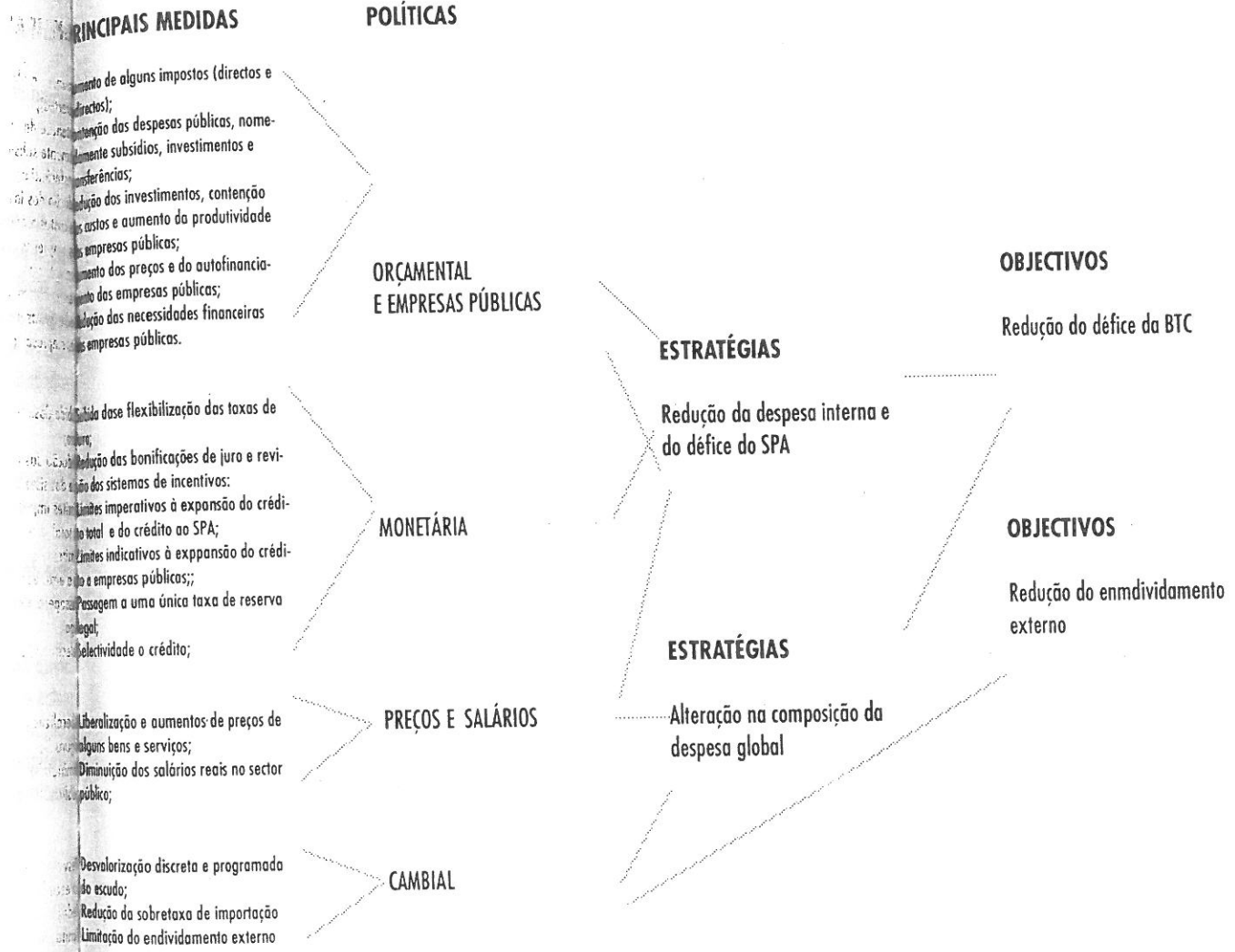
PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÓMICA: 1987-1979



Fonte: Mendonça Pinto, 1984

FIGURA 1

PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÓMICA: 1983-84



Fonte: Mendonça Pinto, 1984

FIGURA 2

Capítulo 2

Os estrangulamentos estruturais do sistema produtivo português

As estruturas produtivas da economia portuguesa denotam uma forte propensão à exportação de bens de consumo. O menor grau de desenvolvimento e a reduzida integração do sector industrial facilita uma política de atracção do capital estrangeiro baseada nas possibilidades que Portugal oferece como plataforma exportadora tanto para os países comunitários como para o resto do Mundo. Convém, ainda, não esquecer a importância dos mercados das ex-colónias e a antiga permanência na EFTA, que outorga uma facilidade de acesso dos produtos portugueses a esses mercados.

2.1 A especialização produtiva

Em 1985, a economia portuguesa encontrava-se excessivamente especializada em sectores exilados dentro da rede industrial, faltando os sectores básicos. As indústrias tradicionais, como os **têxteis**, **calçado**, **derivadas da agricultura**, conjuntamente com outras indústrias mais recentes, como o **material eléctrico**, **electrónico** e de **transporte**-, têm protagonizado, nos últimos anos, com o contributo da compressão de custos salariais e da depreciação do escudo, uma forte expansão exportadora.

As indústrias de base defrontam alguns problemas: as **químicas básicas** — petróleo e petroquímica — com dificuldades no fornecimento de matérias primas (relembre-se os efeitos dos choques petrolíferos do início e final da década de 70) e com excesso de capacidade, nomeadamente no que respeita ao complexo de Sines; as **químicas intermédias**, como as fibras sintéticas, os plásticos e os fertilizantes reúnem todas as condições para a expansão; e as **químicas finas**, como a bioquímica, farmacêuticos e perfumes, sofrem do "mal" de serem indústrias nascentes em Portugal.

Por outro lado, a reanimação exportadora, decorrente dos bem sucedidos programas de estabilização do FMI, tendia a refrear a prioridade à reestruturação e modernização de um dos pilares da especialização internacional da economia portuguesa: o sector têxtil. A esta predisposição para o adiamento da reconversão ajudava as expectativas de que, a médio e longo prazo, o relançamento da procura interna, a baixa das taxas de juro, a queda de preços do petróleo e de outras matérias primas, poderiam beneficiar as indústrias portuguesas, criando condições de minorar o impacto negativo da adesão.

2.1.1 A ascensão dos serviços

Um dos aspectos que caracterizam a economia portuguesa é, a partir de princípios da década de 70, o aumento do peso dos Serviços em detrimento da Indústria. No final da década de 70, o sector industrial detinha um peso de 38% do PIB, enquanto o do sector de serviços rondava os 53%. No limiar de 1986, a indústria mantinha a participação no PIB e os serviços ganhavam 4% (VER QUADRO 2.1 e 2.2).

Quadro 2.1

Evolução da Indústria e Construção

	PREÇOS CORR.	PREÇOS 85	IND. VOLUME	IND. PREÇOS	% PIB
1977	226,42	1160,91	86	20	36,18%
1978	291,5	1237,62	91	24	37,03%
1979	376,27	1305,02	96	29	37,88%
1980	489,54	1346,19	99	36	38,97%
1981	578,39	1364,84	101	42	38,53%
1982	703,46	1378,94	102	51	38,02%
1983	879,91	1381,18	102	64	38,23%
1984	1083,11	1330,94	98	81	38,47%
1985	1354,12	1354,12	100	100	38,43%

Fonte: Eurostat

Quadro 2.2:

Evolução dos Serviços

	PREÇOS CORR.	PREÇOS 85	IND. VOLUME	IND. PREÇOS	% PIB
1977	335,99	1680,52	83	20	53,69%
1978	432,85	1762,79	88	25	54,98%
1979	531,41	1776,09	88	30	53,50%
1980	676,14	1888,71	94	36	53,83%
1981	841,56	1954,03	97	43	56,06%
1982	1061,26	2013,98	100	53	57,35%
1983	1331,3	2029,71	101	66	57,84%
1984	1598,02	1966,27	98	81	56,75%
1985	2015,74	2015,74	100	100	57,20%

Fonte: Eurostat

A isto não é, obviamente, indiferente a perda de importância da agricultura, perda essa traduzida na redução do peso da população activa na agricultura (22% em 1985 face a 32% em 1970) e do peso da contribuição do sector agrícola no PIB (9,1% em 1985 face a 17,7% em 1970)¹. A população activa afectada ao sector agrícola, tendo por ano base 1985, tinha um diferencial positivo de 29% em 1977 e um diferencial negativo de 20,3% em

¹ Leão, Emanuel Reis, "Das transformações revolucionárias à dinâmica europeia", in Portugal Contemporâneo, direcção de António Reis, volume VI, pg. 173-224, 1990

1990 (VER QUADRO 2.3). Da mesma forma, a população industrial decresceu, á excepção do agro-alimentar e a construção.

Quadro 2.3
Evolução da população activa,
por sectores

	Total	Agricultura	Industria Transformadora	Metais	Minerais não metál.	Produtos químicos	Produtos metálicos	Máquinas agric. e ind.	Produtos eléct.	Equipamento transp.	Alimentação, beb. e tab.	Têxteis, vest. e calç.	Papel e plást.	Borracha e plást.	Outros	Construção
1977	100	129,7	78,4	101,5	100	109,7	98,2	81,5	83,9	126,8	110,7	94,5	100	110,5	112,9	103,1
1978	100	121	83,8	103,1	105	114,5	103,5	81,5	93,5	134,1	108,3	94,9	97,4	115,8	112,9	103,1
1979	100	120,6	86,5	105,1	110	114,5	108,8	85,2	93,5	131,7	106,6	98,7	102,6	115,8	121,2	109,8
1980	100	110,9	91,9	107,3	115	116,1	114	88,9	100	131,7	105	101	102,6	115,8	117,6	110,4
1981	100	109,6	94,6	108,1	115	117,7	119,3	103,7	103,2	126,8	105	100,6	105,1	115,8	108,2	111,5
1982	100	101,4	100	106,5	115	116,1	115,8	107,4	100	122	102,5	100,6	105,1	115,8	107,1	112,1
1983	100	96,1	100	105,5	110	112,9	112,3	111,1	100	117,1	104,1	100,6	110,3	115,8	107,1	112,1
1984	100	96,7	97,3	101,2	105	106,5	108,8	103,7	103,2	107,3	100,8	96,5	105,1	105,3	103,5	105,1
1985	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1986	100	92,4	97,3	97,5	95	96,8	98,2	96,3	93,5	97,6	97,5	98,1	100	105,3	96,5	91,3
1987	100	92,9	86,5	95,9	90	95,2	96,5	92,6	87,1	95,1	96,7	96,8	97,4	100	95,3	93
1988	100	89	81,1	94,4	90	95,2	94,7	85,2	87,1	95,1	97,5	94,9	89,7	100	95,3	98
1989	100	84,1	83,8	95,8	90	98,4	91,2	85,2	90,3	97,6	98,3	97,7	92,3	100	96,5	100,6
1990	100	79,7	86,5	97,2	95	98,4	93	85,2	96,8	100	100,8	99	92,3	100	95,3	103,1

Unidade: milhões
Fonte: Eurostat

Entre os serviços mas dinâmicos contam-se o Turismo, o principal ramo dos serviços com especialização internacional, sendo um precioso contributo na BTC. Por outro lado, a proximidade da integração comunitária suscitava apostas, em termos de investimento, no sector financeiro.

Até 1984, o sistema bancário era o retrato do processo de nacionalizações que se tinha operado em 1975. Efectivamente, os bancos nacionalizados tinham (quase) o direito exclusivo de actuação no mercado nacional. A partir de 1985 regista-se a chegada de bancos estrangeiros e adivinha-se a modelação de um processo de reprivatizações, face às tendências, nomeadamente no espaço comunitário, de liberalização dos movimentos de capitais.

2.1.2 A estrutura industrial

O crescimento de importância do sector têxteis, vestuário e calçado é evidente na análise da produção sectorial até 1985, ano em que garantia cerca de 25% da produção industrial (VER QUADRO 2.4). A produção de papel e pasta de papel mais do que duplicou a sua importância na produção industrial (de 4,4% em 1975 para 10,9% em 1985). O sector agro-alimentar apresentou uma posição idêntica ao longo anos precedentes à adesão, com cerca de 13% da produção industrial. Finalmente, no âmbito dos sectores com maior peso na economia industrial portuguesa, os produtos metálicos, máquinas e material de transporte perderam

importância relativa na produção, passando dos cerca de 30% em 1975 para pouco mais de 20%, tal como a fileira florestal que passou de 6,3% em 1975 para 4,7% em 1985.

Quadro 2.4

Evolução da produção industrial

	Agricultura	Indústria Extractiva	Indústria Transformadora	Metais	Minerais não metál.	Prod. químicos	Prod. metál.	Máquinas agric. e ind.	Prod. eléct.	Equip. transp.	Alimentação, beb. e tabc.	Têxteis, vest. e calç.	papel	Borracha e plást.	Outros	Construção
1977	9,3	4	38,8	1,3	2,2	3,1	2	0,7	1,2	2,6	12,1	8	1,9	1,1	2,6	8,6
1978	8,9	4,2	38,5	1,7	2,4	3,1	2,1	0,8	1,3	2,6	11,6	7,7	1,8	1	2,5	9,1
1979	8,6	5,3	40	1,7	2,3	3,4	2,2	0,7	1,4	2,7	11,3	8,8	1,9	1	2,6	8,1
1980	7,8	6,4	40,2	1,7	2,4	3,4	2,2	0,8	1,5	2,8	10,4	9	2,1	1	3	8,4
1981	7,1	7,6	38,7	1,4	2,5	3,4	2,1	0,8	1,5	2,9	10,4	8,1	2,2	1	2,5	8,7
1982	6,9	8	38	1,5	2,4	4,1	2	0,9	1,5	2,5	10,4	7,6	2,1	0,9	2	8,9
1983	6,5	8,7	38,3	1,4	2,3	4,5	1,8	0,8	1,7	2	10,8	8	2,1	0,9	2	8,4
1984	6,9	8,4	39,9	1,4	2,2	5,2	1,7	0,8	1,8	1,8	10,7	9,2	2,4	0,9	1,9	7,2
1985	6,7	8,1	40	1,3	2	5,1	1,8	0,8	1,6	2	10,8	9,5	2,4	0,9	1,9	6,7

Fonte: Eurostat

Quanto à caracterização do tecido industrial português, denota-se uma profunda dependência dos mercados externos, quer porque os sectores com maior peso na produção em emprego são essencialmente virados para o exterior — têxteis, fileira florestal e agro-alimentar — quer porque os sectores produtores de bens intermédios dependem do exterior para a importação de tecnologia.

Quadro 2.5

Evolução das exportações

	Extractiva	Transformadora	não metál.	químicos	metál.	agric. e ind.	eléctric.	transp.	beb. e tab.	vest. e calç.	e plástic.				
1977	4	1,9	94,1	3,5	3,3	7,2	3,3	4,1	6,7	7,1	11,9	26,6	16,4	0,8	3,2
1978	4,2	2	93,8	4	3,4	7,4	3,2	3,4	6,8	8,2	11	29,3	14,3	0,7	2,2
1979	3,6	6,5	89,9	4,4	3	6,8	3,2	3	5,3	7,9	9,5	29,2	14	0,8	2,8
1980	3,4	5,5	91,2	3,3	3,6	7	3,6	2,9	6	7,9	9,3	27,8	15,2	0,9	3,8
1981	2,9	6,9	90,2	2,5	3,5	7,1	4,1	3,3	5,6	8,5	8,8	27,4	14,7	0,8	3,9
1982	2,7	4	93,2	2,2	3,4	10,8	3,8	3,9	6	6,7	9	30	13,8	0,8	2,9
1983	2,3	5,4	92,3	3,2	3,3	11,8	2,9	3,5	6,3	6,8	8	30,6	12,9	0,8	2,4
1984	2,2	3,9	94	3,2	3,4	11,5	3,2	3,6	7	6,8	7,1	31,7	13,9	0,8	1,8
1985	2,2	4,3	93,5	3,5	3,5	10,6	3,4	3,1	6,8	6,6	6,2	33,9	13,2	1	1,9

Fonte: Eurostat

O chamado **sector tradicional** da indústria portuguesa contribuía, no limiar da adesão, para cerca de 60% das exportações (VER QUADRO 2.5) e por cerca de 40% do emprego industrial (VER QUADRO 2.1). Por outro lado, coexistia um sector protagonizado pelas empresas controladas por **capital estrangeiro** que desempenhava um papel dominante nos sectores químico, borracha e plásticos, no material eléctrico e electrónico e no material de transporte e equipamento, isto é, o investimento estrangeiro dominava os sectores com maior valor acrescentado na esfera da economia portuguesa. As indústrias essencialmente

viradas para o abastecimento do mercado interno assentavam no sector público, que crescera substancialmente na sequência do processo de nacionalizações iniciado em 1975.

2.2 Um sistema produtivo dualista

Esta breve descrição do tecido empresarial português é suficiente para compreender a sua dualidade. De facto, funcionava, por um lado, um conjunto de sectores assentes em estruturas empresariais de carácter familiar, constituindo um pilar em termos da produção, emprego e comércio externo, utilizando fundamentalmente o factor trabalho e logo, com fraca intensidade tecnológica e, por outro, um conjunto de empresas de grande dimensão, na sua maioria controladas por estrangeiros que apresentavam processos de produção mais intensivos em capital e com métodos de gestão mais sofisticados.

Colocava-se, desde logo, e face à (quase) imediata integração plena na CE, o problema da reconversão do tecido empresarial português. Os estrangulamentos existentes teriam de ser tratados a dois níveis: inovação e modernização da estrutura produtiva, via alargamento e modernização da base industrial existente, com a implementação de novas indústrias dirigidas a segmentos com maior procura dirigida e com maior conteúdo tecnológico e, por outro lado, desenvolver conceptualmente a qualidade, *design*, o marketing na síntese de estratégias comerciais mais agressivas.

Conclusões ao capítulo 2

O contexto estratégico em que ocorreram as primeiras fases de desenvolvimento industrial da economia portuguesa era o da sociedade fechada, com efectivas protecções alfandegárias. Além disso há que ter em conta o forte grau de intervencionismo político que condicionou esse desenvolvimento, quer fosse traduzido num intervencionismo directo do Estado na economia ou reflectido nas decisões políticas que pretendiam regular as relações económicas numa perspectiva interna. Este contexto estratégico não foi substancialmente alterado com as mudanças políticas da década de 70: houve alterações significativas no sistema de agentes económicos, nos seus graus de organização e da capacidade de racionalidade da decisão económica, nas relações económicas.

A estrutura produtiva deste contexto estratégico tradicional só por acaso corresponderia às necessidades de um novo contexto em que a economia aberta impede as práticas proteccionistas, em que a regra da competitividade impede a artificialização continuada das relações económicas, em que a mobilidade dos factores retira conteúdo nacionalistas às actividades económicas e em que as condições de especialização se passam a definir no grande mercado europeu. Da comparação entre esta duas estruturas produtivas, a tradicional (economia fechada) e a moderna (economia aberta) decorre a estratégia de reorganização. A adesão comunitária impunha assim um desafio básico e irreversível: a

modernização do tecido industrial. Os dois outros pilares do desafio à definitiva inserção da economia portuguesa na economia internacional são o sistema financeiro, cuja sofisticação e inovação adquiriam uma importância elementar para suportar e conceder um leque de alternativas de financiamento ao sector produtivo que permitisse concretizar, independentemente das ajudas financeiras comunitárias, por parte das empresas, projectos de investimento, no âmbito dos objectivos e prioridades colocados pela adesão comunitária. O desenvolvimento de novos produtos financeiros na esfera do crédito, a par do dinamismo do mercado de capitais e o acesso ao crédito externo, subjacente ao movimento internacional de liberalização dos capitais, são elementos indispensáveis à gestão empresarial. As reformas do sistema fiscal e a revisão do código de investimento estrangeiro são, igualmente, objectos naturais, no âmbito institucional, no novo enquadramento que a integração nas CE impunha. Uma vez já referido o carácter fulcral das transferências comunitárias, consubstanciadas nos fundos estruturais, seria interessante avaliar a forma e as prioridades que foram consignadas nos múltiplos programas operacionais que foram, a partir de 1986, elaborados. Pela sua importância vital na indústria, o Programa Especial de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP) foi o "benjamim" dos apoios financeiros provenientes de uma Comunidade, em que dificilmente, nos próximos anos, Portugal deixará de ser um beneficiário líquido.

PARTE 2

Introdução

Uma vez extrapoladas as características estruturais da economia portuguesa nas vésperas da adesão à Europa Comunitária, coloca-se, mediante a metodologia apresentada, a necessidade de analisar as variáveis fundamentais que nos permitem identificar as mutações estruturais da economia portuguesa, decorrentes dos efeitos de uma integração numa união aduaneira, a caminho de um mercado interno e de uma união monetária.

Assim, nesta Segunda parte da dissertação, serão analisadas as variáveis do comércio externo, no sentido de avaliar a **evolução da especialização produtiva** (capítulo 3), a evolução do **investimento estrangeiro**, de forma a analisar, por um lado, as razões de um maior afluxo de capitais externos, e por outro, os efeitos desse acréscimo de investimento nas estruturas produtivas (capítulo 4), as **transformações infraestruturais** — físicas e humanas — nas quais os apoios financeiros dos fundos estruturais das Comunidades Europeias exerceram um papel fundamental e para as quais a existência de **políticas públicas** específicas no âmbito da Ciência & Tecnologia, educação e saúde é indispensável para a prossecução dos objectivos de aumentar a competitividade das empresas, produtos e serviços portugueses e, finalmente, sintetizando muito do que está em causa quando se fala de mudanças estruturais — a **competitividade** (capítulo 5). Conceito que se torna um imperativo em qualquer economia que pretenda beneficiar (em termos líquidos) de uma integração económica, seja a nível regional, seja, num âmbito mais alargado, a nível mundial. Avaliar a emergência da competitividade enquanto uma prioridade no desenvolvimento da economia portuguesa que edifica e suporta as mutações estruturais de Portugal para garantir, alcançar e consolidar, preferencialmente com o mínimo de custos sociais, a inserção internacional é objecto de análise no capítulo 5.

Se fizermos uma análise da evolução macroeconómica de Portugal no pós-adesão comunitária, verificamos que o investimento foi a variável mais afectada pelo processo de integração. Depois de um forte crescimento registado nos quatro primeiros anos de adesão — 9,7% — o investimento entrou em recessão 0,5%.

Evolução dos principais agregados, 1986 a 1993

	1986 a 1990	1991 a 1993	1986 a 1993
PIB	4,80%	0,80%	3,30%
Consumo Privado	5,00%	3,40%	4,40%
Consumo Público	4,50%	1,70%	3,40%
FBCF	9,70%	0,50%	6,20%
Exportações	9,90%	0,80%	6,40%
Importações	15,80%	4,60%	11,50%
Emprego	2,80%	-0,20%	1,70%
Produtividade	2,00%	1,00%	1,60%

Fonte: Banco de Portugal

Os efeitos interrelacionados da regulação macroeconómica e das estruturas produtivas é objecto de uma análise que pretende evidenciar a lenta mutação da economia portuguesa no sentido de alterar o modelo de especialização internacional, condição necessária a caminhar para a consolidação de um desenvolvimento económico que não negligencie os dolorosos custos sociais de uma convergência nominal entre os parceiros comunitários. A génese do conceito de convergência estrutural é um instrumento auxiliar precioso para compreender os estrangulamentos e reflectir sobre as medidas mais adequadas à economia portuguesa para vencer os ambiciosos desafios da competitividade e internacionalização.

Capítulo 3

Reforço da abertura externa e manutenção do perfil de especialização

3.1 O enquadramento macroeconómico

Os primeiros anos de permanência da CE como membro de pleno direito corresponderam a um forte crescimento do produto interno da economia portuguesa. Se tomarmos o índice em volume, o PIB cresceu 30% entre 1985 e 1992 (VER QUADRO 3.1). A aceleração do crescimento foi especialmente sustentada pela procura: o consumo privado aumentou no mesmo período, em volume, 41% e a FBCF cerca de 74%.

Quadro 3.1:

Evolução do Produto Interno Bruto

	PREÇOS CORR.	PREÇOS 85	IND. VOLUME	IND. PREÇOS
1973	281,08	2679,757	76	10
1974	338,019	2716,739	77	12
1975	376,719	2573,146	73	15
1976	467,629	3076,663	87	15
1977	625,84	2968,106	84	21
1978	787,258	3051,686	87	26
1979	993,31	3223,779	91	31
1980	1256,046	3371,726	96	37
1981	1501,126	3426,276	97	44
1982	1850,406	3499,449	99	53
1983	2301,706	3493,386	99	66
1984	2815,726	3427,707	97	82
1985	3523,947	3523,947	100	100
1986	4420,382	3669,866	104	120
1987	5174,714	3862,614	110	134
1988	6002,738	4014,078	114	150
1989	7130,253	4221,003	120	169
1990	8507,429	4405,585	125	193
1991	9913,394	4500,097	128	220
1992	11400,402	4576,601	130	249
UNIDADE: MILHOES DE CONTOS				

Fonte: Eurostat

De qualquer forma, o peso quer do consumo quer do investimento em relação ao PIB apresentaram evoluções irregulares e, nalguns anos, mesmo decrescentes. O consumo privado representava 70,69% do PIB em 1984 (VER QUADRO 3.2), já fruto da realização do programa de ajustamento estrutural do FMI¹, mas tinha atingido valores perto dos 80% em meados da década de 70 (77,97% em 1974, 81,41% em 1975 e 79,80% em 1976). É significativo no comportamento desta variável macroeconómica a influência da evolução dos salários reais. Relembre-se que os salários aumentaram consideravelmente em 75-76 para sofrerem quebras bruscas em 1978 e 1983. A FBCF registou igualmente um *boom* em 1981 e 1982, com o respectivo peso no PIB a atingir os 30,84% e os 31,06%. O investimento foi fortemente penalizado pelo ajustamento de 82-83, que se traduziu, em 1984, numa redução do peso no PIB para os 23,57% (VER QUADRO 3.3). A situação ampliou-se em 1985 (21,79% do PIB) para retomar ligeiramente em 1986 (22,10%). Desde então, o período de crescimento em geral permitiu que a FBCF regressasse a valores perto dos 30%.

Quadro 3.2:

Evolução do Consumo

	PREÇOS CORR.	PREÇOS 85	IND. VOLUME	IND. PREÇOS	%PIB
1973	198,552	2152,65	90	9	70,64%
1974	263,559	2292,819	96	11	77,97%
1975	306,702	2029,444	85	15	81,41%
1976	373,175	2452,962	102	15	79,80%
1977	450,375	2321,856	97	19	71,96%
1978	535,358	2274,439	95	23	68,00%
1979	670,254	2274,386	95	30	67,48%
1980	845,519	2359,386	99	36	67,32%
1981	1045,448	2427,836	101	43	69,64%
1982	1287,056	2484,946	104	52	69,56%
1983	1596,196	2449,306	102	65	69,35%
1984	1990,336	2377,166	99	84	70,69%
1985	2393,25	2393,25	100	100	67,91%
1986	2876,198	2527,046	106	114	65,07%
1987	3335,666	2663,129	111	125	64,46%
1988	3909,885	2838,341	119	138	65,14%
1989	4527,085	2932,062	123	154	63,49%
1990	5368,687	3088,032	129	174	63,11%
1991	6273,796	3246,199	136	193	63,29%
1992	7412,683	3366,308	141	220	65,02%

UNIDADE: MILHÕES DE CONTOS

Fonte:
Eurostat

¹ ver capítulo 1, secção 1.2

Quadro 3.3:**Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo**

	PREÇOS CORR.	PREÇOS 85	IND. VOLUME	IND. PREÇOS	%PIB
1973	57,256	664,672	87	9	20,37%
1974	66,761	788,212	103	9	19,75%
1975	73,992	873,469	114	9	19,64%
1976	88,931	787,405	102	11	19,02%
1977	165,807	845,790	110	20	26,49%
1978	219,774	898,358	117	25	27,92%
1979	263,956	886,279	115	30	26,57%
1980	358,848	961,930	125	37	28,57%
1981	463,008	1014,870	132	46	30,84%
1982	574,769	1037,777	135	55	31,06%
1983	671,508	963,758	125	70	29,17%
1984	663,69	796,198	104	83	23,57%
1985	767,957	767,957	100	100	21,79%
1986	976,99	851,440	111	115	22,10%
1987	1250,816	979,748	128	128	24,17%
1988	1611,246	1126,311	147	143	26,84%
1989	1885,015	1189,776	155	158	26,44%
1990	2243,343	1260,396	164	178	26,37%
1991	2574,899	1291,199	168	199	25,97%
1992	2919,936	1337,682	174	218	25,61%

UNIDADE: MILHÕES DE CONTOS Fonte: Eurostat

Os anos 80 evidenciaram um claro reforço da abertura comercial dos sectores da indústria transformadora, o que deixa transparecer o carácter fundamental das relações comerciais externas na dinamização e funcionamento das actividades produtivas localizadas em Portugal.

A procura interna voltou a registar um forte aumento, a partir de 1988. Se tomarmos 1985 por ano base (VER QUADRO 3.4), verifica-se que a procura interna cresceu, em volume, 52%, em 1992. Isto foi acompanhado por um peso crescente no PIB. Depois de até 1985, o que foi uma das causas do colapso das contas externas que conduziram à adopção dos programas de estabilização e ajustamento do FMI, a procura interna ultrapassar o PIB, entre 10 e 20%, voltou a apresentar essa tendência. Em 1992, a procura interna superava o produto interno em 11,52%.

Quadro 3.4:**Evolução da Procura Interna**

	PREÇOS CORR.	PREÇOS 85	IND. VOLUME	IND. PREÇOS	% PIB
1973	309,58	3210,85	88	10	110,14%
1974	396,98	3423,19	93	12	117,44%
1975	426,3	3197,9	87	13	113,16%
1976	536,63	3537,96	97	15	114,76%
1977	719,97	3563,79	97	20	115,04%
1978	885,02	3589,99	98	25	112,42%
1979	1100,84	3683,98	100	30	110,83%
1980	1440,14	3908,46	107	37	114,66%
1981	1790,16	4041,39	110	44	119,25%
1982	2194,38	4130,89	113	53	118,59%
1983	2595,22	3894,06	106	67	112,75%
1984	3039,39	3633	99	84	107,94%
1985	3667,33	3667,33	100	100	104,07%
1986	4542,59	3970,66	108	114	102,76%
1987	5545,27	4382,69	119	126	107,16%
1988	6653,13	4707,85	128	141	110,83%
1989	7751,73	4908,6	134	158	108,72%
1990	9266,09	5173,93	141	179	108,92%
1991	11152,3	5383,6	147	207	112,50%
1992	12713,61	5577,4	152	228	111,52%

UNIDADE: MILHÕES DE CONTOS Fonte: Eurostat

Neste contexto, as exportações, depois de um peso crescente, em 1983-85, no PIB, que atingiu os 37%, abrandou até 1989. Neste ano, as vendas ao exterior voltaram a representar 37% do PIB, para caírem até aos 29,22%, em 1992. Em volume, as exportações cresceram 68% , em 1992 relativamente a 1985, ainda que os preços não aumentassem tanto (51%).

As importações, exceptuando o ano de 1986, em que pesavam 35,94% do PIB e em que os preços baixaram 7% face a 1985, mantiveram no restante período da década de 80 um peso acima dos 40% do produto interno. Em 1992, esse peso voltou a cair para os 37,93%. Em volume, mais do que duplicaram, pelo que a cobertura das exportações tendeu a reduzir-se, fixando-se, em 1992, nos 77% (VER QUADRO 3.5 e 3.7).

Quadro 3.5:

Evolução das Exportações

	PREÇOS CORR	PREÇOS 85	IND. VOLUME	IND. PREÇOS	%PIB
1973	59,02	749,25	57	8	21,00%
1974	74,71	644,05	49	12	22,10%
1975	64,86	543,72	41	12	17,22%
1976	68	577,35	44	12	14,54%
1977	115,3	655,6	50	18	18,42%
1978	158,37	715,21	54	22	20,12%
1979	268,72	950,98	72	28	27,05%
1980	343,95	972,06	74	35	27,38%
1981	389,51	928,87	71	42	25,95%
1982	488,48	972,24	74	50	26,40%
1983	721,24	1104,51	84	65	31,34%
1984	1048,63	1233,02	94	85	37,24%
1985	1315,21	1315,21	100	100	37,32%
1986	1466,57	1404,06	107	105	33,18%
1987	1774,67	1525,02	116	116	34,29%
1988	2129,52	1680,21	128	127	35,48%
1989	2671,15	1903,41	145	140	37,46%
1990	3100,17	2084,08	158	149	36,44%
1991	3166,3	2107,8	160	150	31,94%
1992	3330,95	2206,87	168	151	29,22%

UNIDADE: MILHÕES DE CONTOS Fonte: Eurostat

Quadro 3.6:

Evolução das Importações

	PREÇOS CORR.	PREÇOS 85	IND. VOLUME	IND. PREÇOS	%PIB
1973	87,53	1296,7	89	7	31,14%
1974	133,68	1362,79	93	10	39,55%
1975	114,43	1177,08	81	10	30,37%
1976	137	1033,09	71	13	29,30%
1977	209,43	1251,28	86	17	33,46%
1978	256,13	1253,51	86	20	32,53%
1979	376,26	1411,18	97	27	37,88%
1980	528,04	1508,79	103	35	42,04%
1981	678,53	1543,98	106	44	45,20%
1982	832,45	1603,7	110	52	44,99%
1983	1014,75	1505,18	103	67	44,09%
1984	1272,29	1438,31	99	89	45,19%
1985	1458,59	1458,59	100	100	41,39%
1986	1588,76	1704,85	117	93	35,94%
1987	2145,23	2045,11	140	105	41,46%
1988	2779,9	2373,99	163	117	46,31%
1989	3292,63	2591,01	178	127	46,18%
1990	3858,83	2852,43	196	135	45,36%
1991	4098,7	2993,3	205	137	41,35%
1992	4324,13	3250,72	223	133	37,93%

UNIDADE: MILHÕES DE ESCUDOS Fonte: Eurostat

O grau de abertura da indústria portuguesa registou, de facto, um aumento significativo ao longo da década de 80. A nível das exportações, o crescimento foi de cerca de 15 pontos percentuais ², "passando de 20% do mercado interno, em 1980, para 35%, em 1990". As

² Mateus, Augusto e outros, "Cenários de Desenvolvimento para o século XXI", 1995

importações cresceram 18%, passando de 26 para 44%. No cômputo global do comércio externo — exportações e importações — o aumento foi de 33%, isto é, de 47 para 79%.

Mateus³ refere como a penetração das importações foi mais significativa do que as exportações de produtos industriais, em especial no período pós adesão, uma vez que "a penetração das importações reforçou-se em cerca de 13 pontos percentuais, enquanto a intensidade exportadora apenas aumentou 4 pontos percentuais".

O reforçado processo de abertura, ainda que com ritmos diferenciados nas componentes exportações e importações, resultou num considerável défice comercial dos produtos industriais. É que, se em 1985 o saldo era excedentário em 170 milhões de contos, fruto das medidas de ajustamento negociadas com o FMI, em 1990 o défice atingia os 560 milhões de contos.

A penetração das importações, especialmente nos bens de consumo, foi muito forte. O Banco de Portugal calcula que as importações directamente associadas ao consumo privado passaram de 7,9%, em 1986, para 23,2%, em 1992, o que traduz um crescimento de 46,7% do consumo privado e de 645% das importações de bens de consumo, no período compreendido entre 1980 e 1992. Daí que em contrapartida o preço relativo das importações de bens de consumo tenha baixado cerca de 37,5% desde a adesão à CE. A principal consequência a nível estrutural foi o crescendo de concorrência no mercado doméstico, o que colocava às empresas nacionais um duplo e ampliado desafio: a consolidação das quotas detidas no mercado doméstico e a tentativa de criar e beneficiar de oportunidades no mercado interno europeu.

3.2 As mudanças na estrutura do comércio externo

Às portas da adesão plena às Comunidades Europeias, Portugal era uma economia cujo modelo de especialização internacional se caracterizava por uma excessiva concentração em dois tipos de sectores: por um lado, as actividades fortemente intensivas em mão de obra como os têxteis, calçado e os produtos metálicos; e, por outro lado, as actividades caracterizadas pela forte utilização de recursos naturais, como o agro-industrial, a fileira florestal e os minerais não metálicos. Em 1988⁴, o respectivo contributo para o produto industrial era de 68%, para o emprego de 74% e para as exportações de 71%.

Uma das marcas indeléveis do comércio externo português é a dependência de um número muito limitado de produtos e num número muito limitado de mercados.

³ ibidem

⁴ ibidem

3.2.1. Maior abertura, maior défice

Romão⁵ afirma, numa análise baseada nas variáveis estruturantes do comércio externo, que «a evolução global pós-adesão se traduziu por um crescimento regular do défice» (VER QUADRO 3.7).

Quadro 3.7:

Evolução das Balança Comercial e cobertura das exportações

	PREÇOS CORR.	PREÇOS 85	BC/PIB	EXPORT	IMPORT	EXPORT/IMPORT
1973	-28,51	-549,99	-10	59,02	87,53	67,43%
1974	-58,97	-726,38	-17	74,71	133,68	55,89%
1975	-49,57	-640,35	-13	64,86	114,43	56,68%
1976	-69	-458,69	-15	68	137	49,64%
1977	-94,13	-595,68	-15	115,3	209,43	55,05%
1978	-97,77	-538,3	-12	158,37	256,13	61,83%
1979	-107,54	-460,2	-11	268,72	376,26	71,42%
1980	-184,09	-536,73	-15	343,95	528,04	65,14%
1981	-289,02	-615,11	-19	389,51	678,53	57,40%
1982	-343,97	-631,46	-19	488,48	832,45	58,68%
1983	-293,51	-400,67	-13	721,24	1014,75	71,08%
1984	-223,66	-205,29	-8	1048,63	1272,29	82,42%
1985	-143,38	-143,38	-4	1315,21	1458,59	90,17%
1986	-122,19	-300,79	-3	1466,57	1588,76	92,31%
1987	-370,56	-520,09	-7	1774,67	2145,23	82,73%
1988	-650,38	-693,78	-11	2129,52	2779,9	76,60%
1989	-621,49	-687,61	-9	2671,15	3292,63	81,13%
1990	-758,66	-768,35	-9	3100,17	3858,83	80,34%
1991	-932,4	-885,5	-9	3166,3	4098,7	77,25%
1992	-993,18	-1043,86	-9	3330,95	4324,13	77,03%

UNIDADE: MILHÕES DE CONTOS

Fonte: Eurostat

O ritmo mais acelerado das taxas de crescimento das importações é determinante na análise em volume, já que em valor a evolução é bastante afectada pela política cambial».

As exportações portuguesas representam cerca de 1/3 do PIB. No entanto o défice comercial português crónico, com importações rapidamente crescentes, principalmente em maquinaria energia e alimentos, indica um decréscimo da competitividade geral na indústria portuguesa.

Há alguns factores externos explicam esta situação, como o aumento da procura alimentado pelos fundos da CE, a falta de oferta doméstica em bens essenciais como reservas de petróleo ou de gás, uma dura seca no Sul do país que provocou uma redução da produção agrícola. No entanto, o declínio constante da balança comercial é elucidativo da perda sistemática de importantes fontes de competitividade, à medida que as importações aumentam mais rapidamente que as exportações.

O contraponto da maior abertura da economia portuguesa, depois da adesão implica avaliar o impacto da evolução do comércio externo no sistema produtivo, no sentido de evidenciar a

⁵ Romão, António "O comércio externo português", Documento de Trabalho 2/91, CEDIN/ISEG, 1991

capacidade (ou não) de adaptar a oferta à evolução da procura, sem ser necessário recorrer ao artifício cambial e, acima de tudo, detectar se, com os programas de apoios financeiros específicos da Comunidade Europeia consagrados a Portugal, a economia portuguesa deixou de (ou continua a) apresentar as vantagens comparativas que tradicionalmente sustentaram a sua internacionalização: mão de obra barata e abundância de recursos naturais.

As exportações portuguesas representam cerca de 1/3 do PIB. No entanto, o défice comercial crónico, com importações crescentes em maquinaria, energia e bens alimentares e exportações afectas a produtos com fraco valor acrescentado não abonam em favor da competitividade da indústria portuguesa.

O modelo em que tem assentado a especialização industrial da economia portuguesa sustenta que a concorrência se baseia no custo de factores, como a mão de obra e as matérias primas, sendo "favorecida" a empresa que consiga os mais baixos custos de produção.

A génese da vantagem competitiva das nações de Michael Porter levou-o a tentar aplicar, no estudo que realizou sobre a economia portuguesa, um dos seus princípios: o de que a produtividade «não depende tanto das indústrias em que o país compete, mas do modo como competem as empresas nessa indústrias» e de que «o sucesso competitivo de cada país encontra-se concentrado em certas indústrias e grupos de indústrias inter-relacionadas, designadas por clusters»⁶

Numa análise das principais variáveis estruturantes do comércio externo, Romão conclui que, no pós-adesão, se registou um aumento relativo das exportações de bens de consumo, que constituem actualmente a principal categoria económica dos bens exportáveis, com um reforço da especialização nos têxteis, confecções e calçado. Por outro lado, verificou-se um aumento relativo dos bens de equipamento e material transporte, associado a investimentos estrangeiros, uma quebra acentuada das exportações de bens intermediários, o que pode estar associada à perda de posição dos produtos químicos e à manutenção da posição relativa de minerais e metais e assiste-se a uma sobreespecialização do país em bens de consumo e a fraca produção de bens de equipamento, situação que, afinal, não sofreu uma mutação significativa desde finais dos anos 60.

3.2.2 A concentração do comércio na Comunidade

Uma consequência elementar, a do reforço do comércio externo português com os parceiros comunitários. As exportações portuguesas intra-comunitárias aumentaram, mas menos que as importações (VER QUADRO 3.8). À excepção de 1989, em que o aumento das exportações para a CE superou o aumento das importações (23,51% face a 14,80%), os restantes anos traduziram a evolução inversa, ou seja, as importações da CE a aumentarem mais do que as exportações: 30,81% face a 13,26%, em 1987; 37,21% face a 17,66%, em 1988; 16,02% face a 15,13%,

⁶ in relatório da Monitor Company "Construir as vantagens competitivas de Portugal"

em 1990; e 12,35% face a 4,68%, em 1991. Em consequência o défice comercial tem apresentado uma evolução regular. Em 1987, passou de 18,3 para 667,3 milhões de Ecu (crescimento de 3546%). Nos anos seguintes, apesar de menos intenso, o ritmo de crescimento do défice da balança comercial com a CE fixou-se em 161,8%, 100,31% e 18,30%, respectivamente em 1988, 1989 e 1990.

Quadro 3.8

Evolução comércio externo, por áreas

	Exportações extra-CE	Lva	Exportações intra-CE	Lva	Importações extra-CE	Lva	Importações intra-CE	Lva	Bal.comercial extra-CE	Lva	Bal.comercial intra-CE	Lva
1973	732.4		767.9		1220.3		1250.2		-487.9		-482.3	
1974	938.6	28.15%	965.8	25.77%	2011.5	64.84%	1865.2	49.19%	-1072.9	119.90%	-899.4	86.48%
1975	724.2	-22.84%	841.8	-12.84%	1772.2	-11.90%	1385.9	-25.70%	-1048	-2.32%	-544.1	-39.50%
1976	753.3	4.02%	885.3	5.17%	2101.1	18.56%	1791.3	29.25%	-1347.8	28.61%	-906	66.51%
1977	815.4	8.24%	966.7	9.19%	2252.7	7.22%	2121.8	18.45%	-1437.2	6.63%	-1155.1	27.49%
1978	786.1	-3.59%	1119.5	15.81%	2002.1	-11.12%	2117.7	-0.19%	-1215.9	-15.40%	-998.2	-13.58%
1979	1063.2	35.25%	1562.8	39.60%	2551.1	27.42%	2400	13.33%	-1487.8	22.36%	-837.2	-16.13%
1980	1318.9	24.05%	1950	24.78%	3730.6	46.23%	3096.2	29.01%	-2411.6	62.09%	-1146.2	36.91%
1981	1538	16.61%	2119.2	8.68%	4822.8	29.28%	3994.9	29.03%	-3284.7	36.20%	-1875.7	63.65%
1982	1575.5	2.44%	2588.7	22.15%	5082.7	5.39%	4533.4	13.48%	-3507.3	6.78%	-1944.7	3.68%
1983	1838.3	16.68%	3222.4	24.48%	4969.6	-2.23%	4093.6	-9.70%	-3131.3	-10.72%	-871.2	-55.20%
1984	2411.7	31.19%	4056.8	25.89%	5610.2	12.89%	4312.4	5.34%	-3198.5	2.15%	-255.6	-70.66%
1985	2699.8	11.95%	4660.6	14.88%	5418	-3.43%	4678.9	8.50%	-2718.2	-15.02%	-18.3	-92.84%
1986	2277.5	-15.64%	4979.8	6.85%	3928.2	-27.50%	5647.1	20.69%	-1650.7	-39.27%	-667.3	3546.45%
1987	2257.2	-0.89%	5640.2	13.26%	4246.1	8.09%	7387.2	30.81%	-1989	20.49%	-1747	161.80%
1988	2534	12.26%	6636.4	17.66%	4969.1	17.03%	10135.9	37.21%	-2435.1	22.43%	-3499.5	100.31%
1989	3168.3	25.03%	8196.3	23.51%	5502.5	10.73%	11635.9	14.80%	-2334.2	-4.14%	-3439.6	-1.71%
1990	3264	3.02%	9436.6	15.13%	6034.6	9.67%	13500.3	16.02%	-2770.6	18.70%	-4063.7	18.14%
1991	3127.5	-4.18%	9877.8	4.68%	5904.4	-2.16%	15168.2	12.35%	-2777	0.23%	-5290.4	30.19%

Unidade: milhões de Ecu

Fonte:
Eurostat

Se esta tendência para a criação d3 comércio é esperada no fenómeno de integração económica, coloca alguns desafios, nomeadamente a capacidade de adaptação ao comportamento dos mercados e especialmente da procura dirigida aos vários sectores de actividade. No caso de Portugal, o tipo de sectores vocacionados para o exterior denotam fraca possibilidade de crescimento, na medida em que a procura comunitária tende a estabilizar ou mesmo decrescer. São os casos do agro-alimentar e dos têxteis. A maior abertura externa, concentrando-se no espaço comunitário provoca, por outro lado, o problema da diversificação de mercados. O movimento de diversificação da oferta, sendo estrutural, é um processo a longo prazo, pelo que há que complementá-lo com a diversificação de mercados. Aqui, coloca-se o problema das estruturas empresariais portuguesas, que terão de encontrar as condições para mudar as formas de organização e de gestão para apreender a urgência ou não de internacionalização e a melhor forma de o fazer.

3.2.3. Novos pólos de especialização?

No sentido de melhor compreender o desfasamento entre os aspectos quantitativos (aumento do peso do comércio externo do PIB, aumento das exportações e importações relativamente ao espaço comunitário) e os aspectos qualitativos (manutenção do perfil de especialização e dependência dos fundos comunitários a nível dos investimentos de reestruturação do sistema produtivo) do impacto do pós-adesão, iremos proceder a uma análise neste capítulo da evolução dos principais sectores da indústria transformadora.

A identificação dos clusters portugueses, efectuada pela Monitor Company sob a égide de Michael Porter, saldou-se igualmente pela extrapolação de desafios à mudança, uma vez que «na sua maioria os *clusters* são pouco profundos sendo particularmente pouco desenvolvidos na área de engenharia, design, distribuição, vendas e marketing; não estão a alcançar o seu potencial máximo e existe uma falta de diálogo entre as empresas e o governo»⁷.

Os clusters identificados por Porter no sentido de propiciarem vantagens competitivas à economia portuguesa foram o automóvel, calçado, malhas, turismo, vinho e produtos de madeira, a par da necessária adopção de medidas no âmbito de políticas públicas de educação, gestão florestal, capacidade de gestão, ciência e tecnologia e financiamentos.

No "Construir as vantagens competitivas de Portugal" são seleccionados 16 grandes *clusters*: 4 associados a indústrias de base, na medida em que utilizam inputs de muitos outros sectores — metais, produtos de floresta, química e semicondutores; 6 associados às funções industriais e de suporte, caracterizados pela competição tecnológica — transportes, produção e distribuição de energia, escritórios, telecomunicações e defesa; Outros 6 associados às indústrias de bens e serviços de consumo — alimentação e bebidas, imobiliário, têxteis e vestuário, saúde e lazer.

A concentração das exportações sobressai quando se verifica que destes 16 sectores, três (produtos florestais, imobiliário e têxteis/vestuário) representam 60% do total e, acrescentando os minerais/metals, química a alimentação e bebidas o peso nas exportações totais atinge os 90%.

Num terceiro nível de análise conclui-se que as exportações concentram-se, de facto, nas indústrias de base e de consumo, não se diagnosticando uma expressão exportadora das indústrias que Porter chama com funções industriais e de suporte.

A incoerência do sistema produtivo nacional ganha corpo quando estudamos as razões da evidência exportadora das indústrias de base e as de consumo: as primeiras desenvolveram-se através da exploração da abundante reserva de recursos naturais, a maioria das vezes sem aproveitar o valor da matéria prima numa indústria transformadora; as segundas desenvolveram-se através de políticas comerciais mais ou menos protectoras e na existência de baixo custo do

⁷ ibidem

factor trabalho. É uma das desvantagens de uma economia centrada em poucos sectores é precisamente a menor possibilidade de efectivar transferências vantajosas entre indústrias.

A análise da competitividade portuguesa pela composição das exportações permite verificar que as exportações concentram-se assim em indústrias de base e de consumo final (56,4%). A falta de indústrias com funções industriais e de suporte revela uma economia cujo desenvolvimento foi atrofiado. As indústrias de base desenvolveram-se através da exploração da rica base de recursos de Portugal, muitas vezes sem maximizar o valor das matérias primas através da transformação avançada. As de bens de consumo desenvolveram-se num enquadramento económico — por vezes protegidas, outras vezes baseadas apenas nos baixos salários — que não apoiou o desenvolvimento dos sectores das correspondentes funções industriais e de apoio. Além da afirmação de novos pólos de especialização industrial, verifica-se uma crescente debilidade nos pólos tradicionais de exportação. Mateus⁸, com base nas dinâmicas de crescimento, confirma que as debilidades de "uma inserção internacional limitada por vantagens competitivas baseadas no factor preço", na medida em que "ambos os casos, o ritmo de crescimento das exportações ficou aquém da média nacional e o ritmo de crescimento das importações ficou acima desta média". São os casos das fileiras têxtil e florestal.

Um terceiro vector na dinâmica de especialização industrial, num contexto de concorrência acrescida reforçada pela integração comunitária, relaciona-se com as fileiras química e alimentar que tendem a revelar um menor protagonismo no dinamismo industrial. As indústrias metalúrgicas evidenciam sinais de redução de dependência, na medida em que registam o maior ritmo de crescimento do VAB, num cenário de crescimento das exportações acima da média nacional e de crescimento das importações abaixo da mesma.

O quarto vector emergente da análise sustenta uma maior dependência na produção de bens de equipamento e, fundamentalmente, o carácter desequilibrado da evolução do sector. É que se por um lado se regista uma maior internacionalização, traduzida no comércio externo superior à média nacional, por outro, o crescimento das importações ultrapassa o das exportações, o que traduz o bloqueio estrutural da produção de bens de equipamento da economia portuguesa.

3.3 Os reflexos do perfil de especialização no posicionamento competitivo da economia portuguesa

O perfil de especialização da economia portuguesa suporta uma sobreespecialização, como vimos, em indústrias de baixa qualificação dos recursos humanos e de baixo conteúdo tecnológico, explorando como eixo de competitividade o baixo custo do factor trabalho e a relativa abundância de recursos naturais, nomeadamente na fileira florestal.

Identificando as indústrias competitivas através da vantagem comparativa revelada, ou seja seleccionar as indústrias cujas quotas de exportação nos mercados internacionais igualem ou

⁸ Mateus, Augusto e outros, "Cenários de Desenvolvimento para o século XXI", 1995

excedam a média das exportações nacionais, verifica-se que são 269⁹, concentradas nos sectores dos têxteis e vestuário, imobiliário e nos produtos florestais.

Uma análise comparativa das principais indústrias portuguesas permite constatar a profunda concentração. Das 100 maiores, 46 são têxteis e a maioria das restantes são de produtos florestais, minérios, pasta de papel e couro. Estas indústrias representam 47,8% das maiores empresas portuguesas. Se reduzirmos a amostra para 50, aquelas indústrias representam 20,9% do total.

É precisamente esta característica — a de uma economia se centrar em poucos sectores — que confere uma desvantagem, uma vez que há menores possibilidades de obter benefícios nas transferências entre indústrias.

O facto de a composição das exportações portuguesas revelar uma grande dependência dos sectores baseados em recursos naturais, dos quais uma grande parte implica pouca ou nenhuma transformação (leia-se valor acrescentado), acentua igualmente a vulnerabilidade de Portugal a flutuações nos mercados internacionais. A simultânea fraca posição em termos de produção de máquinas e nas funções industriais e de suporte adjudica que muito há ainda por fazer.

Desta forma, coloca-se um enorme desafio no que refere à aquisição, por parte das empresas, indústrias e economia como um todo, da capacidade competitiva nos mercados internacionais. Esse desafio consiste na transformação do modelo produtivo, isto é, na capacidade de passar de um modelo excessivamente assente no baixo custo do factor trabalho para um modelo baseado na investigação e desenvolvimento, cujos esforços sustentam a inovação, na diferenciação e especialização de bens e serviços.

Para despoletar esta transformação exigem-se políticas específicas que permitam o desenvolvimento tecnológico e a penetração em segmentos de mercado com maior probabilidade de crescimento face às estimativas de evolução da procura internacional, de forma a minorar os custos sociais, nomeadamente a destruição de postos de trabalho, provocados pela reestruturação sectorial.

3.3.1 Fileira têxtil

Das 100 maiores indústrias portuguesas¹⁰, 46 são têxteis e a maior parte das restantes são de produtos florestais, minérios, pasta de papel e couro, representando 47,8% das exportações. Os têxteis representam 20,7% do VAB e 28,7% do emprego da indústria transformadora.

O contexto deste sector, orientado para a exportação, é de uma elevada concentração de clientes: cerca de 90% das vendas ao exterior são destinadas à Europa, dos quais 69% para os Doze e 21% para os membros da EFTA (agora, Finlândia, Áustria e Suécia já na CE). A orientação

⁹ em 1990, in Construir as Vantagens Competitivas de Portugal

¹⁰ ibidem

exportadora do sector é claramente superior à média comunitária. Em 1985, o índice de especialização médio era de 0,88, face aos 1,35 apresentado pelo sector têxtil¹¹. Com este cenário, as dificuldades de evolução são crescentes, na medida em que aqueles mercados são dotados de uma fraca capacidade de crescimento do consumo. Além deste condicionamento estrutural da evolução da procura, acresce que os produtores/exportadores portugueses não controlam minimamente as redes de distribuição, pelo que há quem sintetize a situação como «a indústria têxtil portuguesa não vende habitualmente produtos, vende a capacidade produtiva instalada»¹²

O futuro do sector estará dependente de algumas variáveis: do comportamento da procura, da conquista de novos mercados e consolidação dos tradicionais, da inovação e qualidade e dos apoios do PEDIP.

No sub-segmento do calçado, a orientação para a exportação tem raízes na entrada, em 1959, de Portugal na EFTA, o que permitiu ao sector do calçado penetrar nos mercados britânico, suíço e dinamarquês, que chegaram a absorver 70% das exportações portuguesas de calçado. Em 1972, a assinatura do acordo comercial com a CEE reforçou este perfil: apenas 4% das exportações de calçado eram canalizadas para o espaço comunitário, em 1972, enquanto que em 1981 o peso do mercado comunitário nas exportações nacionais de calçado subiu aos 33%. A manutenção de taxas de crescimento positivas nas exportações fica a dever-se a «um processo de deslocalização para Portugal de empresas europeias, aproveitando a qualidade e o preço da mão de obra»¹³. A evolução dos mercados externos e a capacidade de diversificar mercados e produtos são factores essenciais para a evolução do sector do calçado que representa 3,1% e 4,4% do VAB e do emprego, respectivamente, da indústria transformadora. A indústria tradicional do calçado ainda está a beneficiar do crescimento significativo das exportações originado pela adesão à EFTA e à CE. 1100 empresas. Apesar do sucesso das exportações, este *cluster* é pouco profundo. Não estão desenvolvidas as interligações com o sector do couro e as empresas de calçado recorrem a empresas italianas e argentinas para melhorar a qualidade e obter respostas rápidas. As componentes de couro e de metal são importadas de França e de Itália, com notável excepção das solas de couro. As máquinas, idem. O design é colado do italiano e a distribuição está nas mãos de agentes estrangeiros.

A indústria sofre de uma má imagem nos mercados internacionais, não havendo marcas reconhecidas, ao contrário do que acontece por exemplo com os concorrentes italianos.

A evolução do sector depende do comportamento dos mercados externos e da capacidade de flexibilização da estrutura nacional, o esforço de inovação, qualidade e marketing, no sentido de consolidar e conquistar quotas de mercado.

¹¹ Freitas, Vera e Rocha, Edgar in "A especialização da economia portuguesa- tendências e perspectivas. O investimento na indústria transformadora", Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Indústria e Energia, Outubro de 1992

¹² Amaral, João Ferreira, in "Portugal Moderno", 1988

¹³ ibidem

3.3.2 Fileira Florestal

A reestruturação industrial com uma maior valorização industrial da matéria prima é desejável para garantir um maior valor das exportações, independentemente da evolução positiva em volume.

A exigência de qualidade acrescida por parte da procura externa implicará um ajustamento da oferta às novas condições de concorrência, nomeadamente a espanhola.

A actividade de produtos de madeira concentra-se geograficamente nos distritos de porto e Viseu e a produção privilegia as pranchas de pinho e aglomerados, que se caracterizam por um maior valor acrescentado. O principal estrangulamento prende-se com a incapacidade de responder às mudanças nas necessidades dos consumidores. Por exemplo, os principais consumidores finais na construção cada vez compram mais componentes semi-acabados de madeira em vez de fazer cada peça a partir da matéria prima. Isto requer que os produtores integrem a jusante na produção de componentes. A concentração das empresas em produtos básicos significa que não desenvolveram as capacidades de design e de marketing necessárias para competir neste novo mercado.

3.3.3 Alimentação, bebidas e tabaco

A indústria alimentar assegura 11,4% do VAB industrial e 11,3% do emprego. Ao contrário dos sectores já analisados, a indústria alimentar caracteriza-se por uma orientação predominante para o mercado interno, à excepção do concentrado de tomate, um dos *ex-libris* do "made in Portugal". A reestruturação do sector terá de ter em conta a mutação na estrutura da procura, nomeadamente a tendência para o seu crescimento reduzido, devido quer à lenta evolução demográfica, quer à fraca elasticidade-rendimento da procura. Um dos ramos mais importantes é o da produção de lacticínios, cuja actividade se concentra no Noroeste do país, na região de Entre Douro e Minho. Só esta região representa 70% da produção de lacticínios do continente. Ao contrário de muitos outros *cluster* agrícolas portugueses, são fortes as interligações nesta indústria. Mais de 90% da produção de leite¹⁴ do continente é recolhida através de cooperativas que providenciam equipamento e assistência técnica a milhares de pequenos produtores. Em troca, as cooperativas fornecem leite tratado às 50 empresas de lacticínios ou utilizam o leite para produzir uma variedade de produtos lácteos.

3.3.4 Papel

A dinâmica da procura mundial, que oferece sinais de um forte crescimento até final do século, a reorganização produtiva do sub-sector do papel e a integração dos vários segmentos: pasta,

¹⁴ a propósito, ver relatório da Monitor Company "Construir as vantagens competitivas de Portugal"

papel e embalagem, serão três aspectos indispensáveis à reestruturação, especialmente quando se prevê a privatização da Portucel Industrial. Trata-se, aliás, de um sector naturalmente acompanhado pelos investidores estrangeiros, na medida em que a abertura do capital da Portucel Industrial à iniciativa privada poderá tornar a empresa num fruto apetecido por um estrangeiro que ambicione concretizar o que ainda não se fez a nível interno: a integração da produção de celulose e papel.

3.3.5 Química

A indústria química de base representa cerca de 14,5% do VAB industrial e «com a adesão à CEE começou a verificar-se uma acentuada pressão concorrencial sobre o mercado nacional de produtos como os gases industriais, a soda cáustica, isto é, todos os produtos originários da indústria eléctrica».

3.3.6 Minerais não Metálicos

No período correspondente à adesão à CEE, a principal mudança estrutural do sub-sector da cerâmica foi a ascensão da cerâmica decorativa em detrimento da cerâmica industrial. A dependência da construção civil e o aparecimento de novas necessidades, nomeadamente o segmento dos cimentos fazem com que a evolução desta indústria esteja bastante condicionada pela matriz de relações inter-industriais.

3.4 A dinâmica interna face ao desafio da internacionalização

O processo de internacionalização das economias resulta da convergência de efeitos de duas vertentes óbvias: a interna, resultante dos choques de origem interna provocados por alterações regionais, continentais e mundiais, sintetiza em três factores — bloqueio, aprendizagem e racionalidade; e a externa, possibilitando a identificação de factores estratégicos que condicional as correntes internacionais dominantes e que também são sintetizadas por Lopes¹⁵ em três factores— competição, associação e obsolescência.

As respostas das sociedades podem ser várias: as sociedades dependentes que, em última instância, os impulsos externos são insuficientes para desencadear o processo de modernização nas condições internas; as sociedades dualistas em que o êxito da estratégia de desenvolvimento depende da rapidez dos factores de aprendizagem e dos apoios alcançados via factor de associação e que conduz ao garante de produtividade para cumprir o factor competição, as sociedades de integração regional, diferenciando-se pelo reforço do factor associação e evolução

¹⁵ Lopes, Ernâni e outros, in "O desafio dos anos 90", editorial Presença, 1989

equilibrada dos restantes; as sociedades a ritmos diferenciados e as sociedades de apoio, caracterizadas pelas assimetrias regionais e sectoriais.

Apoiado neste arsenal teórico, Lopes e outros¹⁶ admitem a reorganização da estrutura produtiva como um processo de diferentes níveis de diferenciado impacte estruturante, pelo que hierarquiza três vectores estruturantes: o sistema financeiro, o sistema de distribuição e comercialização e o sistema produtivo. Estes autores defendem a orientação para sectores que de forma disseminada ou concentrada permitam gera maiores volumes de excedentes.

Nesta lógica, a reorganização produtiva deveria privilegiar as actividades conotadas com o aproveitamento das condições climatéricas características de Portugal: o Sol e praia; Os sectores integrados na fileira florestal, na medida em que «as condições de mercado reforçarão ainda mais as ligações já existentes entre as empresas do sector e o exterior», as actividades associadas ao posicionamento geográfico com a construção e a reparação naval, a indústria extractiva, a agro-alimentar, as tradicionais que podem detectar nichos de mercado e diferenciarem a produção de acordo com as exigências desses nichos de mercado e as actividades ligadas à criação de infraestruturas, sejam físicas ou na formação de capital humano.

3.4.1 Indústria portuguesa: Oito anos, dois ciclos

A evolução da produção industrial ao longo dos oito anos decorridos em relação à adesão formal às Comunidades europeias traduz, numa análise dinâmica, um ciclo de crescimento, de 1986 a 1990, e um ciclo depressivo, de 1991 a 1993.

Analisando a produção por tipo de bens, é perfeitamente possível detectarmos uma hierarquia. Por ordem descendente de importância na dinâmica da produção industrial, temos os bens de consumo, os bens intermédios e, por último, os bens de equipamento.

A taxa de crescimento anual da produção industrial tem vindo a desacelerar. Depois de, em 1986, a produção total da indústria transformadora ter aumentado 23,6% (VER QUADRO 3.9 a 3.12), O crescimento desacelerou para taxas na ordem dos 10,5%, em 1988. A ligeira retoma da produção em 1990 (crescimento de 17,7%) daria novamente lugar às dificuldades no triénio seguinte.

Verifica-se, mesmo assim e apesar de lenta, a mutação estrutural da economia portuguesa. O dinamismo registado por algumas indústrias — material eléctrico, material de transporte, material de construção — permite extrapolar a emergência de novos pólos de especialização na produção de bens intermédios e de bens de consumo, enquadrados por uma envolvente de crescente internacionalização, na medida em que o crescimento das importações e exportações tem sido, naqueles sectores, acima da média nacional.

¹⁶ ibidem

Quadro 3.9
Produção Bruta por sectores,
a preços correntes

	Agricultura	Indústria Extractiva	Indústria Transformadora	Metais	Minerais não metálicos	Prod. químicos	Prod. metal.	Máquinas agric. e ind.	Prod. eléct.	Equip. transp.	Alimentação beb. e tab.	Têxteis, vest. e calç.	papel	Borr. e plástic.	Outros	Construção
1977	113.565	48.214	473.861	16.283	26.921	37.378	24.072	8.291	14.147	32.295	147.312	98.07	23.376	13.382	31.834	105.521
1978	139.128	64.803	598.885	25.719	36.825	48.911	32.647	11.95	20.296	40.188	180.645	119.242	27.82	14.988	39.614	141.69
1979	174.468	107.872	812.79	34.846	45.985	68.806	44.191	15.246	28.279	54.58	229.916	178.334	38.606	20.828	53.173	165.68
1980	207.06	169.728	1071.298	44.549	62.945	89.738	58.832	21.575	40.682	74.123	278.005	238.806	55.178	27.808	79.057	222.967
1981	231.975	250.54	1271.389	46.294	81.362	110.732	69.74	27.412	49.139	94.068	342.156	264.679	71.701	33.141	80.965	287.33
1982	280.383	326.809	1546.214	59.194	98.732	168.916	110.732	38.052	59.812	101.563	424.373	310.925	83.993	35.272	83.457	362.236
1983	339.566	452.394	1994.124	73.766	120.487	235.993	96.042	42.89	87.011	105.096	560.5	416.902	106.952	45.547	102.938	438.68
1984	441.288	540.398	2560.803	89.323	138.609	335.547	108.207	51.687	114.015	115.453	685.427	588.278	153.617	58.075	122.565	461.899
1985	523.7	637.713	3131.099	102.524	157.225	395.966	137.992	63.6	123.738	154.035	846.959	744.412	187.849	68.197	148.602	528.516
1986	605.377	558.946	3457.669	104.528	178.73	378.21	148.338	64.292	130.973	184.354	946.673	857.189	215.58	72.677	176.125	605.458
1987	683.886	601.422	3996.297	117.82	212.375	404.578	167.865	69.55	153.085	249.792	1074.716	998.063	257.07	82.54	208.843	711.423
1988	689.018	686.607	4483.083	132.209	249.214	463.651	186.48	78.035	168.843	280.067	1175.651	1105.241	297.52	98.12	248.052	869.476
1989	807.27	799.977	5236.784	166.66	285.485	495.765	218.423	93.773	182.189	336.326	1371.322	1309.342	353.241	115.682	306.976	1019.96
1990	890.373	913.004	5924.958	210.461	320.097	548.871	254.997	104.774	242.179	374.401	1550.654	1472.3	375.198	123.467	347.559	1237.948

preços correntes
unidade: milhares de contos
fonte: Eurostat

Quadro 3.10
Produção Bruta por sectores,
a preços de 1985

	Agricultura	Indústria Extractiva	Indústria Transformadora	Metais	Minerais não metálic.	Prod. químicos	Prod. metal.	Máquinas agric. e ind.	Prod. eléct.	Equip. transp.	Alimentação, beb. e tab.	Têxteis, vest. e calç.	papel	Borracha e plást.	Outros	Construção
1977	412	448.482	2509.211	89.177	131.825	226.427	126.328	45.227	77.282	163.371	786.012	504.72	131.273	65.943	161.326	492.717
1978	419.614	482.14	2613.832	107.37	143.424	234.75	139.196	50.78	90.223	153.132	804.117	524.242	132.172	63.449	170.977	554.11
1979	485.686	586.166	2786.314	114.747	144.903	263.14	150.132	51.689	98.589	160.295	821.655	591.226	142.856	67.149	179.933	548.627
1980	511.803	555.118	2980.596	123.628	158.293	265.232	160.939	61.202	109.26	184.39	848.902	642.46	157.266	69.403	199.621	581.36
1981	480.136	581.163	3013.796	112.089	168.443	267.989	159.847	63.44	114.943	197.922	892.323	627.833	163.687	71.19	174.09	613.011
1982	495.593	618.016	3069.027	114.542	170.372	334.118	158.307	68.951	120.719	186.929	895.5	633.14	166.043	67.224	153.382	625.262
1983	485.111	656.162	3083.58	111.628	168.032	363.001	146.259	64.468	133.339	154.134	887.681	660.474	170.817	68.966	154.781	614.62
1984	503.07	624.857	3048.075	107.229	160.347	384.574	131.017	62	137.561	139.231	841.501	696.727	173.489	66.668	147.731	559.812
1985	523.7	637.713	3131.099	102.524	157.225	395.966	137.992	63.6	123.738	154.035	846.959	744.412	187.849	68.197	148.602	528.516
1986	546.093	704.699	3260.033	102.606	163.045	410.405	142.364	56.733	120.379	164.708	875.929	796.351	198.849	71.886	156.778	539.173
1987	569.297	671.624	3415.132	117.014	178.297	415.975	148.744	57.138	126.285	196.766	924.387	808.223	204.072	73.65	164.581	584.566
1988	527.081	764.317	3485.644	121.751	191.274	412.912	153.666	56.634	133.799	205.846	937.102	816.463	206.385	77.083	172.729	645.724
1989	574.45	834.103	3683.161	131.457	205.519	392.97	164.988	58.979	132.164	230.38	995.477	898.222	213.297	78.188	181.52	671.546
1990	583.373	902.824	3891.453	168.163	223.02	419.814	172.922	60.364	160.818	229.708	1031.875	933.738	228.205	80.08	182.746	705.873

unidade: milhões de escudos
fonte: Eurostat

Quadro 3.11
Produção Bruta por sectores,
a preços correntes (em percentagem)

	Agricultura	Indústria Extractiva	Indústria Transformadora	Metais	Minerais não metálic.	Prod. químicos	Prod. metal.	Máquinas agric. e ind.	Prod. eléct.	Equip. transp.	Alimentação, beb. e tab.	Têxteis, vest. e calç.	papel	Borracha e plást.	Outros	Construção
1977	9,3	4	38,8	1,3	2,2	3,1	2	0,7	1,2	2,6	12,1	8	1,9	1,1	2,6	8,6
1978	8,9	4,2	38,5	1,7	2,4	3,1	2,1	0,8	1,3	2,6	11,6	7,7	1,8	1	2,5	9,1
1979	8,6	5,3	40	1,7	2,3	3,4	2,2	0,7	1,4	2,7	11,3	8,8	1,9	1	2,6	8,1
1980	7,8	6,4	40,2	1,7	2,4	3,4	2,2	0,8	1,5	2,8	10,4	9	2,1	1	3	8,4
1981	7,1	7,6	38,7	1,4	2,5	3,4	2,1	0,8	1,5	2,9	10,4	8,1	2,2	1	2,5	8,7
1982	6,9	8	38	1,5	2,4	4,1	2	0,9	1,5	2,5	10,4	7,6	2,1	0,9	2	8,9
1983	6,5	8,7	38,3	1,4	2,3	4,5	1,8	0,8	1,7	2	10,8	8	2,1	0,9	2	8,4
1984	6,9	8,4	39,9	1,4	2,2	5,2	1,7	0,8	1,8	1,8	10,7	9,3	2,4	0,9	1,9	7,2
1985	6,7	8,1	40	1,3	2	5,1	1,8	0,8	1,8	2	10,8	9,5	2,4	0,9	1,9	6,7
1986	6,9	6,4	39,6	1,2	2	4,3	1,7	0,7	1,5	2,1	10,8	9,8	2,5	0,8	2	6,9
1987	6,8	6	39,6	1,2	2,1	4	1,7	0,7	1,5	2,5	10,7	9,9	2,5	0,8	2,1	7,1
1988	6	5,9	38,8	1,1	2,2	4	1,6	0,7	1,5	2,4	10,2	9,6	2,6	0,8	2,1	7,3
1989	6	5,9	38,6	1,2	2,1	3,7	1,6	0,7	1,3	2,5	10,1	9,7	2,6	0,9	2,3	7,5
1990	5,6	5,7	37,2	1,3	2	3,4	1,6	0,7	1,5	2,3	9,7	9,2	2,4	0,8	2,2	7,8

Fonte: Eurostat

Quadro 3.12

Taxa de crescimento da produção,
em relação ao ano anterior

	Agricultura	Indústria Extractiva	Indústria Transformadora	Metais	Minerais não metá.	Prod. químicos	Prod. metá.	Máquinas agric. e ind.	Prod. eléct.	Equip. transp.	Alimentação, beb. e tab.	Têxteis, vest. e calç.	Papel	Borr. e plásticos	Outros	Construção
1978	18	17,9	20,6	12,1	13,2	2,4	9,8	16	13,7	20,2	17,5	36,9	18	11	9,7	12,7
1979	28,9	24,6	20,3	23,1	19,4	21,9	2,4	13,6	17,3	22,5	16	21,4	18,7	30,2	17,1	16,6
1980	30	29,3	23,7	23,9	22,8	22,1	22,5	43,3	20,1	20,1	19,2	25,9	23,8	18,2	28,7	26,4
1981	15,8	2,2	2,0	23,7	21,2	21,3	17,9	12,3	19,9	2,8	24,3	15,8	21,9	15,3	18,4	25,2
1982	11,4	21,8	21,6	27,6	21,7	25,8	23,8	25,2	32,3	21,3	20,6	16,8	21,4	21,9	23,3	29,7
1983	16,4	2,7	19,5	16,3	22,8	27,2	19,6	12,9	24,3	9,8	18,1	22,3	21,4	26,2	18,1	23,8
1984	2,5	41,9	21,1	20,8	19,4	23,7	15,7	20,7	17,7	23,7	2,1	22	30,4	19,7	15,6	12
1985	30,1	20,7	21,4	31,3	20,2	27,1	31,5	22,5	19,3	29,3	17,7	18,5	18,4	21,8	25,1	17,5
1986	16,5	13,2	23,6	2,1	24,2	19,2	12,8	1,4	25,1	21,6	2,2	29,2	25,7	15,7	3,0	20,5
1987	19,6	3,2	18,8	23,2	19,9	20,1	16,6	22,3	22,9	9,9	18,7	19,7	21,5	17,5	19,5	16,2
1988	8,4	11,2	10,5	11,8	10,5	8,1	12,1	17,6	9,4	11,3	6	11,4	15,3	8,7	7,7	12,6
1989	12,3	9,6	12,7	2,2	14,6	15,4	11,4	10,4	15,9	18,4	14,4	9,1	15,1	10,4	13,7	11,8
1990	16,2	20,6	17,7	27,5	17,4	16,2	18,2	15,8	15,4	17,5	18,5	1,7	19,8	1,5	1,4	18,8

unidade: percentagem
Fonte: Eurostat

A análise das exportações sectoriais permite identificar o dinamismo do "Equipamento de transporte" que garante 10,3% das exportações industriais em 1989, quando os valores anteriores fixavam-se em torno dos 8-9% (VER QUADRO 3.13). Da mesma forma, os produtos eléctricos aumentaram o seu peso nas exportações industriais, de 6,7% para 8,1%. Em relação aos sectores tradicionalmente orientados para o exterior, verifica-se que os têxteis reforçaram a sua posição, com 39% das exportações, em 1990 e os químicos perderam peso nas exportações de 10,8% para 5,7% em 1990 (VER QUADROS 3.13 a 3.17). Esta análise empírica sugere a manutenção, no essencial, do perfil de exportação.

Quadro 3.13

Exportações por sectores,
a preços correntes

	Agricultura	Indústria Extractiva	Indústria Transformadora	Metais	Minerais não metá.	Produtos químicos	Produtos metá.	Máquinas agric. e ind.	Material eléct.	Equip. transp.	Alimentação, beb. e tab.	Têxteis, vest. e calç.	Papel	Borr. e plásticos	outros
1977	3,46	1,69	82,04	3,04	2,84	6,31	2,9	3,57	5,88	6,16	10,35	23,23	14,54	0,66	2,76
1978	5,02	2,32	111,47	4,76	4,02	8,8	3,81	3,99	8,07	9,74	13,1	34,81	16,94	0,86	2,56
1979	7,14	13,12	180,15	8,8	6,05	13,55	6,49	5,93	10,7	15,89	18,95	58,51	28,04	1,58	5,67
1980	8,52	13,85	231,58	8,41	9,08	17,69	9,14	7,31	15,3	20,12	23,55	70,59	38,51	2,16	9,73
1981	8,38	19,8	259,42	7,15	10,13	20,44	11,78	9,58	15,97	24,56	25,2	78,91	42,16	2,36	11,18
1982	9,87	14,67	338,91	7,99	12,26	39,14	13,84	14,14	21,91	24,41	32,69	109,06	50,01	2,807	10,65
1983	12,27	29,06	497,89	17,34	17,71	63,66	15,48	18,7	28,4	34,11	36,91	42,94	164,86	6,932	12,8
1984	17,14	30,53	742,3	25	27,15	90,5	25,12	28,4	55,46	54	55,71	250,13	110,15	6,41	14,27
1985	22	43,89	947,19	34,98	35,89	107,2	34,02	30,94	68,83	67,12	62,99	343,15	133,38	9,71	19
1986	27,45	34,98	1074,98	29,52	43,9	93,86	33,51	29,55	74,73	92,12	73,36	422,24	150,15	11,08	20,95
1987	31,71	24,76	1316,72	25,19	57,29	96,46	39,98	34,44	95,05	114,61	83,02	536,33	194,42	15,71	24,22
1988	36,93	42,86	1572,89	22,89	72,54	114,7	56,58	47,39	105,5	144,41	100,22	614,95	242,13	22,04	29,56
1989	46,58	68,38	1981,14	55,24	86,59	126,92	67,84	64,75	146,8	216,7	117,58	746,32	290,04	26,85	35,52
1990	50,4	78,36	2292,37	72,47	110,09	138,96	84,92	74,8	195,74	234,58	131,02	880,64	298,08	33,15	37,93

unidade: milhões de contos
Fonte: Eurostat

Quadro 3.14
Exportações por sectores,
a preços de 1985

	Agricultura	Indústria Extractiva	Indústria Transformadora	Metais	Minerais não metál.	Produtos químicos	Produtos metál.	Máquinas agric. e ind.	Material eléctri.	Equip. transp.	Alimentação, beb. e tab.	Têxteis, vest. e calç.	Papel	Borr. e plásticos	Outros
1977	20,92	14,8	447,56	13,65	15,08	42,76	15,4	22,16	30,23	33,44	33,35	121,7	75,55	3,95	20498
1978	19,08	15,36	488,82	18,55	15,75	45,7	16,61	21,11	33,07	41,75	51,45	150,52	74,31	4,26	15752
1979	19,94	62,4	612,49	25,37	18,52	53,85	22,81	26,21	35,91	54,67	61,13	190,02	92,27	6,2	25545
1980	22,44	39,74	640,65	20,88	22,53	51,33	26,82	27,02	42,15	58,75	62,28	189,33	99,36	6,8	33409
1981	17,49	37,72	622,44	15,56	21,62	48,2	29,33	27,61	39,57	59,5	56,64	192,7	92,48	6,45	32791
1982	17,86	24,21	681,65	15,47	22,03	77,95	27,83	28,27	44,13	52,53	60,12	226,81	95,74	6,38	24382
1983	17,55	42,34	767,33	25,93	25,52	97,7	24,53	28,96	50,94	58,72	61,55	259,37	106,66	6,17	21274
1984	19,7	35,12	875,85	29,42	32,03	104,92	30,31	34,72	65,33	66,8	63,95	302,31	120,98	7,65	17427
1985	22	43,89	947,19	34,98	35,89	107,2	34,02	30,94	68,83	67,12	62,99	343,15	133,38	9,71	19001
1986	25,94	58,03	1009,5	30,81	38,73	113,87	32,96	25,86	66,89	79,77	69,01	383,98	139,78	9,99	17859
1987	28,58	46,33	1102,53	25,23	45,63	111,2	36,01	26,96	79,07	91,84	71,67	437,17	147,68	11,69	18387
1988	28,06	82,14	1183,01	19,22	50,47	116,93	44,19	33,78	84,56	105,07	77,51	459,06	158,4	14,4	19401
1989	27,89	118,8	1354,69	34,97	56,42	116,58	46,92	39,85	105,74	148,76	81,06	531,1	158,75	14,04	20492
1990	29,65	123,7	1501,26	50,99	69,73	122,68	55,76	41,92	133,36	160,51	86,09	578,94	163,48	16,49	21300

Unidade: milhões de contos
Fonte: Eurostat

Quadro 3.15
Importações por sectores,
a preços de 1985

	Agricultura	Indústria Extractiva	Indústria Transformadora	Metais	Minerais não metál.	Produtos químicos	Produtos metál.	Máquinas agric. e ind.	Material eléctri.	Equip. transp.	Alimentação, beb. e tab.	Têxteis, vest. e calç.	Papel	Borr. e plást.	Outros
1977	166,497	260,884	722,408	70,434	18,487	139,105	24,398	122,529	62,673	121,777	55,513	31,892	19,819	21,492	34,289
1978	161,957	295,855	690,339	69,217	17,582	138,295	23,146	128,002	66,42	100,786	45,712	29,664	14,567	17,743	39,205
1979	186,026	367,044	730,422	63,056	17,286	144,415	23,125	133,838	68,5	105,933	53,763	36,903	17,952	23,049	42,602
1980	189,556	358,839	830,117	77,095	20,55	156,116	24,295	171,215	77,833	111,308	44,433	50,098	20,729	23,842	52,603
1981	208,292	335,935	871,623	77,16	19,416	165,879	25,736	176,09	82,972	134,653	43,831	46,883	23,731	23,633	51,639
1982	218,408	375,715	883,266	85,325	21,814	153,937	25,898	176,31	87,334	140,597	51,489	49,755	22,019	22,538	46,25
1983	216,27	371,457	796,776	73,188	17,184	148,423	22,867	136,027	81,549	160,056	39,759	49,641	21,052	19,033	27,997
1984	222,466	379,736	713,295	70,004	15,9	148,541	20,085	109,7	79,214	100,759	49,967	57,1	22,106	17,001	22,918
1985	217,223	360,423	775,218	83,19	16,455	152,034	21,672	112,08	83,621	101,757	61,347	74,352	24,574	19,542	24,594
1986	217,959	420,172	956,52	87,005	21,164	181,171	26,623	139,518	97,19	131,894	73,018	106,759	33,29	26,739	32,149
1987	238,03	419,288	1258,82	109,65	27,311	210,651	39,554	194,45	122,931	183,191	88,49	161,842	43,864	37,226	39,658
1988	263,256	452,408	1502,922	112,53	31,457	226,52	43,912	247,123	146,658	263,158	97,575	188,566	52,855	45,799	46,773
1989	262,001	540,901	1615,368	118,84	31,656	231,197	49,901	263,024	161,636	284,46	98,912	216,212	57,982	51,254	50,299
1990	277,485	565,271	1812,252	124,25	34,598	262,055	59,265	272,437	196,305	290,561	115,836	264,047	68,654	64,694	59,55

Unidade: milhões de contos
Fonte: Eurostat

Quadro 3.16
Taxa de crescimento das exportações

	Indústria Transformadora	Metais	Minerais não metál.	Produtos químicos	Produtos metál.	Máquinas agric. e ind.	Material eléctri.	Equip. transp.	Alimentação, beb. e tab.	Têxteis, vest. e calç.	Papel	Borracha e plást.	Outros
S7/86	22,49%	-14,67%	30,50%	2,77%	19,31%	16,55%	27,19%	24,41%	13,17%	27,02%	29,48%	41,79%	15,61%
S8/87	19,46%	-9,13%	26,62%	18,91%	41,52%	37,60%	10,99%	26,00%	20,72%	14,66%	24,54%	40,29%	22,05%
S9/88	25,96%	141,33%	19,37%	10,65%	19,90%	36,63%	39,15%	50,06%	17,32%	21,36%	19,79%	21,82%	20,16%
S0/89	15,71%	31,19%	27,14%	9,49%	25,18%	15,52%	33,34%	8,25%	11,43%	18,00%	2,77%	23,46%	6,78%
S0/86	113,25%	145,49%	150,77%	48,05%	153,42%	153,13%	161,93%	154,65%	78,60%	108,56%	98,52%	199,19%	81,05%

Fonte: Quadro 3.11

Quadro 3.17

Exportações em percentagem, por sectores

	Agricultura	Indústria Extractiva	Indústria Transformadora	Metais	Minerais não metal.	Prod. químicos	Prod. metal.	Máquinas agric. e ind.	Prod. eléctric.	Equip. transp.	Alimentação. beb. e tab.	Têxteis. vest. e calç.	papel	Borr. e plást.	outros
1977	4	1,9	94,1	3,5	3,3	7,2	3,3	4,1	6,7	7,1	11,9	26,6	16,4	0,8	3,2
1978	4,2	2	93,8	4	3,4	7,4	3,2	3,4	6,8	8,2	11	29,3	14,3	0,7	2,2
1979	3,6	6,5	89,9	4,4	3	6,8	3,2	3	5,3	7,9	9,5	29,2	14	0,8	2,8
1980	3,4	5,5	91,2	3,3	3,6	7	3,6	2,9	6	7,9	9,3	27,8	15,2	0,9	3,8
1981	2,9	6,9	90,2	2,5	3,5	7,1	4,1	3,3	5,6	8,5	8,8	27,4	14,7	0,8	3,9
1982	2,7	4	93,2	2,2	3,4	10,8	3,8	3,9	6	6,7	9	30	13,8	0,8	2,9
1983	2,3	5,4	92,3	3,2	3,3	11,8	2,9	3,5	6,3	6,8	8	30,6	12,9	0,8	2,4
1984	2,2	3,9	94	3,2	3,4	11,5	3,2	3,6	7	6,8	7,1	31,7	13,9	0,8	1,8
1985	2,2	4,3	93,5	3,5	3,5	10,6	3,4	3,1	6,8	6,6	6,2	33,9	13,2	1	1,9
1986	2,4	3,1	94,5	2,6	3,9	8,3	2,9	2,6	6,6	8,1	6,4	37,1	13,2	1	1,8
1987	2,3	1,8	95,9	1,8	4,2	7	2,9	2,5	6,9	8,3	6	39,1	14,2	1,1	1,8
1988	2,2	2,6	95,2	1,4	4,4	6,9	3,4	2,9	6,4	8,7	6,1	37,2	14,7	1,3	1,8
1989	2,2	3,3	94,5	2,6	4,1	6,1	3,2	3,1	7	10,3	5,6	35,6	13,8	1,3	1,7
1990	2,1	3,2	94,7	3	4,5	5,7	3,5	3,1	8,1	9,7	5,4	36,4	12,3	1,4	1,6

Fonte: Eurostat

O "tal" indício de ligeira mutação estrutural é espelhado na evolução da FBCF, bem como a perda de dinamismo da indústria portuguesa. Apesar de no período pós-adesão, 1986-1989, a taxa de crescimento da FBCF na indústria transformadora ter sido de 15,2%, veio, fundamentalmente, compensar o desinvestimento ocorrido no início da década (a redução da FBCF tinha sido de 11%) (VER QUADRO 3.18). No cômputo geral da década de 80, a FBCF industrial retrocedeu ligeiramente (-0,8%). A dissociação dos dois sub-períodos na evolução do investimento produtivo na indústria é comum à maioria dos sectores. A FBCF no agro-alimentar aumentou 2,2% na década, com especial incidência no pós-86 (17,5%). Da mesma forma os têxteis (0,8%, na década e 24,2% em 86-89) e a fileira florestal (5,3%, na década e 16,7% em 86-89). As maiores perdas, em termos de investimento, registam-se nos químicos (-8,1% na década), na siderurgia (-5,6%) e na metalomecânica (-8,2%) (VER QUADRO 3.18). Paralelamente, e em relação aos objectivos intrínsecos à FBCF, denota-se o aumento relativo da aquisição de equipamento em relação à construção, o que por si só, coloca a questão da renovação de mentalidades em relação à adopção de tecnologias, isto é, ter a capacidade de avaliar quando e se a compra de equipamento é adequada às realidades empresariais portuguesas.

Quadro 3.18

Indústria Transformadora FBCF Total

SECTORES	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	80/85*	86/89*	80/89*
Agro-alimentar	12,5	11,8	9,9	9,5	12,1	13,2	14,2	13,8	15,9	16,3	-10	17,5	2,2
Florestal	12,7	12,5	9,9	29,1	17,7	15,4	19,3	22	25,4	21,7	-7,4	16,7	5,3
Têxtil	18,9	19,1	14	11,7	15,4	22	23,7	23,8	23,2	21,7	-8,2	24,2	0,8
Minerais não Metálicos	7,6	8,6	14,3	10	9,1	11,4	16,2	13,2	9,9	11,4	-3,4	-0,2	3,8
Químico	25,5	21,3	21,8	15,7	20,2	11,9	10	11,7	8,9	12,7	-23,5	21,6	-8,1
Não ferrosos	1	2,8	1	0,6	0,5	0,6	0,4	0,4	0,4	0,4	-19,2	7,3	-11,4
Siderurgia	4,5	6,2	10,3	8,2	6,5	7,5	2,5	1,4	1,4	2,9	-1,5	16,8	-5,6
Mecânico	9,7	8,9	7,2	5,7	8,9	7,8	6,1	5,5	6	4,8	-14,7	3,4	-8,2
Material eléctrico	2,2	2,3	2,3	2,2	2,6	2,7	1,9	1,2	2,7	2,4	-7,7	21	0,3
Electrónico	2,2	2	2	2,9	3,4	4,2	2,7	4,5	3,2	2,8	1,6	13,9	2
Veículos	3	4,4	7,4	4,2	3,4	2,9	2,8	2,2	2,6	2,7	-11,2	10	-1,9
Diversos	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	-7,7	19,9	1,3
Soma	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	-11,3	12,5	-0,9
Total Ind													

* taxa de crescimento
Unidade: percentagem
Fonte: INE- Estatísticas Industriais

Quadro 3.19

FBCF por sectores, a preços correntes em valor absoluto

	Agricultura	Equipamento	Prod. Metálicos e máquinas	Equip. transporte	Construção	Outros	Total
1977	2,615	67,211	49,338	17,873	91,556	4,425	165,807
1978	3,137	85,701	59,975	25,726	124,806	6,13	219,774
1979	0,7	113,178	81,405	31,773	141,9	8,178	263,956
1980	2,677	153,471	114,492	38,979	191,396	11,303	358,847
1981	3,932	198,727	147,406	51,321	242,632	17,721	463,012
1982	2,608	243,941	189,82	54,121	305,891	22,329	574,769
1983	2,376	281,952	203,968	77,984	362,487	24,691	671,506
1984	9,747	247,244	200,372	46,872	380,751	25,952	663,694
1985	16,126	279,046	230,337	48,709	433,703	39,084	767,959
1986	22,569	365,59	297,777	67,813	541,683	47,152	976,994
1987	18,464	527,219	410,218	117,001	645,392	59,743	1250,82
1988	18,515	731,31	549,64	181,67	787,007	74,416	1611,25
1989	8,595	869,436	646,913	222,523	922,07	84,916	1885,02
1990	14,931	1002,586	768,29	234,296	1121,287	104,541	2243,35

unidade: milhões de contos
fonte: Eurostat

Quadro 3.20

FBCF por sectores, a preços correntes em percentagem

	Agricultura	Equipamento	Prod. Metálicos e máquinas	Equip. transporte	Construção	Outros	Total
1977	1,6	40,5	29,8	10,8	55,2	2,7	100
1978	1,4	39	27,3	11,7	56,8	2,8	100
1979	0,3	42,9	30,8	12	53,8	3,1	100
1980	0,7	42,8	31,9	10,9	53,3	3,1	100
1981	0,8	42,9	31,8	11,1	52,4	3,8	100
1982	0,5	42,4	33	9,4	53,2	3,9	100
1983	0,4	42	30,4	11,6	54	3,7	100
1984	1,5	37,3	30,2	7,1	57,4	3,9	100
1985	2,1	36,3	30	6,3	56,5	5,1	100
1986	2,3	37,4	30,5	6,9	55,4	4,8	100
1987	1,5	42,1	32,8	9,4	51,6	4,8	100
1988	1,1	45,4	34,1	11,3	48,8	4,6	100
1989	0,5	46,1	34,3	11,8	48,9	4,5	100
1990	0,7	44,7	34,2	10,4	50	4,7	100

unidade: percentagem
fonte: Eurostat

3.4.2 O "síndrome" do VAB

Deslocando a análise para a evolução do VAB nos diferentes sectores, de forma a extrapolar a capacidade de a indústria portuguesa ampliar o seu peso no produto final.

Em volume, o VAB na indústria transformadora, em relação ao ano base de 1985, aumentou 26,5% (VER QUADRO 2.21). Na construção, o crescimento foi de 34,9%. Sectorialmente, os minerais não metálicos, a borracha e plásticos, material eléctrico e papel evidenciam-se na capacidade de aumentarem o valor acrescentado nas suas produções (VER QUADROS 3.21 a 3.25). O peso da indústria transformadora no VAB total, a preços de mercado, atinge os 27-28% e a construção os 7%. Os sectores agro-alimentar e os têxteis são os sectores que mais pesam no VAB nacional, com 6 e 8%, respectivamente, apesar de o valor acrescentado nos têxteis tender a baixar (8,4% em 1987 para 7,3% em 1990).

Se tivermos em conta os critérios já analisados — produção, exportações e investimento — verificamos que a indústria portuguesa ainda não conseguiu "dar o salto" em termos de garantir a autonomia e a coerência necessárias para imputar maior valor às suas produções, o que deixa transparecer a ainda dependência básica da importação de inputs, a fraca densidade das relações inter-sectoriais e, simultaneamente, a ausência de indústrias de suporte. A utilização do conceito de "síndrome" assenta nessa desarticulação do sistema produtivo, que se reflecte claramente na dependência básica de importação de inputs de produção e de bens de equipamento.

Quadro 3.21

VAB a custo de factores,
a preços correntes,
em valor

	Agricultura	Indústria Extractiva	Indústria Transformadora	Metais	Minerais não metál.	Prod. químicos	Prod. metál.	Máquinas agric. e ind.	Prod. elétric.	Equip. transp.	Alimentação, beb. e tab.	Têxteis, vest. e calç.	Papel	Borr. e plástic.	outros	Construção
1977	74,05	11,03	150,33	5,1	14,38	11,35	11,12	3,2	6,01	9,89	29,37	32,35	10,16	5,3	12,09	47,24
1978	93,84	16,97	197,57	8,8	19,75	14,88	14,39	5,2	8,33	1,24	39,69	42,26	12,14	5,19	14,51	60,86
1979	114,22	24,03	264,05	10,79	24,37	17,55	20,23	5,88	10,68	19,43	49	63,08	15,65	6,74	20,66	65,32
1980	129,13	27,45	337,62	10,62	30,85	23,25	26,71	8,63	15,22	24,26	57,26	84,54	20,41	8,22	27,66	86,61
1981	133,76	17,4	405,66	13,05	39,28	28,62	32,56	11,1	17,98	31,5	68,71	96,6	26,84	10,68	28,77	113,42
1982	162,33	39,63	467,54	18,19	45,05	34,68	36,87	14,75	21,86	31,69	82,16	110,16	30,04	10,71	31,39	145,79
1983	182,29	57,94	582,46	21,3	54,5	46,54	43,22	17,32	31,03	25,91	110,99	143,87	35,7	13,66	38,43	173,09
1984	231,67	95,83	745,5	23,71	61,1	65,52	45,18	20,11	42,09	35,86	132,43	202,26	56,38	17,01	43,85	162,7
1985	287,82	134,22	929,64	28,77	71,08	83,46	59,69	24,29	45,9	53,39	163,65	265,45	63,39	19,92	50,64	193,57
1986	339,15	146,89	1174,03	40,31	91,09	103,24	64,6	26,08	48,14	67,68	209,32	346,55	85,01	25,84	66,19	242,4
1987	391,55	181,65	1406,39	45,12	113,44	110,62	78,56	29,61	58,52	90,16	234,98	421,59	114,5	28,32	80,94	297,89
1988	381,99	248,78	1555,23	49,75	133,12	120,78	82	33,39	56,21	98,53	259,04	456,44	137,7	32,7	95,57	370,7
1989	480,8	219,44	1915,07	72,71	151,8	140,91	90,45	41,61	65,94	121,12	347,95	551,2	168,4	43,08	119,94	455,93
1990	535,51	243,02	2222,18	100	166,66	146,43	124,63	50,04	96,32	145,18	448,58	613,98	154,6	44,12	131,63	588,15

Unidade: milhões de contos
Fonte: Eurostat

Quadro 3.22

VAB a custo de factores,
a preços correntes,
em percentagem

	Agricultura	Indústria Extractiva	Indústria Transformadora	Metais	Minerais não metál.	Prod. químicos	Prod. metál.	Máquinas agric. e ind.	Prod. elétric.	Equip. transp.	Alimentação, beb. e tab.	Têxteis, vest. e calç.	Papel	Borr. e plástic.	outros	Construção
1977	12,5	1,9	25,3	0,9	2,4	1,9	1,9	0,5	1	1,7	4,9	5,4	1,7	0,9	2	8
1978	12,2	2,2	25,6	1,1	2,6	1,9	1,9	0,7	1,1	1,6	5,1	5,5	1,6	0,7	1,9	7,9
1979	11,9	2,5	27,5	1,1	2,5	1,8	2,1	0,6	1,1	2	5,1	6,6	1,6	0,7	2,2	6,8
1980	10,8	2,3	28,1	0,9	2,6	1,9	2,2	0,7	1,3	2	4,8	7	1,7	0,7	2,3	7,2
1981	9,3	1,2	28,1	0,9	2,7	2	2,3	0,8	1,2	2,2	4,8	6,7	1,9	0,7	2	7,8
1982	9,2	2,2	26,5	1	2,6	2	2,1	0,8	1,2	1,8	4,7	6,3	1,7	0,6	1,8	8,3
1983	8,4	2,7	26,8	1	2,5	2,1	2	0,8	1,4	1,2	5,1	6,6	1,6	0,6	1,8	8
1984	8,8	3,6	28,3	0,9	2,3	2,5	1,7	0,8	1,6	1,4	5	7,7	2,1	0,6	1,7	6,2
1985	8,7	4,1	28,2	0,9	2,2	2,5	1,8	0,7	1,4	1,6	5	8,1	1,9	0,6	1,5	5,9
1986	8,4	3,7	29,2	1	2,3	2,6	1,6	0,6	1,2	1,7	5,2	8,6	2,1	0,6	1,6	6
1987	8,1	3,8	29,3	0,9	2,4	2,3	1,6	0,6	1,2	1,9	4,9	8,8	2,4	0,6	1,7	6,2
1988	6,9	4,5	28,1	0,9	2,4	2,2	1,5	0,6	1	1,8	4,7	8,2	2,5	0,6	1,7	6,7
1989	7,3	3,3	28,9	1,1	2,3	2,1	1,4	0,6	1	1,8	5,2	8,3	2,5	0,6	1,8	6,9
1990	6,7	3	27,9	1,3	2,1	1,8	1,6	0,6	1,2	1,8	5,6	7,7	1,9	0,6	1,7	7,4

Fonte: Eurostat
Unidade: milhões de contos

Quadro 3.23

VAB a preços de mercado,
a preços correntes,
em valor

	Agricultura	Indústria Extractiva	Indústria Transformadora	Metais	Minerais não metál.	Prod. químicos	Prod. metal.	Máquinas agric. e ind.	Prod. eléctric.	Equip. transp.	Alimentação, beb. e tab.	Têxteis, vest. e calç.	Papel	Borr. e plástic.	outros	Construção
1977	74,56	13,25	165,22	5,23	15,1	11,2	11,4	3,5	6,24	140,42	35,41	33,64	10,59	6,15	12,73	47,95
1978	94	18,48	212,29	9	20,66	13,65	14,73	5,57	8,66	16,04	46,16	43,96	12,42	6,16	15,29	60,72
1979	115,04	23,92	286,96	11,07	25,5	17,25	20,66	6,36	11,16	24,57	58,43	65,9	16,14	8,13	21,79	65,39
1980	129,9	29,65	371,04	11	32,5	21,67	27,25	9,39	16,13	32,71	71,55	87,9	21,4	10,32	29,23	88,85
1981	134,56	20,82	444,55	13,46	41,31	25,32	33,18	12,01	19,14	40,39	87,5	100,14	28,13	13,23	30,74	113,02
1982	162,9	40,23	513,78	18,88	47,63	29,03	37,92	15,88	23,43	42,12	106,95	114,84	30,83	13,56	32,72	149,45
1983	183,32	63,53	641,19	22,08	56,82	41,5	44,22	18,43	33,41	37,2	141,41	150,01	37,83	17,26	41,02	175,2
1984	234,45	100,37	815,9	24,92	64,17	61,06	46,6	21,58	45,11	42,09	172,41	209,83	59,45	21,76	46,91	166,84
1985	281,2	135,14	1018,61	30,16	74,39	77,53	61,57	26,15	49,06	62,19	213,78	276,31	67,16	25,67	54,66	200,37
1986	328,72	157,98	1214,66	37,24	90,83	93,87	66,01	27,37	49,44	73,11	243,03	354,47	86,23	26,18	66,88	245,72
1987	379,03	187,67	1435,66	45,13	110,66	99,89	78,72	30,65	58,84	96,83	270,5	424,36	112,67	27,98	79,43	296,45
1988	365,15	254,94	1600,01	49,72	129,96	123,38	82,16	34,78	56,44	103,07	299,94	458,73	135,85	32,25	93,72	368,5
1989	441,01	223,59	1957,52	72,97	147,85	142,65	90,67	42,83	65,88	125,01	390,47	552,4	167,11	42,41	117,28	452,71
1990	490,79	250,63	2275,82	99,97	162,92	142,43	124,71	51,12	96,26	148,92	509,04	614,38	153,33	43,6	129,13	585,38

Unidade: milhões de contos
Fonte: Eurostat

Quadro 3.24

VAB a preços de mercado,
a preços correntes,
em percentagem

	Agricultura	Indústria Extractiva	Indústria Transformadora	Metais	Minerais não metál.	Prod. químicos	Prod. metal.	Máquinas agric. e ind.	Prod. eléctric.	Equip. transp.	Alimentação, beb. e tab.	Têxteis, vest. e calç.	Papel	Borr. e plástic.	outros	Construção
1977	11,7	2,1	25,9	0,8	2,4	1,8	1,8	0,5	1	2,2	5,6	5,3	1,7	1	2	7,5
1978	11,5	2,3	25,9	1,1	2,5	1,7	1,8	0,7	1,1	2	5,6	5,4	1,5	0,8	1,9	7,4
1979	11,2	2,3	28,1	1,1	2,5	1,7	2	0,6	1,1	2,4	5,7	6,4	1,6	0,8	2,1	6,4
1980	10	2,3	28,6	0,8	2,5	1,7	2,1	0,7	1,2	2,5	5,5	6,8	1,7	0,8	2,3	6,9
1981	8,7	1,3	28,6	0,9	2,7	1,6	2,1	0,8	1,2	2,6	5,6	6,4	1,8	0,9	2	7,3
1982	8,5	2,1	26,7	1	2,5	1,5	2	0,8	1,2	2,2	5,5	6	1,6	0,7	1,7	7,8
1983	7,7	2,7	26,8	0,9	2,4	1,7	1,8	0,8	1,4	1,6	5,9	6,3	1,6	0,7	1,7	7,3
1984	8	3,4	28	0,9	2,2	2,1	1,6	0,7	1,5	1,4	5,9	7,2	2	0,7	1,6	5,7
1985	7,7	3,7	27,9	0,8	2	2,1	1,7	0,7	1,3	1,7	5,9	7,6	1,8	0,7	1,5	5,5
1986	7,6	3,7	28,2	0,9	2,1	2,2	1,5	0,6	1,1	1,7	5,6	8,2	2	0,6	1,6	5,7
1987	7,5	3,7	28,3	0,9	2,2	2	1,6	0,6	1,2	1,9	5,3	8,4	2,2	0,6	1,6	5,9
1988	6,2	4,4	27,4	0,9	2,2	2,1	1,4	0,6	1	1,8	5,1	7,8	2,3	0,6	1,6	6,3
1989	6,3	3,2	28	1	2,1	2	1,3	0,6	0,9	1,8	5,6	7,9	2,4	0,6	1,7	6,5
1990	5,8	3	27	1,2	1,9	1,7	1,5	0,6	1,1	1,8	6	7,3	1,8	0,5	1,5	7

Fonte: Eurostat

Quadro 3.25

VAB, índices em volume 1985: ano base

	Agricultura	Indústria Extractiva	Indústria Transformadora	Mesas	Minerais não metál.	Prod. químicos	Prod. metál.	Máquinas agric. e ind.	Prod. elétric.	Equip. transp.	Alimentação, beb. e tab.	Têxteis, vest. e calç.	Papel	Borr. e plástic.	Outros	Construção
1977	70,5	75,6	86,3	91,5	72,6	89,7	95,9	91,8	94,6	67,2	81,2	111,8	121,1	90,4		88,3
1978	74,2	76,6	91,1	110,8	79,7	82,1	105,1	105,7	103,2	72,2	83,8	103	127,6	101,9		92,3
1979	88,7	86,4	96,8	110	82,1	89,8	116,2	97	102,8	80,6	87,4	103,6	143,1	101,6		91,7
1980	90,9	74,1	100,6	110,4	91	93,1	124,3	117,4	102	86,4	91,3	98,4	134,1	108,7		97
1981	81,1	76	101,6	112,4	97,5	88	121,3	117,3	105	88,7	92,7	106,9	116	113,8		99,9
1982	86,1	85,3	101,4	117,5	99,1	94,2	117,4	120,6	108,1	88,7	93,1	99,6	104,5	116,1		102,9
1983	84,9	84,8	101,1	108,7	99	101,8	107,3	108	111,2	92	92,2	102,2	107,9	116,9		102,5
1984	92,6	89,2	97,5	98,4	97,6	99,7	93,5	98,9	100,9	95,4	89,9	98,3	99,7	106		97,6
1985	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100		100
1986	103,1	93,7	106,2	116,3	106,8	104,5	104,2	86,4	107,8	107,1	111,6	108,5	106,5	102,3		104,3
1987	107,4	97,3	109,4	137,8	114,6	102,6	107,5	87,3	110,3	107,7	114,6	106,5	109,7	110,3		112,9
1988	95	111	111,7	140,8	122	103,1	110,5	86,2	112,5	108	116,4	113,1	114,3	122,4		118,5
1989	107,5	104,6	120,9	168,6	132,8	97,2	116,3	87,4	124,2	119,3	119,6	114,3	120,9	127,3		124,3
1990	105,8	114,1	126,5	245,1	144,1	97,2	128,8	87,7	129,2	117,6	119,9	110,7	118,6	132,4		134,9

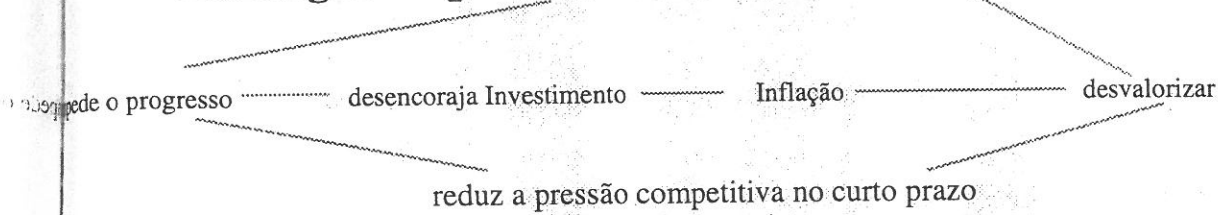
Fonte: Eurostat

Pertinente é, concerteza, a análise do papel do investimento estrangeiro (objecto do capítulo seguinte) cujo impacto traduz uma ampliação dessa incoerência das estruturas produtivas nacionais. Por dois motivos. O primeiro é o facto de se destinar preferencialmente a sectores trabalho-intensivo (leia-se utilizadores de mão de obra barata) e o segundo o facto de reforçar a dependência das empresas-chave de cada sector em relação a centros de decisão e racionalidade externos. Para não falar nos elevados incentivos financeiros necessários para atrair os investidores externos. Claro que haverá compensações em termos de partilha de *know-how*, de novos processos de organização e indirectamente nas produções. Mas, o efeito sobre as estruturas pode ser bastante limitado.

Conclusões ao capítulo 3

Um dos efeitos indiscutíveis da adesão às CE foi o reforço da abertura comercial. O ritmo de crescimento das componentes do comércio foi, no entanto, diferenciado. As exportações portuguesas destinadas à CE não aumentaram tanto como as importações provenientes dos parceiros comunitários. Em consequência, o défice comercial com a CE tem aumentado. Sendo um facto estrutural importante no âmbito do desafio de internacionalização que se coloca à economia portuguesa, o reforço da abertura comercial não provocou grandes alterações no perfil de especialização internacional. Os sectores tradicionalmente vocacionados para o exterior mantiveram alguma hegemonia na estrutura das exportações, apesar de se denotar algum dinamismo na produção de bens intermédios, como o material eléctrico e de transporte. A grande carência do sistema produtivo português continua a ser a produção de bens de equipamento, o que, por um lado, reforça a dependência das importações e, por outro, adia a necessária reconversão e maior articulação entre as várias indústrias. O papel do investimento estrangeiro foi proeminente, especialmente no aspecto quantitativo, mas não terá sido decisivo na mudança do perfil de especialização da economia portuguesa e, bem pelo contrário, apostou nos sectores tradicionalmente intensivos em mão de obra pouco qualificada, o que justifica uma análise mais detalhada.

Estratégias Empresariais Baseadas Em baixo Custo de Factores



Fonte: Monitor Company

Capítulo 4

A importância do Investimento Estrangeiro em Portugal

Uma das esperadas transformações estruturais da economia portuguesa, decorrente da adesão às Comunidades Europeias, prende-se com o papel desempenhado pelo investimento. Numa pequena economia aberta como a portuguesa, o impacto de uma integração num espaço comunitário alargado, com óbvias diferenças estruturais entre os vários países membros, poderia alimentar a vontade de investidores estrangeiros em penetrar na economia portuguesa, ainda que com objectivos distintos. O irreversível processo de liberalização que a adesão impunha à sociedade portuguesa constituía um factor de atracção do investimento estrangeiro, aliado a factores de outra e diversa natureza.

A razão de uma análise incidente sobre o comportamento do investimento directo estrangeiro num período pós-adesão permite extrapolar tendências de transformação estrutural na economia portuguesa, nomeadamente no que refere à capacidade de autonomia do sistema produtivo português em relação a um controlo interno ou externo das empresas que o compõem.

Para compreender as diversas variáveis que explicam o impacto da adesão no investimento, particularizando o investimento directo estrangeiro, opta-se por uma metodologia que pretende primeiramente identificar as tendências no investimento directo internacional na década de 80 e início da década de 90 (secção 4.1) para, seguidamente, analisar a aplicabilidade dessa tendências à realidade evolutiva portuguesa nos últimos anos (secção 4.2), identificando as várias vertentes influenciadas pelo investimento estrangeiro segundo quatro critérios — estrutura empresarial, valor bruto de produção, valor acrescentado bruto e emprego— que permitem evidenciar a evolução e respectivos factores explicativos da distribuição sectorial e regional do investimento directo estrangeiro, no sentido de retirar algumas conclusões sobre o impacto global na economia portuguesa.

4.1. Tendências no Investimento Directo Internacional

O IDE nos países da OCDE quadruplicou ao longo dos anos 80, progredindo muito mais rapidamente que a formação bruta de capital fixo, do que o PIB ou que o comércio internacional. As matérias primas e o sector manufactureiro tenderam a perder algum peso nos investimentos estrangeiros em detrimento do sector dos serviços e das tecnologias de ponta.

A desregulamentação interna, a liberalização internacional e a maior integração das economias da OCDE durante a década de 80 facilitaram os fluxos de investimento estrangeiro, para o que contribuíram nomeadamente as reformas estruturais e a liberalização dos controlos de câmbios e dos regimes aplicáveis aos investimentos estrangeiros e, naturalmente, as boas performances económicas registadas na maioria dos países membros da OCDE.

Os anos 80 marcaram um período em que um crescente número de empresas escolheu investir e vender nos mercados externos em vez de simplesmente exportar. A partir de 1983, os fluxos de IDE aumentaram, em média, 34% face a uma taxa de crescimento médio de 9% no comércio de bens. A multiplicação de restrições quantitativas, acordos de limitação voluntária de exportações e regras anti-dumping foram factores decisivos a um "boom" do IDE nos anos 80.

A melhoria das telecomunicações e dos transportes permitiram aproximar as economias, determinando oportunidades de investir no exterior. O progresso tecnológico e a inovação, nomeadamente na informática e telecomunicações, estimularam as transacções financeiras que, antes, não seriam possíveis. A abundância dos capitais e o espectacular desenvolvimento dos mercados financeiros contribuíram para o processo de investimento.

Entre os países membros da OCDE, verifica-se o reforço da hegemonia dos Estados Unidos da década de 70 para a década de 80. Do fluxo total de 188 249 mil milhões de dólares, cerca de 30% foi canalizado para os Estados Unidos ao longo dos anos 70 (VER QUADRO 4.1). Na década seguinte verifica-se que o peso do investimento estrangeiro nos Estados Unidos aumenta para 44,85% do total de cerca de 821 151 mil milhões de dólares (VER QUADRO 4.2). Se em relação ao segundo destino privilegiado pelos investidores internacionais, a estrutura mantém-se com o Reino Unido, verifica-se a ascensão da Espanha como o terceiro mercado preferido pelos investidores internacionais na década de 80. Os espanhóis que, no período 71-80, absorviam 3,75% do investimento estrangeiro total (cerca de 7 mil milhões de dólares) passaram a garantir, no final de 1989, uma quota de 5,60% do investimento estrangeiro, ou seja, 46 mil milhões de dólares, que traduzem um crescimento de 350%.

O investimento estrangeiro dirigido a Portugal, no período analisado, foi, em valor absoluto e relativo, reduzido: 535 milhões de dólares na década de 70 e 6 mil milhões de dólares na década de 80, o que se traduz em quotas de 0,28 e 0,76%, respectivamente, do total do investimento estrangeiro. Mas, em termos de taxa de crescimento, Portugal garantiu, no final de 1992, a maior taxa de crescimento do investimento estrangeiro recebido com um aumento de 1964% em relação ao início da década de 80, atingindo mesmo, nalguns anos — 1987 e 1989 — taxas de crescimento anual do investimento estrangeiro superiores a 100% (VER QUADRO 4.3).

QUADRO 4.1

Entrada de capitais nos países da OCDE

	FLUXOS ACUMULADOS		FLUXOS DE INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO										
	1971-80	1981-90	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
AUSTRÁLIA	11295	39965	2286	2994	428	2099	3457	3872	7892	7718	6870	4763	4947
ÁUSTRIA	1455	3274	207	219	116	169	181	402	437	578	647	359	940
BÉLGICA/LUXEMBURGO	9215	28182	1390	1271	360	957	631	2338	4990	6731	8162	8919	10791
CANADÁ	5534	11448	-831	243	1313	-2050	990	3469	3614	1773	6597	6544	4963
DINAMARCA	1561	3388	136	64	9	109	161	88	504	1084	1133	1530	1015
FINLÂNDIA	376	2838	-4	84	138	110	340	265	530	489	787	-247	396
FRANÇA	16908	43194	1563	1631	2198	2210	2749	4621	7204	9552	9040	11073	15894
ALEMANHA	13969	18028	819	1775	553	587	1190	1901	1203	7131	2529	4263	2422
GRÉCIA		6145	436	439	485	447	471	683	907	752	1005	1135	1144
ISLÂNDIA		12			14	23	8	2	-14	-27	6	35	17
IRLÂNDIA	1659	1212	241	168	119	159	-43	89	91	85	99	97	102
ITÁLIA	5698	24888	605	1200	1329	1071	-21	4144	6882	2181	6344	2481	-3161
JAPÃO	1424	3281	439	416	-10	642	226	1165	-485	-1054	1753	1368	2728
MÉXICO		24178	1900	2192	1542	1984	2401	2635	2880	3176	2633	4762	4393
HOLANDA	10822	27850	965	757	587	641	1861	2307	4077	6370	8765	4934	5883
NOVA ZELÂNDIA	2598	3945	275	243	119	227	390	238	156	434	1686	1695	1089
NORUEGA	3074	4831	424	336	-210	-412	1023	184	285	1511	1004	-291	720
PORTUGAL*	535	6258	145	150	170	218	166	367	692	1577	2594	3168	2994
ESPAÑHA	7060	46000	1801	1647	1773	1945	3442	4548	7016	8433	13681	10423	8115
SUÉCIA	897	8676	361	223	290	396	1079	646	1661	1809	2029	6315	241
SUÍÇA		12432		286	520	1050	1778	2044	42	2254	4458	2613	465
TURQUIA	228	2340	55	46	113	99	125	106	354	663	684	810	844
REINO UNIDO	40503	130477	5286	5132	-241	5780	8557	15450	21356	30369	32897	15934	18165
ESTADOS UNIDOS	56276	368309	13810	11518	25567	20490	36145	59581	58571	69010	48422	25446	338
TOTAL	188249	821151	32309	33034	37282	38951	67307	111145	130845	162599	163825	118129	94817

QUADRO 4.2

Investimento directo estrangeiro:

Quotas dos países da OCDE na entrada de capitais estrangeiros

	FLUXOS ACUMULADOS			FLUXOS ACUMULADOS	
	1971-80	% Total		1981-90	% Total
ESTADOS UNIDOS	56276	29,89%	ESTADOS UNIDOS	368309	44,85%
REINO UNIDO	40503	21,52%	REINO UNIDO	130477	15,89%
FRANÇA	16908	8,98%	ESPAÑHA	46000	5,60%
ALEMANHA	13969	7,42%	FRANÇA	43194	5,26%
AUSTRÁLIA	11295	6,00%	AUSTRÁLIA	39965	4,87%
HOLANDA	10822	5,75%	BÉLGICA/LUXEMBURGO	28182	3,43%
BÉLGICA/LUXEMBURGO	9215	4,90%	HOLANDA	27850	3,39%
ESPAÑHA	7060	3,75%	ITÁLIA	24888	3,03%
ITÁLIA	5698	3,03%	MÉXICO	24178	2,94%
CANADÁ	5534	2,94%	ALEMANHA	18028	2,20%
NORUEGA	3074	1,63%	SUÍÇA	12432	1,51%
NOVA ZELÂNDIA	2598	1,38%	CANADÁ	11448	1,39%
IRLÂNDIA	1659	0,88%	SUÉCIA	8676	1,06%
DINAMARCA	1561	0,83%	PORTUGAL*	6258	0,76%
ÁUSTRIA	1455	0,77%	GRÉCIA	6145	0,75%
JAPÃO	1424	0,76%	NORUEGA	4831	0,59%
SUÉCIA	897	0,48%	NOVA ZELÂNDIA	3945	0,48%
PORTUGAL*	535	0,28%	DINAMARCA	3388	0,41%
FINLÂNDIA	376	0,20%	JAPÃO	3281	0,40%
TURQUIA	228	0,12%	ÁUSTRIA	3274	0,40%
GRÉCIA			FINLÂNDIA	2838	0,35%
ISLÂNDIA			TURQUIA	2340	0,28%
MÉXICO			IRLÂNDIA	1212	0,15%
SUÍÇA			ISLÂNDIA	12	0,00%
TOTAL	188249	100,00%	TOTAL	821151	100,00%

Unidade: milhões de dólares
Fonte: cálculos efectuados com base nas estatísticas da OCDE

QUADRO 4.3

Taxas de crescimento do investimento estrangeiro nos países da OCDE

	83/82	84/83	85/84	86/85	87/86	88/87	89/88	90/89	91/90	92/91	92/82
AUSTRÁLIA	30,97%	-85,70%	390,42%	64,70%	12,00%	103,82%	-2,20%	-10,99%	-30,67%	3,86%	116,40%
ÁUSTRIA	5,80%	-47,03%	45,69%	7,10%	122,10%	8,71%	32,27%	11,94%	-44,51%	161,84%	354,11%
BÉLGICA/LUXEMBURGO	-8,56%	-71,68%	165,83%	-34,06%	270,52%	113,43%	34,89%	21,26%	9,27%	20,99%	676,33%
CANADÁ		440,33%		-148,29%	250,40%	4,18%	-50,94%	272,08%	-0,80%	-24,16%	
DINAMARCA	-52,94%	-85,94%	1111,11%	47,71%	-45,34%	472,73%	115,08%	4,52%	35,04%	-33,66%	646,32%
FINLÂNDIA		64,29%	-20,29%	209,09%	-22,06%	100,00%	-7,74%	60,94%	-131,39%		
FRANÇA	4,35%	34,76%	0,55%	24,39%	68,10%	55,90%	32,59%	-5,36%	22,49%	43,54%	916,89%
ALEMANHA	116,73%	-68,85%	6,15%	102,73%	59,75%	-36,72%	492,77%	-64,54%	68,56%	-43,19%	195,73%
GRÉCIA	0,69%	10,48%	-7,84%	5,37%	45,01%	32,80%	-17,09%	33,64%	12,94%	0,79%	162,39%
ISLÂNDIA		64,29%		-65,22%	-75,00%		92,86%		483,33%		-51,43%
IRLÂNDIA	-30,29%	-29,17%	33,61%			2,25%	-6,59%	16,47%	-2,02%	5,15%	-57,68%
ITÁLIA	98,35%	10,75%	-19,41%			66,07%	-68,31%	190,88%	-60,89%	27,41%	422,48%
JAPÃO	-5,24%		-6520,00%	-64,80%	415,49%	-141,63%	117,32%	-266,32%	-21,96%	99,42%	521,41%
MÉXICO	15,37%	-29,65%	28,66%	21,02%	9,75%	9,30%	10,28%	-17,10%	80,86%	-7,75%	131,21%
HOLANDA	-21,55%	-22,46%	9,20%	190,33%	23,97%	76,72%	56,24%	37,60%	-43,71%	19,23%	509,64%
NOVA ZELÂNDIA	-11,64%	-51,03%	90,76%	71,81%	-38,97%	-34,45%	178,21%	288,48%	0,53%	-35,75%	296,00%
NORUEGA	-20,75%		96,19%		-82,01%	54,89%	430,18%	-33,55%	-128,98%	-347,42%	69,81%
PORTUGAL*	3,45%	13,33%	28,24%	-23,85%	121,08%	88,56%	127,89%	64,49%	22,13%	-5,49%	1964,83%
ESPAÑHA	-8,55%	7,65%	9,70%	76,97%	32,13%	54,27%	20,20%	62,23%	-23,81%	-22,14%	350,58%
SUÉCIA	-38,23%	30,04%	36,55%	172,47%	-40,13%	157,12%	8,91%	12,16%	211,24%	-96,18%	-33,24%
SUÍÇA		81,82%	101,92%	69,33%	14,96%	-97,95%	5266,67%	97,78%	-41,39%	-82,20%	
TURQUIA	-16,36%	145,65%	-12,39%	26,26%	-15,20%	233,96%	87,29%	3,17%	18,42%	4,20%	1434,55%
REINO UNIDO	-2,91%			48,04%	80,55%	38,23%	42,20%	8,32%	-51,56%	14,00%	243,64%
ESTADOS UNIDOS	-16,60%	121,97%	-19,86%	76,40%	64,84%	-1,70%	17,82%	-29,83%	-47,45%	-86%	-97,55%
TOTAL	2,24%	12,86%	4,48%	72,80%	65,13%	17,72%	24,27%	0,75%	-27,89%	-19,73%	193,47%

Fonte: cálculos efectuados com base nas estatísticas da OCDE

4.2 Evolução do IDE em Portugal

Nos últimos 9 anos, o investimento directo estrangeiro (IDE) passou, a preços correntes, de 24 milhões de contos, em 1986, para 200 milhões de contos, em 1994, tendo atingido o seu valor máximo em 1991 com 799 milhões de contos.

O peso do IDE na FBCF teve uma evolução idêntica, isto é, no sentido do reforço da importância dos capitais estrangeiros no investimento produtivo em Portugal: em 1986, o IDE representava apenas 0,6% do PIB e 2,6% da FBCF; no final de 1993, os valores eram de 8,1% e 32,2%, incluindo o projecto da Ford-Volkswagen (VER QUADRO 4.18)

Se atendermos à penetração do investimento directo estrangeiro na economia comunitária (VER QUADRO 4.25), verifica-se que o peso do IDE no PIB e na FBCF é significativamente inferior aos valores apresentados pela economia portuguesa. Nos anos de explosão do IDE em Portugal (1987-1991), o investimento estrangeiro fixou-se à volta dos 20-30% da FBCF nacional, enquanto a média comunitária registava valores inferiores a 10%.

O investimento estrangeiro efectivamente realizado em Portugal, no período pós-adesão até 1992, registou também um forte crescimento — de 25 para 454 milhões de contos — tendo o grau de realização, isto é o peso do investimento realizado no investimento declarado, de 74,8%. Se tomarmos por critério o investimento estrangeiro líquido — retirando o desinvestimento — verifica-se que o grau de realização do

investimento estrangeiro foi, no período 1986-1992, de 81,9%, o que indicia uma efectiva concretização das operações no nosso país (VER QUADRO 4.4).

QUADRO 4.4:
Investimento directo estrangeiro
declarado e realizado

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
INVESTIMENTO:							
declarado	24 499	61 627	138 053	385 763	524 569	660 722	676 153
realizado	25 044	51 399	99 545	268 109	440 981	508 773	454 264
grau de realização							74,80%
DESINVESTIMENTO:*							
declarado				21 059	68 279	154 812	210 568
realizado	1 919	7 201	4 678	11 765	55 027	149 731	150 413
grau de realização							83,70%
INVEST. LIQUIDO:							
declarado				364 704	456 291	505 911	465 585
realizado	23 125	44 198	94 867	256 344	385 955	359 041	303 851
grau de realização							81,90%

* o desinvestimento declarado só está disponível a partir de 1989

Fonte: Banco de Portugal

4.2.1 Alguns contributos teóricos sobre o comportamento e o impacto do investimento estrangeiro

O papel dinamizador do investimento estrangeiro associa-se, normalmente, aos efeitos positivos no desenvolvimento industrial, na introdução de novas tecnologias, na criação de emprego e no fomento das exportações.

As escolhas dos países de destino dos investimentos têm sempre subjacentes a ponderação de alguns factores, independentemente do conhecimento dos mercados e/ou de experiências passadas. A análise risco-país compreende algumas variáveis fundamentais para consolidarem uma base técnica à decisão do investidor quanto ao destino do seu investimento. A estabilidade política económica dos países receptores, a possibilidade de repatriação dos lucros de capital e a existência de mecanismos financeiros que permitam a transferência destes fluxos e de outros indispensáveis ao normal funcionamento das empresas, o reconhecimento do papel fundamental da iniciativa privada e da preponderância das regras de mercado no funcionamento da economia e a não discriminação de iniciativas perante a nacionalidade dos seus titulares são condições necessárias à atracção do investimento estrangeiro.

Se nos socorrermos de alguma produção teórica sobre a temática dos fluxos de investimento estrangeiro, verificamos que, por exemplo, o modelo neoclássico do mercado perfeito não existem razões que suportem fluxos internacionais de capitais. A realidade evidencia, todavia, fenómenos de imperfeição de índole diversa nos mercados: distorções associadas a políticas comercial e/ou fiscal, as economias de escala, as assimetrias de informação, diferenças nos mercados de factores. Da existência destes factores emergem condições e situações de rentabilidade e risco diferenciados nos vários mercados, gerando, assim, o fenómeno do investimento estrangeiro.

No caso específico das multinacionais podem conjugarem-se (ou não necessariamente) factores de origem distinta na decisão de uma internacionalização de capitais. Dunning ¹ refere os factores internos à empresa, conotados com os activos próprios, especialmente intangíveis como a "*technological expertise*" ou os "*management skills*"; e os factores externos relacionados com as dotações específicas da localização, nomeadamente a abundância de trabalho qualificado, a facilidade de acesso a recursos energéticos, as fontes de financiamento a baixos custos, protecção de mercados, infraestruturas de transportes e comunicações e incentivos aos investimentos estrangeiros.

Numa outra forma de abordagem dos factores conducentes à internacionalização dos capitais, podemos extrapolar que, na medida em que os ciclos económicos dos vários mercados não estão perfeitamente correlacionados, a diversificação internacional das actividades e activos de uma multinacional pode reduzir a variância dos respectivos proveitos ². Assim, Maurice D. Levi salienta que, para além das razões estratégicas, os motivos determinantes para a realização de um investimento directo num país estrangeiro são a disponibilidade de matérias primas; a integração das operações numa lógica de eficiência; a protecção de uma imagem de prestígio; a necessidade de expansão da empresa quando as capacidades de crescimento do mercado de origem aparentem sinais de esgotamento ou saturação; o evitar ou contornar regulamentações, quotas e tarifas inerentes às políticas comerciais; o acompanhamento de clientes nos mercados internacionais; procurar aumentar a flexibilidade da produção em associação com os ganhos subjacentes a desvalorizações reais da moeda do país receptor do investimento e potenciar a diversificação do risco para os accionistas da empresa. Este tipo de preocupação por parte do investidor estrangeiro associa-se, assim, a condições objectivas do país onde vai investir: dotação em recursos naturais, dimensão dos mercados, nível de remuneração e formação dos trabalhadores, a capacidade e dinâmica tecnológicas e, naturalmente, o contexto político-económico.

4.2.2 As condições objectivas da economia portuguesa face ao investimento estrangeiro

A análise dos fluxos de investimento estrangeiro em Portugal terá de ser realizada atendendo aos factores de natureza interna e externa que influenciaram a alteração quantitativa e qualitativa dos capitais externos dirigidos aos nosso país, especialmente após a adesão às Comunidades Europeias.

Entre os factores intrínsecos à economia portuguesa, sobressaem a tendência para a liberalização. A simplificação dos procedimentos associados às liquidações cambiais relativas ao investimento estrangeiro, na sequência da publicação do Decreto-Lei 197-D/86, de 18 de Julho, permitiram que naquele ano o investimento estrangeiro fosse colocado em idênticas condições aos projectos de origem nacional. A substituição de um sistema de autorização casuística para um sistema de declaração prévia, elemento de liberalização do IDE originou, como seria de esperar, uma maior entrada de capitais em Portugal.

¹Dunning (1977 e 1979);

²Levi, Maurice D. in "International finance: the markets and financial management of multinational business", 1990;

Podemos ainda detectar a existência de outros factores que partilham responsabilidades no aumento do IDE dirigido a Portugal, a partir de 1986.

A condição de membro comunitário, o processo de abertura da economia portuguesa e os apoios financeiros constituem três pilares na atracção do IDE que se podem segmentar em mais alguns factores:

A adesão comunitária de Portugal, coincidente com a tomada de decisões no seio das Comunidades no sentido de desenvolver uma União Económica, proporcionou a implantação de empresas comunitárias e a participação do capital comunitário nas empresas nacionais: em 1986, o capital dos membros da CE pesava 45% no total do investimento. Em 1992, os parceiros comunitários consolidaram a posição de principais investidores em Portugal, garantindo 71,1% do investimento estrangeiro em Portugal. Claro, que a análise destes valores tende a ser sobrevalorizada, na medida em que muitos dos investidores não comunitários, detectando Portugal como uma boa entrada para competir na Comunidade, investiram em Portugal a partir de empresas ou filiais sediadas no espaço comunitário, pelo que o valor desses investimentos é contabilizado como sendo de origem europeia.

A estabilidade política, novidade em Portugal desde 1975, funcionou como uma vantagem na atracção de capitais de médio e longo prazos, reduzindo significativamente o risco político.

Caminhando no sentido de aprofundar as condições mais objectivas da economia portuguesa relativamente ao IDE, destacam-se quatro vectores que alimentam a vontade de investimento dos estrangeiros.

O primeiro consubstancia-se no baixo custo de remuneração do factor trabalho, quando comparado com o seu preço em outros países comunitários, no início da experiência portuguesa nas Comunidades Europeias, apesar de a futura consolidação da livre circulação de trabalhadores, uma das quatro liberdades que tem adiado na prática o Mercado Único, exercer uma pressão no sentido do nivelamento salarial.

O segundo reporta-se ao estado de descapitalização e ao reduzido nível de desenvolvimento tecnológico de muitas empresas portuguesas. Clara Synek referia, em 1989, como "as empresas portuguesas apostam mais nas transferências de tecnologia no exterior do que investem por elas próprias em ciência e tecnologia, o que tem deixado um espaço vazio neste domínio, sabiamente aproveitado pelos investidores não residentes na aplicação dos seus capitais em Portugal, através de aquisições e take-overs dessas empresas descapitalizadas, particularmente em ramos de maior intensidade tecnológica, como o químico, o automóvel ou dos aparelhos eléctricos".

O terceiro aspecto intrínseco à estrutura económica portuguesa associa-se ao papel desempenhado pelo processo de privatizações das empresas públicas que no seu início funcionou plenamente no âmbito da captação do investimento estrangeiro, mesmo com a restrição de 10% colocada às participações no capital por entidades não residentes.

Finalmente, a atribuição de apoios e incentivos financeiros aos sectores agrícola, industrial e turismo teve um impacto, tradicionalmente, sedutor na entrada de capitais, bem como o papel fundamental dos fundos estruturais na criação de infraestruturas necessárias e de apoio, nomeadamente nos transportes e comunicações, ao investimento estrangeiro.

Uma vez enunciados os factores determinantes na internacionalização dos capitais e as condições e perspectivas que sustentavam a economia portuguesa no âmbito da adesão às Comunidades Europeias em 1986, segue-se uma análise do impacto do investimento estrangeiro em Portugal, entre 1986 e 1994

4.2.3 O impacto do Investimento Directo Estrangeiro entre 1986 e 1994

A realização de uma avaliação do impacto do investimento estrangeiro no período pós-adesão de Portugal às Comunidades Europeias impõe uma partição em dois períodos no sentido de retirar as melhores conclusões. Assim, podemos destacar um primeiro período — de 1986 a 1991 — caracterizado por um "boom" do investimento estrangeiro e um segundo período — 1991 a 1994 — que se distinguiu por uma desaceleração dos fluxos de capitais com vista ao investimento produtivo.

A adesão À CE constituía, à partida, um factor de atracção do IDE, na medida em que a economia portuguesa teria que, progressivamente, caminhar para a liberalização, num triplo sentido: a liberalização comercial, a liberalização dos movimentos de capitais e a abertura de actividades, até então monopólios do Estado, à iniciativa privada. Em 1990, a aceleração do processo de privatizações seria um factor adicional para explicar os valores elevados do IDE em Portugal.

No primeiro ano de permanência na CE, ainda com uma subjacente condição de expectativa por parte dos investidores estrangeiros, o IDE teve uma fraca expressão, tal como vinha acontecendo até então (VER QUADRO 4.1). Em 1986, o IDE totalizou 24,4 milhões de contos.

De 1987 a 1989 verificou-se, então, o verdadeiro "boom" do IDE em Portugal. Nesse triénio, os valores duplicaram anualmente: em 1987, 61,2 milhões de contos; em 1988, cerca de 138 milhões de contos; em 1989, 350 milhões de contos. O ritmo de crescimento do IDE manifestou, a partir de 1990, com reforço em 1991, sinais de abrandamentos, tendo os fluxos atingido os 479 e 798 milhões de contos, respectivamente (VER QUADRO 4.5).

QUADRO 4.5

Investimento directo estrangeiro por sector de actividade em valor absoluto

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Agricultura, silvicultura caça e pescas	438	1 891	3 508	2 631	3 916	3 189	2 962
Ind. Extractiva	1 076	1 602	2 781	2 672	2 036	1 143	1 937
Ind. Transformadora	11 777	15 181	32 417	47 548	79 417	111 030	76 133
Electricidade, água e gás		5	100	24	44	1 196	1 331
Construção e Obras públicas	280	592	4 354	27 356	36 223	29 568	21 193
Comércio, restaur. e hotéis	6 527	9 668	17 532	34 404	44 748	34 550	35 869
Transportes, armazenagem e comunicações	417	1 841	841	2 569	2 107	9 466	4 916
Bancos, seguros e imobiliário	4 380	20 238	35 711	143 680	266 501	313 640	298 712
Serviços sociais	149		2 301	2 243	3 848	1 309	1 593
Act. mal definidas		381		4 982	2 141	3 682	9 619
TOTAL	25 044	51 399	99 545	268 109	440 981	508 773	454 264

UNIDADE: milhares de escudos
Fonte: Banco de Portugal

QUADRO 4.6

Investimento directo estrangeiro por sector de actividade em percentagem

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Agricultura, silvicultura caça e pescas	1,75%	3,68%	3,52%	0,98%	0,89%	0,63%	0,65%
Ind. Extractiva	4,30%	3,12%	2,79%	1,00%	0,46%	0,22%	0,43%
Ind. Transformadora	47,03%	29,54%	32,57%	17,73%	18,01%	21,82%	16,76%
Electricidade, água e gás	0,00%	0,01%	0,10%	0,01%	0,01%	0,24%	0,29%
Construção e Obras públicas	1,12%	1,15%	4,37%	10,20%	8,21%	5,81%	4,67%
Comércio, restaur. e hotéis	26,06%	18,81%	17,61%	12,83%	10,15%	6,79%	7,90%
Transportes, armazenagem e comunicações	1,67%	3,58%	0,84%	0,96%	0,48%	1,86%	1,08%
Bancos, seguros e imobiliário	17,49%	39,37%	35,87%	53,59%	60,43%	61,65%	65,76%
Serviços sociais	0,59%	0,00%	2,31%	0,84%	0,87%	0,26%	0,35%
Act. mal definidas	0,00%	0,74%	0,00%	1,86%	0,49%	0,72%	2,12%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

UNIDADE: milhares de escudos

Fonte: Banco de Portugal

A elaboração de legislação específica para o investimento estrangeiro, consagrando o direito de estabelecimento a estrangeiros em igualdade de circunstâncias aos cidadãos nacionais em todos os sectores de actividade abertos à iniciativa privada foi uma das medidas legislativas que favoreceram os números do IDE no período pós-adesão. Mas, maior peso teve a criação do regime contratual de investimento, que caracterizando-se por ser um regime excepcional, visa projectos de especial interesse para a economia do país.

Foi através deste regime contratual (VER QUADRO 17) que Portugal conseguiu captar, em 1989, dois grandes projectos: o da DELCO REMI, com capital oriundo dos Estados Unidos, envolvendo um investimento de 9,4 milhões de contos para a construção de uma fábrica, localizada no Seixal, para a produção de sistemas de ignição e sensores; e o da FORD ELECTRONICS, igualmente com capitais norte-americanos, que representa um investimento de 22,3 milhões de contos para a produção de rádios e amplificadores de som para automóveis, com localização no Pinhal Novo, em Palmela.

Os Estados Unidos são, aliás, responsáveis por alguns dos maiores investimentos estrangeiros em Portugal: Texas Instruments, Inlan, Bendix, Dow Portugal, Ford Lusitana.

No ano seguinte, em 1990, e também ao abrigo do regime contratual, concretizam-se o projecto da COFAP —Companhia Fabricadora de Peças—, com capital brasileiro e português, para a criação de uma unidade de produção em Cantanhede, visando o fabrico de segmentos para automóveis e que representa um investimento de 21 milhões de contos, a completar até ao final de 1996 e o projecto da Continental Mabor —Indústria de pneus, localizado em Vila Nova de Famalicão, traduzido num investimento de 25,5 milhões de contos canalizado para a produção de pneus.

O ano de 1991 foi marcado pelo início do maior projecto de investimento em Portugal, o da Ford-Volkswagen, destinado à produção de um veículo multi-propulsor, que envolve 453,9 milhões de contos.

Com muito menor dimensão que este, foi acordado, ainda em 1991, um contrato de investimento com a Pepsico para a criação de uma fábrica de "snack-food", que envolve um investimento global de 13 milhões de contos.

O forte peso do projecto da Ford-Volkswagen, contabilizado em 1991, faria com que, dificilmente, nos anos seguintes fosse possível reencontrar idênticos valores para o IDE.

Em 1992, o total de IDE ascendeu aos 590,6 milhões de contos, indiciando já um abrandamento que se consolidaria em 1993 —279 milhões de contos— e em 1994 — 238 milhões de contos.

Na vertente de regime contratual de investimento estrangeiro, foi ainda, em 1992, assinado um contrato de 16,8 milhões de contos com a empresa finlandesa Neste Oy, destinado à instalação de uma fábrica, aumento da capacidade da fábrica de polietileno de alta densidade e ampliação e desenvolvimento de uma fábrica de polipropileno.

Em 1993, os franceses da Sommer Allibert Industrie assinaram um contrato de investimento de 5,8 milhões de contos para a produção de peças plásticas e revestimentos para o sector automóvel, visando o fornecimento da Ford-VW. Em 1994, cinco milhões de contos foi o montante acordado entre o Estado português e um agrupamento de empresas (o grupo italiano SFIR, através da sua subsidiária espanhola Azucareras Reunidas de Jaen, a Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, o IPE, a Sucral e a DAI, sociedade de desenvolvimento agro-industrial), no valor de 16 milhões de contos, para a realização de um projecto no sector agro-industrial.

De acordo com um estudo efectuado ³, e apesar de óbvias insuficiências metodológicas ⁴, é interessante verificar que o papel das empresas com capital estrangeiro, em termos de vendas ao exterior, ter aumentado significativamente, desde final dos anos 70. Estima-se ⁵ que em 1973, as empresas com capitais estrangeiros eram responsáveis por 36,7% das exportações nacionais, valor que atinge os 47% em 1989.

A estrutura sectorial das exportações das empresas com capitais estrangeiros, e apesar da manutenção do peso significativo se sectores intensivo em mão de obra como o material eléctrico e têxteis, assiste-se a uma tendência para o aumento de importância de sectores de material de transporte, pasta de papel, calçado e produtos químicos de base.

As exportações geradas pelas 15 empresas com capital estrangeiro, abrangidas pelo regime contratual de investimento estrangeiro, atingem 7% do valor total das exportações nacionais de 1994.

O valor acrescentado bruto (VAB) gerado pelas empresas com capitais estrangeiros é especialmente acentuado no sector de máquinas e material de transporte e no sector químico. O VAB deste tipo de empresas representa 36% do VAB industrial total.

³Estudo efectuado em 1993 pelo Prof. Vitor Corado Simões, com base numa amostra das 500 maiores e melhores empresas, publicada na Revista Exame;

⁴ as insuficiências metodológicas advém, naturalmente, do facto de ser um estudo realizado com base numa amostra de 500 empresas, ainda que sejam significativas em termos de dimensão e importância na evolução da economia e com base num estudo do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Indústria.

⁵ Freitas, Vera e Rocha, Edgar in "A especialização da economia portuguesa, tendências e perspectivas- O investimento na Indústria Transformadora", 1992;

Uma das explicações dadas pelos organismos responsáveis pelo IDE (como o ICEP) para a estabilização do IDE foi o facto de, ao longo de 1992, terem sido suspensos importantes fundos comunitários, provenientes dos diversos programas de apoio financeiro aos diversos sectores de actividade. Este factor terá sido um contributo fundamental para o adiamento e mesmo desistência de alguns investimentos em Portugal a favor de outros países concorrentes e com sistemas de incentivos mais atractivos.

De uma forma geral, o IDE em Portugal tem sido essencialmente afecto a sectores onde a economia portuguesa apresenta alguns desfasamentos (logo, boas oportunidades), como o financeiro e a distribuição, e a sectores orientados para a exportação, como alguns ramos da indústria transformadora.

Os ramos da indústria transformadora onde se assistiu a uma razoável dinâmica de crescimento foram as indústrias químicas dos derivados de petróleo e do carvão e dos produtos de borracha e plástico, cujo peso do IDE passou de 14,2, em 1989 para 40,7% em 1992 e as indústrias de fabrico de produtos metálicos, máquinas, equipamento e material de transporte, que absorveram cerca de 20% do investimento industrial de não residentes ⁶.

Se a indústria transformadora, apesar do regular crescimento dos fluxos de IDE em valor absoluto, perdeu ao longo do período em análise para o sector dos serviços, verifica-se que o sector da construção e obras públicas foi um sector importante de entrada de capitais estrangeiros, o que se traduz no facto de o capital da maioria das empresas do ramo ser controlado no exterior.

O sector financeiro, particularmente o segmento banca e imobiliário, foi o principal alvo dos investimentos estrangeiros. O forte afluxo de capitais estrangeiros ao sector financeiro acompanha a evolução da economia portuguesa, no sentido de uma maior importância atribuída aos serviços, a par do processo de desregulamentação e de privatizações. O investimento no sector financeiro português representava 17,5% do investimento estrangeiro total em 1986 para, passados seis anos, assumir uma posição de liderança com 65,8% do investimento total.

A repartição do investimento nos sub-sectores que compõem o sector financeiro evidencia a predominância dos investimentos financeiros e imobiliários, com tendências de evolução opostas: de 1989 a 1991 a banca cresceu e o imobiliário decresceu, enquanto em 1992 se assistiu ao inverso.

4.2.4 Peso do IDE no Produto Interno Bruto (PIB) e na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

Em 1986, a participação do IDE no PIB era de 0,6% e na FBCF era de 2,6%. Em 1991, o peso sobre para os 8,1 e 32,2%, respectivamente, se incluirmos o projecto da Ford-VW. Sem este, os valores percentuais são de 6,2 e 23%. Em 1993, regista 2 e 7,3% do PIB e da FBCF e em 1994, 1,4 e 5% (VER QUADRO 4.24).

Face a estes números, é indiscutível a importância do IDE na evolução do PIB. Nos seis anos que compreendem o período 1986-1991, a taxa média anual de crescimento do produto interno foi de 4,1%. No

⁶ Saraiva, Ana Margarida in "O investimento directo estrangeiro em Portugal no período de 1986 a 1992", Documento do Departamento de Estatística e Estudos Económicos do Banco de Portugal.

mesmo período, os fluxos de capitais estrangeiros atingiram taxas de crescimento anual na ordem dos 150%.

A desaceleração do crescimento mundial, verificada a partir de 1992, reflectiu-se, naturalmente, em Portugal, quer na evolução do produto, quer dos fluxos de capitais.

As linhas de transformação extrapoláveis da análise da evolução do investimento estrangeiro são sintetizáveis na criação de novas empresas, que representam 23% do investimento aprovado, sem a Ford-VW, projecto que a incluir-se faz com que aquele tipo de operação chegue a 48% do investimento total e o peso da participação estrangeira no investimento total aprovado: 60%, com o projecto Auto-Europa, 36% sem o projecto de Palmela.

Vera Freitas e Edgar Rocha ⁷ confirmam as duas faces da década de 80 relativamente ao comportamento do investimento: «a década de 80 foi marcada por dois períodos distintos: entre 80 e 85, caracterizada pela recessão de 83 e 84 e o período pós-adesão. Entre 1980 e 1985, a FBCF para o conjunto da economia baixou 4,3% em termos reais, particularmente no sector de bens de equipamento", onde a redução de investimento atingiu os 6,2%. De 1986 a 1991, a situação inverte-se, com a FBCF a aumentar a um ritmo de 11,1% em termos reais e o equipamento a uma taxa de 13,3%. O investimento em construção, depois de uma evolução negativa de 2,7%, entre 1980 e 1985, registou um aumento de 8,2%, no período de 1986 a 1991.

Foi sobretudo entre 1987 e 1988 que "foram alcançadas as maiores taxas de evolução do investimento: 15%, com o equipamento a crescer a um ritmo superior a 20% e a construção entre 9 e 10% ⁸.

4.2.4.1 A Estrutura da FBCF e o contributo do IDE

Os anos 80 caracterizaram-se por dois sub-períodos fundamentais: de 80 a 85, onde se verificou uma quebra generalizada da formação bruta de capital fixo nos sectores industriais, ainda que com dimensões diferenciadas. A segunda metade da década, coincidente com a adesão às Comunidades Europeias, traduziu uma inversão da tendência dos cinco primeiros anos da década, com taxas de crescimento médias positivas, à excepção do segmento dos minerais não metálicos, onde se registou uma ligeira quebra (-0,2%) (VER QUADRO 4.20).

No quadro geral da indústria transformadora, verificou-se uma taxa de crescimento negativa de 11,3% no período compreendido entre 1980 e 1985 que deu lugar a uma taxa média anual de 12,5% de 1986 a 1989. Mesmo assim, a década de 80 saldou-se por uma redução do investimento industrial de 0,9%.

Os sectores de indústria de base, como o químico, produtos não ferrosos, mecânico e siderurgia, registaram um desinvestimento ao longo da década de 80. Os sectores que absorveram maior volume de investimento foram a fileira florestal, os minerais não metálicos, o agro-alimentar e o material electrónico.

⁷ Freitas, Vera e Rocha, Edgar in "A especialização da economia portuguesa, tendências e perspectivas - O investimento na Indústria Transformadora", 1992;

⁸ ibidem;

A nível do agro-alimentar, os segmentos mais dinâmicos segundo a FBCF foram a padaria e pastelaria, os vinhos e o abate de animais; no sector florestal, o fabrico de embalagens de madeira, de pasta, papel e cartão e as artes gráficas; no Têxtil, a cordoaria e tapeçarias; nos Minerais não metálicos, as porcelanas e cimento; e na Química, a refinação de petróleo e adubos.

A estrutura da FBCF aponta, assim, para um reforço dos sectores tradicionais do agro-alimentar, fileira florestal e têxteis, que representavam 59% do investimento total no final da década de 80, mais 15 pontos percentuais do que no início de 1980⁹. De qualquer forma, o ritmo de crescimento da FBCF tem vindo a desacelerar desde 1989, registando em 1991, um crescimento de 2,6%, em larga medida devido ao crescimento do investimento na construção (4,5%&), justificado pelo vigor das obras públicas impulsionado pelas ajudas comunitárias, face a uma quase estagnação do investimento em equipamento.

A situação preocupante¹⁰ da indústria transformadora alicerça-se no facto de as empresas com intenção para investir passa de 63,8%, em 1991, para 48,1% em 1992.

4.2.4.2 Origem dos Capitais

Os países da União Europeia têm vindo a reforçar a sua posição enquanto investidores em Portugal, sendo responsáveis, em 1994, por 69,6% do total de investimento (VER QUADRO 4.7).

O Reino Unido, Espanha e Bélgica/Luxemburgo têm sido os grandes dinamizadores do investimento estrangeiro em Portugal, acumulando, de 1986 a 1994, valores de 569, 318 e 315 milhões de contos, respectivamente. Em 1993 e 1994, a hegemonia britânica, enquanto líder dos investidores estrangeiros, quebrou-se: em 1993, foram os espanhóis os principais investidores e em 1994 foram os belgas e luxemburgueses.

⁹ ibidem;

¹⁰ ibidem;

QUADRO 4.7

Investimento estrangeiro Origem dos capitais, em valor absoluto



		1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
OCDE:		24 064	47 815	92 395	224 810	386 250	433 732	391 493
	CEE	19 106	33 835	68 760	185 165	312 043	347 807	348 124
	Reino Unido	9 705	11 255	25 059	54 361	88 457	103 692	120 748
	França	2 467	5 031	10 695	46 635	71 745	55 265	84 963
	Luxemburgo	553	1 989	5 625	7 947	15 428	27 740	36 947
	Espanha	2 029	8 018	9 069	37 767	59 747	62 985	35 149
	Holanda	588	1 566	7 744	14 603	21 378	29 257	30 978
	Alemanha	2 670	3 713	7 265	11 817	23 636	18 720	25 651
EUA		2 154	7 360	11 677	3 509	13 757	40 226	16 737
Suíça		2 267	4 403	6 642	15 356	26 091	28 086	13 925
Suécia		253	266	2 324	8 097	14 261	7 592	1 992
Japão		173	1 132	791	1 453	9 797	4 982	1 701
Brasil		288	1 577	2 272	12 614	11 365	5 353	2 574
Outros		6 115	18 322	30 856	84 328	130 002	161 280	99 700
Total		25 044	51 399	99 545	268 109	440 981	508 773	454 264

Unidade: milhares de contos
Fonte: Banco de Portugal

4.2.4.3 Afectação Sectorial

Apesar dos investimentos industriais acima referidos, os serviços financeiros (crédito e seguros) foi o sector que absorveu o maior montante de capital estrangeiro, entre 1986 e 1994, com 880 milhões de contos, o que representa cerca de 30% do total acumulado nestes oito anos (VER QUADRO 4.18). A Indústria absorveu 820 milhões de contos (28% do total) e o sector do imobiliário captou 623 milhões de contos de capitais estrangeiros (22%) (VER QUADRO 4.16).

QUADRO 4.8

Investimento estrangeiro por sector de actividade em valor absoluto

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Agricultura, silvicultura caça e pescas	438	1 891	3 508	2 631	3 916	3 189	2 962
Ind. Extractiva	1 076	1 602	2 781	2 672	2 036	1 143	1 937
Ind. Transformadora	11 777	15 181	32 417	47 548	79 417	111 030	76 133
Electricidade, água e gás		5	100	24	44	1 196	1 331
Construção e Obras públicas	280	592	4 354	27 356	36 223	29 568	21 193
Comércio, restaur. e hotéis	6 527	9 668	17 532	34 404	44 748	34 550	35 869
Transportes, armazenagem e comunicações	417	1 841	841	2 569	2 107	9 466	4 916
Bancos, seguros e imobiliário	4 380	20 238	35 711	143 680	266 501	313 640	298 712
Serviços sociais	149		2 301	2 243	3 848	1 309	1 593
Act. mal definidas		381		4 982	2 141	3 682	9 619
TOTAL	25 044	51 399	99 545	268 109	440 981	508 773	454 264

UNIDADE: milhares de escudos
Fonte: Banco de Portugal

QUADRO 4.9

Investimento estrangeiro por sector de actividade em percentagem

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Agricultura, silvicultura caça e pescas	1,75%	3,68%	3,52%	0,98%	0,89%	0,63%	0,65%
Ind. Extractiva	4,30%	3,12%	2,79%	1,00%	0,46%	0,22%	0,43%
Ind. Transformadora	47,03%	29,54%	32,57%	17,73%	18,01%	21,82%	16,76%
Electricidade, água e gás	0,00%	0,01%	0,10%	0,01%	0,01%	0,24%	0,29%
Construção e Obras públicas	1,12%	1,15%	4,37%	10,20%	8,21%	5,81%	4,67%
Comércio, restaur. e hotéis	26,06%	18,81%	17,61%	12,83%	10,15%	6,79%	7,90%
Transportes, armazenagem e comunicações	1,67%	3,58%	0,84%	0,96%	0,48%	1,86%	1,08%
Bancos, seguros e imobiliário	17,49%	39,37%	35,87%	53,59%	60,43%	61,65%	65,76%
Serviços sociais	0,59%	0,00%	2,31%	0,84%	0,87%	0,26%	0,35%
Act. mal definidas	0,00%	0,74%	0,00%	1,86%	0,49%	0,72%	2,12%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

UNIDADE: milhares de escudos
Fonte: Banco de Portugal

4.2.4.4 Tipos de operação

As estratégias dos investidores estrangeiros padronizaram-se por uma adaptação às condições da própria economia. Assim, se em 1989 a criação de novas empresas era o tipo de operação predominante, representando 25% do total do investimento, em 1993, o seu peso ficava-se pelos 4,7%, retomando ligeiramente, em 1994, com 7,7% do total (VER QUADRO 4.19).

O investimento dirigido a empresas já instaladas é, indubitavelmente, a estratégia preferida pelos investidores externos. Desde 1986, este tipo de estratégia garante 50 a 60% do investimento global.

As fusões e aquisições foram particularmente sentidas no sector de comércio, restaurantes e hotéis. Este foi o único sector onde aquele tipo de operação cresceu entre os vários tipos de operação: de 25,3% do total investido, em 1989, para 32,1%, em 1992 (VER QUADRO 4.10).

QUADRO 4.10

Investimento estrangeiro,
por tipo de operação e por sector
em valor absoluto

	Indústria Transformadora			Construção e obras públicas			Comércio, restaur. e hotéis	
	1989	1992		1989	1992		1989	1992
Novos investimentos	4 242	2 196		1 213	326		4 179	2 134
Reforço de investimentos	29 670	53 021		16 087	29 365		21 827	22 235
Aquisição de investimentos	12 502	18 927		9 489	3 532		8 864	11 596
Outros	1 167	3 420		213	16		143	113
Total	47 581	77 564		27 002	33 239		35 013	36 078

Unidade: milhares de contos
Fonte: Banco de Portugal

	Banca, seguros, imobl		Outros		Total	
	1989	1992	1989	1992	1989	1992
Novos investimentos	25 127	30 301	1 730	2 304	36 491	37 261
Reforço de investimentos	89 995	220 261	3 670	18 339	161 249	343 221
Aquisição de investimentos	30 953	37 284	5 143	1 480	66 951	72 819
Outros	861	2 413	4 592	367	6 976	6 329
Total	146 936	290 259	15 135	22 490	271 667	459 630

Unidade: milhares de contos
Fonte: Banco de Portugal

QUADRO 4.11

Investimento estrangeiro,
por tipo de operação e por sector
em percentagem

	Indústria Transformadora			Construção e obras públicas			Comércio, restaur. e hotéis	
	1989	1992		1989	1992		1989	1992
Novos investimentos	89,00%	2,80%		4,50%	1,00%		11,90%	5,90%
Reforço de investimentos	62,40%	68,40%		59,60%	88,30%		62,30%	61,60%
Aquisição de investimentos	26,30%	24,40%		35,10%	10,60%		25,30%	32,10%
Outros	2,50%	4,40%		0,80%	0,00%		0,40%	0,30%
Total	100%	100%		100%	100%		100%	100%

Fonte: Banco de Portugal

	Banca, seguros, imobl		Outros		Total	
	1989	1992	1989	1992	1989	1992
Novos investimentos	17,10%	10,40%	11,40%	10,20%	13,40%	8,10%
Reforço de investimentos	61,20%	75,90%	24,20%	81,50%	59,40%	74,70%
Aquisição de investimentos	21,10%	12,80%	34,00%	6,60%	24,60%	15,80%
Outros	0,60%	0,80%	30,30%	1,60%	2,60%	1,40%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Banco de Portugal

4.2.4.5 Distribuição Regional

A afectação do IDE, subjacente a um critério de análise regional, caracteriza-se por uma forte assimetria. A região de Lisboa e Vale do Tejo captou um montante de 1330 milhões de contos, cerca de 79,5% do total. Os sectores financeiro, imobiliário e comércio e os capitais provenientes da Bélgica, Reino Unido e Espanha sintetizam o perfil da escolha desta região.

A evolução da distribuição regional do investimento estrangeiro espelha um reforço das assimetrias regionais e das especificidades produtivas de cada uma das regiões.

A região Norte foi responsável pela afectação de 203 milhões de contos de investimento estrangeiro (cerca de 11% do total), especialmente dirigidos aos sectores de produtos metálicos e máquinas, equipamento e material de transporte e imobiliários e serviços a empresas, normalmente com capitais oriundos das ilhas Caimão, Alemanha, Holanda e Estados Unidos.

A região Centro absorveu 66 milhões de contos, nomeadamente de origem suíça, neo-zelandesa, brasileira e norueguesa, com particular incidência nos minerais não metálicos, alimentação e bebidas, fabrico de produtos metálicos e máquinas e equipamento e material de transporte.

O Algarve e o Alentejo comungam no "remanescente". A região algarvia, com 34 milhões de contos de capitais estrangeiros, especialmente atraente para os investidores britânicos e para os investimentos em imobiliário. O Alentejo, com 9 milhões de contos, preferido pelos investidores norte-americanos e na aplicação de capitais no sector químico.

Em síntese, as actividades localizadas no litoral por capitais estrangeiros reforçam a especialização produtiva, na medida em que nos anos recentes os investimentos estrangeiros têm basicamente procurado os sectores alimentar, têxtil, químico e fabrico de produtos metálicos, máquinas, equipamento e material de transporte. Nas regiões do interior do país, os investimentos estrangeiros são fundamentalmente dirigidos ao sector primário.

4.2.5 Critérios de avaliação da importância do IDE em Portugal

Em 1983, com base num inquérito realizado às empresas com capital estrangeiro pelo Instituto do Investimento Estrangeiro concluía que o peso do IDE na indústria nacional, em termos de emprego era de 9,5%. Em 1991, numa análise realizada pelo INE, estimou-se que as empresas com capital estrangeiro deveriam concentrar 15% do emprego industrial em 1985 e 14% em 1991. Sectorialmente, é nos ramos de produtos metálicos e máquinas, têxteis, vestuário e calçado e químico que as empresas com capitais estrangeiros reúnem maior volume de emprego: 36, 32 e 14%, respectivamente.

4.2.5.1 critério 1: nº empresas

Num estudo efectuado com base nas 500 maiores e melhores empresas seleccionadas pela revista Exame, 32% dessas empresas (em número de 159) tinham o seu controlo maioritário no exterior do país, em 1993.

No sector industrial, o peso das empresas controladas do exterior no total das empresas nacionais tem aumentado sucessivamente: de 25%, em 1989, para 36%, em 1991 e 38% em 1993. Os sectores industriais onde se detecta uma maior concentração do controle estrangeiro são o químico, electrometalomecânico e o alimentar. De referir ainda que em sectores onde se detecta uma maior penetração no âmbito das melhores e maiores empresas, como o alimentar, comércio, transportes e químicas, o ascendente das empresas com capital estrangeiro é uma tendência evidente. No ramo alimentar, o peso das empresas com capital estrangeiro na amostra passa de 24,9%, em 1989, para 35,3%, em 1992 e no sector do comércio, de 20,4 para 29,7% (VER QUADRO 4.12).

QUADRO 4.12

Critério 1: número de empresas			
	TOTAL EMPRESAS INDUSTRIAIS	ECE*	PESO DAS ECE NO TOTAL EMPRESAS
1989	243	60	24,70%
1991	235	84	36,70%
1993	234	89	38,00%

*ECE: EMPRESAS COM CAPITAL ESTRANGEIRO
 FONTE: EXAME, 500 MAIORES E MELHORES E ICEP

**Evolução do nº de empresas com capital estrangeiro,
numa amostra das 500 melhores e maiores**

	Total empresas		ECE*		ECE/TOTAL	
	1989	1992	1989	1992	1989	1992
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	3	2				
Ind.	1	1				
Extractivas						
Ind. Transformadoras	265	232	66	82	24,91%	35,34%
Alimen, bebidas e tabaco	89	67	9	13	10,11%	19,40%
têxteis, vestuário e calçado	41	23	6	7	14,63%	30,43%
MAdeira e Cortiça	11	12	1	1		8,33%
Papel, artes gráficas e public.	16	22	3	4	18,75%	18,18%
Químicas deriv. petróleo, carvão, borracha e plástico	40	48	26	32	65,00%	66,67%
Minerais não metálicos	17	14	2	4	11,76%	28,57%
Metalúrgicas de base	6	4				
Prod. metálic. e máq equip. e material de transporte	45	42	20	21	44,44%	50,00%
Electricidade, gás e água	1	1				
Construção e obras pub.	31	36	2	6	6,45%	16,67%
Comércio, resta. e hotéis	162	182	33	54	20,37%	29,67%
Transportes, armazenagem e comunicações	28	34	3	3	10,71%	8,82%
Bancos, seguros e imobl.		7		3		42,86%
Serviços sociais	8	5	4		50,00%	
Total	499	500	108	148	21,64%	29,60%

* Empresas com
capital estrangeiro

Fonte: Revista Exame: 500 melhores e maiores, 1990 e 1993

4.2.5.2 critério 2: valor bruto de produção

Do total das vendas industriais, a participação das empresas com capital estrangeiro aumentou de 36%, em 1989, para 42% em 1991 e 45% em 1993.

Em relação à orientação das vendas — interna ou externa — verifica-se que o peso das exportações das empresas controladas por estrangeiros no total das exportações tende a aumentar, o que constitui um aspecto a reter relativamente à capacidade de autonomia ou dependência dos centros de racionalidade do sistema produtivo português.

QUADRO 4.13

Critério 2:			
valor bruto de produção			
	TOTAL EMPRESAS INDUSTRIAIS	ECE*	PESO DAS ECE NO TOTAL EMPRESAS
1989	2049	736	35,90%
1991	2659	1124	42,30%
1993	2697	1215	45,10%

**ECE: EMPRESAS COM CAPITAL ESTRANGEIRO*
UNIDADE: Milhões de contos
FONTE: EXAME, 500 MAIORES E MELHORES E ICEP

4.2.5.3 critério 3: valor acrescentado bruto

A participação no VAB das empresas controladas por estrangeiros aumentou de 34% em 1989 para 42% em 1991. O valor acrescentado bruto gerado por este tipo de empresa é especialmente acentuado nos sectores de máquinas e material de transporte e químico ¹¹.

¹¹ ibidem;

QUADRO 4.14

Critério 3: valor acrescentado bruto			
	TOTAL EMPRESAS INDUSTRIAIS	ECE*	PESO DAS ECE NO TOTAL EMPRESAS
1989	574	194	33,80%
1991	917	388	42,30%
1993	877	312	35,80%

*ECE: EMPRESAS COM CAPITAL ESTRANGEIRO
UNIDADE: Milhões de contos
FONTE: EXAME, 500 MAIORES E MELHORES E ICEP

4.2.5.4 critério 4: emprego

Com base na análise dos quadros de pessoal do Mess e do Ine estimou-se que as empresas com capital estrangeiro devem ter sido responsáveis por aproximadamente 15% do emprego em 1985 e 14% em 1991, o que deixa transparecer que as empresas caracterizadas por um controle do exterior são cada vez menos trabalho-intensivas.

Desagregado sectorialmente o volume de emprego gerado pelas empresas com capital estrangeiro, verifica-se que as indústrias de produção de produtos metálicos, de têxteis e de químicos são os sectores onde as empresas com capital estrangeiro concentram um maior nível de emprego: 36, 32 e 14%, respectivamente, em 1991.

QUADRO 4.15

Critério 4: emprego médio		
	TOTAL EMPRESAS INDUSTRIAIS	ECE*
1989	673	700
1991	655	643
1993	624	634

*ECE: EMPRESAS COM CAPITAL ESTRANGEIRO
FONTE: EXAME, 500 MAIORES E MELHORES E ICEP

Evolução da importância do emprego nas empresas com capital estrangeiro

	Total empresas		ECE*		ECE/TOTAL	
	1989	1992	1989	1992	1989	1992
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	860	537				
Ind. Extractivas	400	1 070				
Ind. Transformadoras	176 637	149 227	42 651	53 275	24,15%	35,70%
Alimen, bebidas e tabaco	34 084	27 028	3 614	7 120	10,60%	26,34%
têxteis, vestuário e calçado	39 815	24 096	7 567	7 352	19,01%	30,51%
MAdeira e Cortiça	5 768	4 527		125		2,76%
Papel, artes gráficas e public.	12 979	13 507	1 878	1 574	14,47%	11,65%
Químicas deriv. petróleo, carvão, borracha e plástico	28 817	18 827	9 975	10 802	34,61%	57,38%
Minerais não metálicos	10 132	8 282	851	1 720	8,40%	20,77%
Metalúrgicas de base	3 117	4 267				
Prod. metálic. e máq equip. e material de e transporte	41 925	48 693	18 766	24 582	44,76%	50,48%
Electricidade, gás e água	23 000	18 229				0,00%
Construção e obras pub.	32 823	33 160	1 506	3 570	4,59%	10,77%
Comércio, resta. e hotéis	45 645	54 649	8 974	13 435	19,66%	24,58%
Transportes, armazenagem e comunicações	85 852	81 871	612	543	0,71%	0,66%
Bancos, seguros e imobl.		4 057		3 764		92,78%
Serviços sociais	6 514	5 035	3 368		51,70%	
Total	381 731	347 835	57 111	74 587	14,96%	21,44%

* Empresas com capital estrangeiro
 Fonte: Revista Exame: 500 melhores e maiores, 1990 e 1993

Conclusões ao capítulo 4

Davidson ¹², em 1980, identificava três tendências na decisão de localização de actividades de investimento directo no exterior: em primeiro lugar, a actividade de investimento está relacionada com a dimensão do mercado; em segundo, as empresas tendem a preferir mercados próximos e semelhantes ao país de origem; finalmente, a presença de uma filial já existente em determinado mercado constitui um factor positivo nas decisões de investimento da empresa.

Numa economia onde a estrutura de investimento, de 1989 a 1992 (VER QUADRO 4.20), reflecte uma redução do investimento em equipamento em sectores onde seria de esperar uma reestruturação no sentido de transformar métodos de produção e formas de gestão para melhorar a produtividade — como os têxteis, química, agro-alimentar — o financiamento do investimento adquire, de qualquer forma, um papel fundamental. Como se pode constatar (VER QUADRO 4.21), os apoios financeiros provenientes do orçamento comunitário asseguraram 4,8 e 8%, em 1991 e 1992 respectivamente, do investimento realizado na indústria transformadora portuguesa, com especial evidência nos sectores onde Portugal assumia alguma especialização internacional como o agro-alimentar, a fileira florestal e os têxteis. Nestes sectores, os objectivos do investimento (VER QUADRO 4.22) privilegiavam a expansão e a substituição enquanto em sectores

¹² Davidson, William in "The location of foreign direct investment activity: country characteristics and experience effects", 1980.

como a siderurgia, mecânica e electrónica a prioridade do investimento no triénio 1990-1992 foi a racionalização.

Tendo em conta este enquadramento geral da estrutura, objectivos e financiamento da formação bruta de capital fixo na economia portuguesa, a expressão quantitativa dos fluxos de investimento estrangeiro e a análise qualitativa dos mesmo em relação ao tipo de operação, afectação sectorial e regional, traduz-se neste período pós-adesão até 1994 em seis parâmetros básicos:

- o IDE assumiu um papel crescente na economia portuguesa, em especial entre 1987 e 1991;
- peso crescente das empresas com capital estrangeiro no âmbito das maiores empresas residentes em Portugal, a partir de 1989;
- preferência por operações de reforço de capital e pontualmente algum ascendente das aquisições;
- peso tendencialmente hegemónico dos serviços, sobretudo os financeiro e imobiliário, como principal objectivo do investimento, com um tendencial declínio do peso da indústria transformadora nos destinos do IDE;
- uma localização concentrada nas áreas urbanas, nomeadamente Grande Lisboa e Grande Porto;
- preponderância dos países comunitários no âmbito da origem dos capitais.

QUADRO 4. 16

**INVESTIMENTO ESTRANGEIRO, POR SECTORES DE ACTIVIDADE
TOTAL ACUMULADO DE 1986 A 1994**

Sector	Valor
Banca e Seguros	31%
Indústria	28%
Imobiliário	22%
Comércio	9%
Construção	4%
Turismo	3%
Outros	2%
Agricultura e pescas	1%

Fonte: ICEP

QUADRO 4. 17

CONTRATOS DE INVESTIMENTO

Empresa	Região	Produto	Valor total do Investimento	Fase de investimento
Gist-Erocades	Matosinhos	Penicilina G Potássica Bruta	1.5	já concluído
Fiat Portuguesa	Vendas Novas	Componentes automóveis	2.2	já concluído
Texas Instruments	Maia	Semi-condutores	19 milhões USD	já concluído
Hotelgal	Lisboa e Porto	Hotelaria	3.4	já concluído
Funfrap	Cacia	Fundição de peças para a ind. automóvel	3.7	já concluído
Bendix	Abrantes	Travões	36 milhões FF	já concluído
Renault	Setúbal	Automóvel	23	já concluído
Inlan	Ponte de Sôr	Componentes automóveis	30 milhões USD	já concluído
Yasaki	Gaia	Cablagens eléctricas	2	em curso
Ford Lusitana	Azambuja	Montagem de veículos	12 milhões USD	já concluído
Ford Electronics	Palmela	Rádios e amplificadores	22.3	em curso
Delco Remi	Seixal	Sistemas de ignição e sensores	7.7	em curso
Continental/Mabor	Famalicão	Pneus	26.6	em curso
CofapEuropa	Cantanhede	Segmentos p/automóvel	19.0	em curso
AutoEuropa	Palmela	Automóvel	453.9	em curso
Matutano (Pepsico)	Carregado	Snack food	13.4	em curso
Neste	Sines	Química de base	16.8	em curso
Sommer Allibert	Palmela	Plásticos	10.7	em curso
DAI	Coruche	Açucar de beterraba	16	em curso

Unidade: milhões de contos, excepto quando referida a divisa

Fonte: ICEP

QUADRO 4.18

**INVESTIMENTO ESTRANGEIRO, POR SECTORES DFE ACTIVIDADE
TOTAL ACUMULADO DE 1986 A 1994**

SECTOR	VALOR ACUMULADO	% DO TOTAL
Agricultura e Caça	33 304,678	1,15
Silvicultura e Exploração Florestal	504,560	0,02
Pesca	5 199,494	0,18
Extracção de carvão	420,020	0,01
Extracção de petróleo bruto e gás natural	2 524,662	0,09
Extracção de minérios metálicos	2 353,306	0,08
Extracção de minérios não metálicos e rochas	8 949,428	0,31
Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco	84 520,983	2,92
Indústrias têxteis, vestuário e calçado	43 819,791	1,52
Indústrias da Madeira e Cortiça	18 128,584	0,63
Indústrias do papel, artes gráficas e publicações	62 839,165	2,17
Indústrias Químicas dos derivados do petróleo e carvão e dos prod. de borracha e plástico	144 985,223	5,01
Indústrias de produtos minerais não metálicos	83 929,198	2,90
Indústrias Metalúrgicas de base	10 106,842	0,35
Fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte	352 350,160	12,18
Outras Indústrias Transformadoras	5 719,271	0,20
Electricidade, gás e água	10 494,020	0,36
Abastecimento de água	2 271,869	0,08
Construção e obras públicas	119 910,088	4,15
Comércio por grosso	196 655,724	6,80
Comércio a retalho	63 191,400	2,19
Restaurantes e hotéis	83 753,704	2,90
Trasportes e armazenagem	30 117,223	1,04
Bancos e OIMF	812 898,495	28,11
Seguros	67 833,452	2,35
Operações s/imóveis e serviços às empresas	623 118,763	21,55
Administração Pública	1,930	0,00
Serviços de saneamento e limpeza	1 453,121	0,05
Serviços sociais	2 361,688	0,08
Serviços recreativos e culturais	10 327,015	0,36
Serviços pessoais e domésticos	4 350,604	0,15
Actividades mal definidas	274,078	0,01
TOTAL	2 891 985,128	100,00

Unidade: milhões de contos

Fonte: ICEP

QUADRO 4. 19

**INVESTIMENTO ESTRANGEIRO POR TIPO DE OPERAÇÃO
1986-1994**

TIPO DE OPERAÇÃO	1986		1987		1988		1989		1990		1991		1992		1993		1994	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Novas empresas	4.43	18	13.54	22	28.16	20	86.48	25	54.30	12	73.39	12	53.76	9	12.76	5	15.99	10
E's já instaladas	16.25	66	41.36	67	66.47	48	184.06	53	285.77	61	342.76	56	355.27	60	153.15	56	91.46	55
Aquisições	3.68	15	6.20	10	43.33	31	71.44	20	111.02	24	123.03	20	115.80	20	83.94	31	39.74	24
Outros	.12	1	.51	1	.09	0	7.53	2	17.79	4	74.54	12	85.82	11	23.48	9	18.60	11
Total	24.49	100	61.62	100	138.06	100	349.53	100	468.90	100	610.66	100	590.66	100	273.36	100	165.80	100

Fonte: ICEP

QUADRO 4. 20

**FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO
ESTRUTURA DO INVESTIMENTO**

	Total				Construção			Equipamento		
	1989	1990	1991	1992	1990	1991	1992	1990	1991	1992
Agro-alimentar	14,2	16,3	16,8	16,5	15,6	18,7	16,3	13,3	14,9	15,4
Florestal	18,8	19,3	17,8	21,2	17,2	11,8	26,1	18,8	19,8	20,2
Têxtil	25,2	19,1	19,0	14,9	19,5	20,1	15,0	23,5	18,6	15,3
Minerais não metálicos	8,5	8,2	8,1	9,2	10,5	9,1	7,7	8,1	7,9	9,7
Química	12,9	11,6	14,7	14,4	11,5	9,8	10,5	14,3	16,2	15,5
Não ferrosos	0,6	0,5	0,8	0,6	0,6	0,8	0,7	0,3	0,8	0,6
Siderurgia	2,4	5,2	3,8	2,0	4,0	4,4	0,9	6,0	3,8	2,3
Mecânica	7,9	9,2	7,5	8,1	6,0	8,1	10,7	6,9	7,0	7,2
Material Eléctrico	1,7	2,0	2,3	3,4	1,9	5,1	2,8	2,2	2,7	3,7
Electónica	2,7	1,7	2,0	2,7	1,9	5,1	2,8	2,2	2,3	2,7
Veículos	2,4	2,9	3,9	4,0	6,0	3,4	4,3	2,9	4,1	4,1
Diversos	2,7	3,9	3,3	3,0	5,4	7,6	2,6	1,4	2,0	3,3
Ind. Transformadora	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE

QUADRO 4. 21

FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

Sectores	CEE 1991	CEE 1992
Agro-alimentar	7,9	11,5
Florestal	2,4	10,4
Têxtil	4,6	9,1
Minerais não Metálicos	11,5	3,2
Química	2,9	2,9
Não ferrosos	6,0	16,2
Siderurgia	3,3	6,4
Mecânica	8,0	8,0
Material eléctrico	5,0	8,2
Electónica	7,1	9,0
Veículos	4,1	7,0
Total Indústria	4,8	8,0

Fonte: INE

QUADRO 4. 22

**OBJECTIVOS DO INVESTIMENTO 1990-1992
PERCENTAGEM SOBRE A FBCF TOTAL**

	Substituição	Racionalização	Expansão
Agro-alimentar	31,4	25,4	43,2
Florestal	29,1	22,6	48,2
Têxtil	37,2	13,5	49,3
Minerais Não Metálicos	19,4	13,4	67,3
Química	17,2	24,1	58,8
Não ferrosos	18,8	21,3	59,9
Siderurgia	17,8	68,6	13,7
Mecânica	50,1	44,2	5,7
Material Eléctrico	21,6	25,2	53,3
Electrónica	31,7	31,7	36,6
Veículos	47,4	10,5	42,0
Diversos	3,7	23,7	72,6

Fonte: INE

QUADRO 4. 23

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO EM PORTUGAL
PREÇOS CORRENTES

ANOS	VALOR
1986	24 498.9
1987	61 226.5
1988	138 052.9
1989	349 532.1
1990	479 396.5
1991	798 490.8
1992	590 667.7
1993	279 164.2
1994*	170 955.2
Total Acumulado	2 891 983,9

* Os valores para 1994 compreendem o período entre Janeiro e Outubro
Unidade: milhares de contos
Fonte: ICEP

QUADRO 4. 24

PENETRAÇÃO DO IDE NA ECONOMIA NACIONAL
indicadores: peso do IDE no PIB (IDE/PIB) e peso do IDE na FBCF (IDE/FBCF)

	IDE/PIB	IDE/FBCF
1986	0.6	2.6
1987	1.2	5.0
1988	2.3	8.6
1989	4.9	18.3
1990	5.6	21.4
1991	8.1	32.2
1992	5.2	21.3
1993	2.0	7.3
1994*	1.4	5.0

* cálculos efectuados com base em previsões de 200 milhões de contos para o IDE, 1% de crescimento real do PIB e de -0,5% de crescimento real para a FBCF;
Unidade: percentagem
Fonte: ICEP

QUADRO 4. 25

PENETRAÇÃO DO IDE NA ECONOMIA COMUNITARIA
indicadores: peso do IDE no PIB (IDE/PIB) e peso do IDE na FBCF (IDE/FBCF)

	IDE/PIB	IDE/FBCF
1986	0.6	2.9
1987	0.8	4.4
1988	1.1	5.7
1989	1.5	17.5
1990	1.4	7.0
1991	1.1	5.3
1992	1.0	4.8

FONTE: OCDE E EUROSTAT

Capítulo 5

Garantir uma convergência estrutural

Uma das ideias expostas no capítulo 3 acerca dos reflexos do perfil de especialização no posicionamento competitivo da economia portuguesa, prende-se com o desafio colocado às empresas, indústrias e, claro está, à economia como um todo, que "consiste na transformação do modelo produtivo, isto é, na capacidade de passar de um modelo excessivamente assente no baixo custo do factor trabalho para um modelo baseado na investigação e desenvolvimento, cujos esforços sustentam a inovação, a diferenciação e a especialização de bens e serviços"¹. Portugal apresenta uma situação contrastante com a apresentada pelo conjunto dos seus parceiros da OCDE. Enquanto, por exemplo, as estruturas de especialização da Alemanha, Japão e Estados Unidos pautam-se pela homogeneidade, Portugal traduz uma notória heterogeneidade nas respectivas estruturas de especialização (VER QUADRO 5.1)

5.1 O conceito de competitividade

5.1.1 Diversidade teórica

Independentemente da utilização do termo competitividade para referir conceitos distintos, um característica é comum: o tratar-se de um fenómeno essencialmente estrutural, pelo que deve ser analisado num contexto temporal alargado.

Numa ordem económica internacional pautada, progressivamente, pela globalização e, sequencialmente, por uma tendencial concorrência crescente, as organizações empresariais são, também cada vez mais, condicionadas, nas suas diferentes actividades económicas, pela competitividade. A evolução da realidade determinou que o manancial teórico se enriquecesse com designações mais específicas de competitividade. Assim, a tendência para um nivelamento dos preços coloca às empresas o problema da competitividade. Nesta perspectiva, a competitividade é encarada numa lógica de custos, daí que surja o conceito de "competitividade-custo". Mas, a tendência estrutural para a emergência e difusão de novos processos organizacionais da produção e de novos métodos de gestão, comungando em privilegiar a capacidade de adaptação da oferta à procura, seja por uma ampliação da gama de produtos, seja pelo recurso à subcontratação, seja pela criação de redes de distribuição e comercialização, também evoca a competitividade. Esta perspectiva de competitividade associa-se a factores não custo. Entre eles, a capacidade de gestão, os recursos humanos qualificados e a ciência e tecnologia (C&T) partilham um papel de destaque na obtenção de um posicionamento competitivo, à escala internacional.

¹ver capítulo 3

O *European Management Forum* elaborou uma classificação dos países membros da OCDE, segundo um conjunto de factores de competitividade. A análise foi realizada para os anos de 1986, 1992 e 1993 e determinou-se uma redução e alteração dos factores de competitividade. Assim, para 1986, foram considerados dez factores, enquanto que para 1992 e 1993 apenas se consideraram 8 critérios (VER QUADRO 5.1). Verifica-se que Portugal apresenta uma melhor *performance* nos factores "dinamismo económico" e "intervenção do Estado", apesar de no primeiro a situação ter piorado no tempo e no segundo ter melhorado, e uma posição precária nos factores "Capacidade de Gestão", "Ciência e Tecnologia" e "Recursos Humanos".

Quadro 5.1

Os factores de competitividade

	Dinamismo económico	Eficácia industrial	Dinamismo de mercado	Dinamismo financeiro	Recursos Humanos	Intervenção do Estado	Dotação de rec. naturais	Abertura externa	Abertura à inovação	Estabilidade política
1986	11	14	22	21	21	17	22	20	21	20
	Dinâmica interna	Internacionalização	Intervenção do Estado	Finanças	Infraestruturas	Capacidade de gestão	Ciência e Tecnologia	Recursos Humanos		
1992	14	14	16	21	20	22	21	18		
1993	13	16	13	15	20	22	21	19		

fonte: *European Management Forum*

	Portugal	Alemanha	Estados Unidos	Japão
Recursos naturais	5,8	-1,3	-1,1	-0,7
Custo do trabalho	27,9	-3	-1,2	0
Economias de escala	-7	2,9	-1,9	4,7
Diferenciação produto	-24,1	2,1	1,1	-2
I&D	-2,6	-0,7	3,1	-2
unidade: pontos percentuais				
Fonte: OCDE ano: 1991				

A noção de convergência estrutural pode ser relevante se somarmos a permanência de uma lógica de especialização produtiva divergente das grandes tendências em acção à escala europeia. Mateus² sustenta esta tese quer em relação ao conteúdo "estratégico — especialização de base inter sectorial em Portugal face a uma especialização de base intra sectorial no espaço europeu (VER QUADRO 5.2)—, quer no que respeita ao posicionamento das principais actividades industriais em termos de balança comercial, esforço de exportação e penetração do mercado interno pelas importações".

A análise das quotas do comércio intraindustrial no comércio intracomunitário validam esta afirmação. Na verdade, Portugal apresenta, em 1987, um peso do comércio intraindustrial no comércio total (37%) idêntico ao que a Espanha apresentava em 1970!

² Mateus e outros, "Cenários para o século XXI", 1995

Quadro 5.2

Quotas do comércio intraindustrial no comércio intracomunitário (em percentagem do comércio total)

	1970	1980	1987
Portugal	23%	32%	37%
Dinamarca	41%	52%	57%
Alemanha	73%	78%	76%
Grécia	22%	24%	31%
Espanha	35%	57%	64%
França	76%	83%	83%
Irlanda	36%	61%	62%
Itália	63%	55%	57%
Holanda	67%	73%	76%
Reino Unido	74%	81%	77%

fonte: Comissão Europeia

A economia portuguesa confrontada, assim, com o problema de criar uma capacidade competitiva, terá de determinar os respectivos eixos de promoção da mesma.

A Monitor Company³ defende a necessidade de encontrar um novo paradigma que substitua o "antigo que sustentava que a concorrência se baseava no custo de factores, tais como a mão de obra e as matérias primas, sendo vencedora a empresa com mais baixo custo".

O consolidar dos fenómenos de globalização e inovação tecnológica possibilitaram às empresas atenuar, ou mesmo eliminar, as debilidades dos factores locais. Em última instância, a globalização e a inovação tecnológica evidenciaram a importância da competitividade.

Porter sugere⁴ que a competitividade de uma nação "não depende tanto das indústrias em que o país compete mas do modo como competem as empresas nessas indústrias". Daí que numa economia mundial caracterizada por uma "crescente concorrência global as economias são especializadas. O sucesso competitivo de cada país encontra-se concentrado em certas indústrias e grupos de indústrias inter-relacionadas, designadas por *clusters*"⁵.

Se sistematizarmos as razões para a lenta reacção da economia portuguesa face àquela mudança estrutural, verificamos que se evidenciam comportamentos algo dogmáticos. Em Portugal existe o princípio de que são as instituições que criam a mudança e não os indivíduos; existe uma predisposição para realizar reformas na esfera da oferta em detrimento de reformas determinadas pela procura; e existe uma tendência para avaliar a mudança pelo impacto na macroeconomia e não nos determinantes da competitividade.

³ Monitor Company, sob a direcção de Michael Porter, in Construir as Vantagens Competitivas de Portugal, 1993

⁴ Porter, Michael in "A vantagem Competitiva das Nações"

⁵ Monitor Company, sob a direcção de Michael Porter, in "Construir as Vantagens Competitivas de Portugal", Maio 1993

Quadro 5.3

Quotas de exportação de Cluster competitivo

	1978	1985	1990
Indústrias a Montante:	0,3	0,3	0,4
Materiais/Metals	0,1	0,2	0,2
Produtos florestais	1,9	1,8	2
Petróleos/química	0	0,1	0,3
Semi condutores	0,4	0,2	0
Funções industriais e de suporte:	0	0,1	0,1
Diversos	0	0	0
Transportes	0	0,1	0,1
Energia	0,1	0,2	0,5
Escritórios	0,1	0	0
Telecomunicações	0	0	0
Defesa	1,2	1,3	0,1
Bens e serviços de consumo:	0,5	0,6	0,8
Alimentação e bebidas	0,4	0,3	0,3
Prod. para o lar	0,8	0,9	1,3
têxteis e vestuário	1,1	1,4	1,9
Prod. de saúde	0,2	0,1	0,1
Uso pessoal	0,1	0,1	0
Diversão)lazer	0,2	0,1	0
<i>fonte: Monitor Company</i>			

5.1.2 Os determinantes da competitividade

Os quatro determinantes do diamante, segundo a concepção de Michael Porter⁶, assentam na:

1. Estratégia, estrutura e rivalidade empresarial: um contexto local que permita estratégias e formas de organização e de gestão que apoiem a inovação; objetivos individuais e empresariais que apoiem um investimento constante; concorrência acesa entre rivais locais que pressiona a inovação e incentiva a internacionalização.

2. Condições dos factores: existência de um conjunto de tecnologias e infraestruturas altamente especializados; pressões específicas criadas por desvantagens em factores básicos (por exemplo, alto custo de energia, terra cara) que incentivem a inovação.

3. Condições da procura: presença de clientes locais exigentes que pressionem as empresas a inovar e cujas necessidades sofisticadas antecipem as necessidades globais.

⁶ Porter, Michael in "A vantagem Competitiva das Nações"

4. Indústrias relacionadas e de suporte: agentes locais capazes de fornecer *inputs* especializados; empresas locais competitivas em indústrias relacionadas pela tecnologia, pelas aptidões ou pelos clientes.

Neste contexto, o relatório da Monitor Company⁷ afirma que os *clusters* nacionais são frequentemente concentrados geograficamente, factor que favorece e amplia a interacção dos determinantes; que aumenta a pressão da rivalidade local; que a frequência de cisões estimula a sofisticação dos clientes locais, estimula a formação de indústrias relacionadas de suporte, incentivando maior investimento local na criação de factores especializados e proporciona um pólo de atracção entre os factores móveis. Os vectores decorrentes do audito à competitividade da economia portuguesa envolvem seis características elementares:

- as estratégias são baseadas nos custos;
- as estratégias são orientadas para o mercado doméstico;
- há uma falta de atenção ao factor qualidade;
- os processos de produção são ineficientes;
- existe uma ênfase inadequada no marketing e nas vendas;
- os canais de distribuição são pouco desenvolvidos no exterior

As variáveis que interferem com as questões da competitividade necessitam de ser, naturalmente, articuladas, de forma a serem alcançados os resultados desejados.

A **produtividade** e a respectiva promoção, resultante acima de tudo ao nível global da empresa, constitui um processo de reformas no âmbito organizacional e tecnológico impostos pela própria evolução dos mercados. A interiorização, por parte das empresas, do objectivo de **qualidade** é um dos determinantes da competitividade portuguesa tal como os esforços de criação e melhoramento da **capacidade de gestão** dos empresários, nomeadamente no sentido de valorizar a adaptação da produção às exigências da procura dos mercados estratégicos e de construir as condições para o potencial de inovação da indústria portuguesa.

Neste sentido, a elevação do **nível tecnológico** é uma condição necessária à melhoria da competitividade. O modelo, em vias de substituição, de importar tecnologias avançadas sem atender à adequação ao nível de formação, tipo de organização de produção e formas de gestão, suscita a análise de dois outros determinantes de competitividade: a **organização**, de forma a refrear os esforços de modernização na mera aquisição de novos equipamentos, e a **rendibilidade**. A adopção de instrumentos adequados de avaliação de projectos pode facilitar e alterar o sentido das decisões e especialmente consolidar a substituição de uma lógica de curto prazo por uma lógica de médio e longo prazo na tomada de decisões estratégicas.

⁷ Monitor Company, sob a direcção de Michael Porter, in "Construir as Vantagens Competitivas de Portugal", Maio 1993

Tal pode permitir uma correcção no âmbito do actual insuficiente esforço, por parte das empresas, em **investigação e desenvolvimento (I&D)**, que representa um factor de competitividade.

A articulação das políticas, no sentido de sustentar o desenvolvimento e minorar os efeitos negativos, na esfera social, é indispensável para ganhar o desafio da competitividade e internacionalização da economia portuguesa.

As políticas públicas terão que privilegiar quatro dimensões:

- a criação e desenvolvimento de mecanismos de política social que tendam a moderar os custos sociais inerentes aos ajustamentos estruturais, nomeadamente o desemprego;
- o sistema de educação e formação profissional, no sentido de assegurar a adequação da oferta às exigências, em termos de qualificações, latentes nas diferentes actividades económicas;
- o fomento da C&T no desenvolvimento da indústria portuguesa;
- a criação e aperfeiçoamento de mecanismos que suportem o desenvolvimento regional.

Uma das questões que se colocava na elaboração desta dissertação associava-se ao debate acerca da articulação de três subsistemas — empresas, indústrias e nação — ou se "na falta de um diagnóstico e planeamento estratégico a longo prazo, existem em Portugal apenas e fundamentalmente empresas competitivas"⁸. Torna-se assim metodologicamente pertinente a análise de dois dos pilares: as empresas e as políticas públicas.

5.2 Discutir a competitividade de Portugal

5.2.1 Pilar 1: As estruturas empresariais

A estrutura da indústria portuguesa, numa análise estática, dá-nos uma imagem híbrida. Corkill⁹ sistematiza oito características:

- **Dimensão empresas:** natureza fragmentada e subdesenvolvida de muitas empresas: a economia é altamente dependente de um pequeno número de grandes empresas para o seu dinamismo e desenvolvimento;
- **Concentração geográfica:** as actividades industriais estão concentradas numa limitada área geográfica ao longo do eixo Setúbal-Braga;
- **Concentração sectorial:** a produção concentra-se num leque restrito de actividades. O padrão de especialização pouco se têm alterado e, pelo contrário, a confiança na indústrias tradicionais como o têxtil, calçado, cortiça, madeira e cerâmica tem-se reforçado;
- **Mão de obra barata:** a manutenção da competitividade nos mercados externos persiste num pilar em vias de desequilíbrio: a mão de obra barata;
- **Baixa produtividade**

⁸ ver Introdução

⁹ Corkill, David in "The portuguese economy since 1974", capítulo 5, Edinburgh University Press, 1993

- **Dependência Tecnológica:** a indústria portuguesa padece de uma forte dependência de tecnologia importada;
- **Investimento Estrangeiro domina sectores estratégicos:** as empresas multinacionais dominam os sectores de elevada procura externa e com potencial de crescimento como a electrónica, automóvel, componentes, medicamentos e indústrias alimentares;
- **Aceleração de novas empresas:** a criação de novas empresas acelerou-se com a adesão à CE. Surgiram cerca de 80 mil novas empresas, mas há que acautelar o síndrome da burocracia: em Portugal é mais difícil criar empresas (demora mais de três meses, enquanto que a média comunitária são dez dias), mas também a liquidação de empresas é agonizante, pelo que Portugal apresenta um dos mais baixos índices de falências.

A estrutura empresarial portuguesa reflecte, nos anos mais recentes, um aumento de 72% (VER QUADRO 5.4) do número de empresas, entre 1982 e 1992, que se traduziu num aumento de 17% no emprego, e numa redução da dimensão média das empresas, de 21,5 para 14,6 trabalhadores.

Quadro 5.4

Nº empresas, emprego e dimensão média

	Empresas	tva	Emprego	tva	Dimensão média*	tva
1982	84 328		1 814 280		21,5	
1983	90 432	7,24%	1 832 771	1,02%	20,3	-5,58%
1984	89 550	-0,98%	1 802 781	-1,64%	20,1	-0,99%
1985	93 988	4,96%	1 784 120	-1,04%	18,9	-5,97%
1986	98 027	4,30%	1 770 692	-0,75%	18,1	-4,23%
1987	101 485	3,53%	1 816 541	2,59%	17,9	-1,10%
1988	111 970	10,33%	1 868 155	2,84%	16,7	-6,70%
1989	125 211	11,83%	2 033 475	8,85%	16,2	-2,99%
1990	128 769	2,84%	2 098 534	3,20%	16,3	0,62%
1991	135 779	5,44%	2 097 227	-0,06%	15,5	-4,91%
1992	145 619	7,25%	2 129 019	1,52%	14,6	-5,81%

* número de trabalhadores por empresa

Fonte: cálculos efectuados com base na

Demografia das empresas

Análise de resultados, Vol I

DEMESS/CISEP

Esta evolução pode cruzar-se com a análise dos diferentes ciclos económicos por que atravessou a economia portuguesa: um período pré-adesão, caracterizado pelo ajustamento estrutural; um pós-adesão de 86-90, marcado pelo forte dinamismo económico e um 90-92, pautado pela desaceleração e recessão económicas. É notória a aceleração do número de empresas no período pós-adesão, apesar de um ligeiro abrandamento no período de desaceleração do crescimento económico (90-92). A diferenciação dos ciclos de actividade económica, entre o forte crescimento de 86-90 e a desaceleração de 90-92, teve um forte impacto na criação (destruição) de emprego (VER QUADRO 5.5).

Quadro 5.5

Taxas de crescimento PIB, Emprego e N^o empresas

	PIB	Emprego	Empresas
1982-1985	0,30%	-0,60%	3,70%
1986-1990	4,20%	4,30%	7,00%
1990-1992	3,00%	0,70%	6,30%

*Fonte: cálculos efectuados com base na
Demografia das empresas
Análise de resultados, Vol I
DEMESS/CISEP*

A análise das estruturas empresariais por sectores permite reforçar a dinâmica de terciarização da economia portuguesa, seja a nível do número de empresas, seja a nível do emprego. Aqui, o efeito da adesão comunitária é significativo, na medida em que o forte aumento do número de empresas na área do sistema financeiro traduz a consolidação dos processos de desregulamentação e o disparo da actividade imobiliária, decorrentes da inserção nas CE (VER QUADRO 5.6). A situação da indústria espelha as dificuldades vividas, na medida em que a taxa média de crescimento do emprego não acompanhou a taxa de crescimento do número de empresas, deixando transparecer a redução da dimensão média.

Quadro 5.6

Taxas de crescimento anual N^o empresas e Emprego, por sectores

	Emprego 82-86	Empresas 82-86
Indústria	-0,30%	2,70%
Construção	-6,80%	1,40%
Serviços	0,30%	4,70%

*Fonte: cálculos efectuados com base na
Demografia das empresas
Análise de resultados, Vol I
DEMESS/CISEP*

	Emprego 86-92	Empresas 86-92
Indústria	1,50%	5,30%
Construção	8,90%	10,70%
Serviços	6,90%	6,80%

*Fonte: cálculos efectuados com base na
Demografia das empresas
Análise de resultados, Vol I
DEMESS/CISEP*

Desagregando mais o nível de análise, verificamos que apenas cinco sectores apresentam uma correlação positiva entre emprego e criação de empresas, três dos quais são serviços —Vestuário, Máquinas não eléctricas, Serviços financeiros, Hotelaria e Comércio (VER QUADRO 5.7)

Quadro 5.7

Taxas de crescimento emprego e empresas

<i>Sectores com TMCA de emprego e de n° de empresas superiores à média nacional:</i>
Vestuário Máquinas não eléctricas Comércio Restaurantes e hotéis Crédito e Seguros
<i>Sectores com TMCA de emprego inferior e de n° empresas superior à média nacional:</i>
Tabaco Aparelhos de medida Construção
<i>Sectores com TMCA de n° empresas inferior e de emprego superior à média nacional:</i>
Bebidas Calçado Mobiliário Plásticos Serviços Sociais
<i>Sectores com TMCA de emprego e de n° de empresas inferiores à média nacional:</i>
Ind. Extractiva Alimentar têxteis Curtumes Madeira Papel e Artes gráficas Químicas Borracha Material de construção Prod. Metálicos Máquinas não eléctricas Material de Transporte Transportes e comunicações
fonte: LAPMEI

A estrutura empresarial portuguesa caracteriza-se pelo forte peso das empresas com pequena dimensão. Em média, a empresa portuguesa emprega nove trabalhadores, enquanto a média comunitária fixa-se em doze. Com menos de quatro trabalhadores, existem entre 48 e 62% de empresas, consoante os sectores. À excepção do sector da "Electricidade, gás e água", em que 10% das empresas empregam mais de 500 trabalhadores, o peso das empresas deste escalão é inferior a 1% (VER QUADROS 5.8 e 5.9).

Quadro 5.8

Variação da dimensão das empresas
em percentagem do total de empresas
do sector

	0-4	5-499	mais de 500
Agricultura	62,10%	37,80%	0,10%
Ind. Extractiva	36,50%	63,10%	0,40%
Electricidade, gás e água	46,40%	42,90%	10,70%
Construção	48,20%	51,60%	0,20%
Comércio e Hotelaria	61,40%	38,50%	0,10%
Transportes	54,40%	45,00%	0,60%
Banca e seguros	58,10%	41,50%	0,40%
Serviços Sociais	61,00%	38,90%	0,10%

Fonte: IAPMEI
Ano: 1991

Quadro 5.9

Estrutura empresarial, por sector
Dimensão média

	0-4		5-499		mais de 500		Total
	nº	%	nº	%	nº	%	
Ind. Extractiva	280	36,10%	484	63,10%	3	0,40%	767
Ind. Transformadora	10 945	33,10%	21 964	66,30%	206	0,60%	33 115
Comércio e Hotelaria	36 481	61,40%	22 865	38,50%	32	0,10%	59 378

Fonte: IAPMEI
Ano: 1991

Da mesma forma, uma análise regional permite diagnosticar a permanência de uma distribuição regional das empresas na faixa litoral que mantém alguma hegemonia na criação do produto interno.

Quadro 5.10

Estrutura regional
do emprego e empresas
(em percentagem do sector)

1982

	Emprego			Empresas		
	Indústria	Construção	Serviços	Indústria	Construção	Serviços
Norte	62,60%	11,50%	25,80%	36,50%	13,00%	50,40%
Centro	61,00%	10,10%	28,90%	30,90%	11,70%	57,40%
Lisboa e Vale do Tejo	35,70%	9,90%	52,10%	19,10%	7,00%	73,90%
Alentejo	41,50%	11,00%	47,50%	24,20%	5,80%	70,00%
Algarve	29,40%	13,50%	57,00%	16,60%	12,20%	71,20%

1992

	Emprego			Empresas		
	Indústria	Construção	Serviços	Indústria	Construção	Serviços
Norte	60,80%	9,70%	29,50%	34,90%	12,30%	52,80%
Centro	56,50%	11,10%	32,40%	25,70%	14,10%	60,20%
Lisboa e Vale do Tejo	28,50%	8,70%	60,60%	15,60%	9,10%	75,20%
Alentejo	34,20%	10,90%	54,90%	18,30%	8,70%	72,90%
Algarve	15,60%	11,10%	73,30%	9,50%	12,80%	77,70%

Fonte: cálculos efectuados com base na Demografia das empresas Análise de resultados, Vol I DEMESS/CISEP

À excepção do sector de Serviços, as grandes regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte apresentam ritmos de crescimento do número de empresas e de emprego inferiores às restantes regiões do país. Em todas as regiões, o emprego industrial diminui de 1982 para 1992, com especial destaque para as regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve, tal como o número de empresas. Sem perda de generalidade, e sem atender a esta evolução, a estrutura existente reflecte, apesar de tudo, o predomínio dos distritos localizados no Litoral. Repare-se (VER QUADRO 5.11) que o maior peso das empresas atravessa os distritos de Braga, Porto, Leiria, Lisboa, Setúbal e Faro, com 7,48%, 19,11%, 4,39%, 27,26%, 6,42% e 4,46%, respectivamente.

Quadro 5.11

Distribuição geográfica das empresas, por distrito

	nº empresas	% total
Aveiro	10 065	7,06%
Beja	2 785	1,95%
Braga	10 660	7,48%
Bragança	1 252	0,88%
Castelo Branco	3 041	2,13%
Coimbra	5 021	3,52%
Évora	2 907	2,04%
Faro	6 366	4,46%
Guarda	2 010	1,41%
Leiria	6 260	4,39%
Lisboa	38 871	27,26%
Portalegre	2 084	1,46%
Porto	27 257	19,11%
Santarém	5 300	3,72%
Setúbal	9 160	6,42%
Viana do Castelo	3 547	2,49%
Vila Real	2 016	1,41%
Viseu	4 001	2,81%
Continente	142 603	100,00%

Fonte: IAPMEI

A maioria das empresas portuguesas apresenta um volume de negócios inferior a 10 mil contos. As que atingem um volume de vendas superior a 5 milhões de contos, por ano, são apenas

0,4% do total, ou seja, 2131 entre mais de 142 mil empresas, contabilizadas pelo IAPMEI em 1991 (VER QUADRO 5.12).

Quadro 5.12

Estrutura das empresas, por volume de negócios

	%empresas
menos de 10	32,4
de 10 a 29	24,5
de 30 a 49	9,1
de 50 a 99	9,4
de 100 a 199	6,2
de 200 a 499	4,7
de 500 a 999	1,9
de 1000 a 4999	1,5
mais de 5000	0,4

unidade: milhares de contos

Quadro 5.13

Estrutura das empresas, por volume de negócios, por sectores

	Total empresas	Ind. Extractiva	Ind. Transformadora	Construção
menos de 10	46140	233	10218	15147
de 10 a 29	34981	137	7804	17211
de 30 a 49	12965	67	3129	6617
de 50 a 99	13454	102	3335	6872
de 100 a 199	8891	66	2517	4300
de 200 a 499	6709	58	2095	3128
de 500 a 999	2674	17	736	1189
de 1000 a 4999	2131	11	811	873
mais de 5000	631	1	224	225
ignorado	14027	75	2246	3816

Unidade: milhares de contos \

Fonte: IAPMEI

Desagregando a análise por ramos, verifica-se que das empresas nacionais que atingem volumes de vendas superiores a 5 milhões de contos, 21,8% são alimentares, 30,2% são têxteis, 11,24% são químicas e 20,18% são produtos metálicos, máquinas e material de transporte. Um dos sectores tradicionalmente orientado para a exportação, o da madeira e cortiça, é o que detém a maior fatia da facturação abaixo dos 10 mil contos.

A análise do volume de vendas das empresas, em percentagem por sectores, permite verificar que 29,11% das empresas alimentares obtêm um volume de vendas inferior a 30 mil contos e das têxteis, cerca de 30% vendem menos de 10 mil contos e 20,7% vendem entre 10 e 30 mil contos (VER QUADROS 5.13 e 5.14), o que reflecte, indiscutivelmente, a pequena e média dimensão das empresas portuguesas, sobretudo as orientadas para a exportação, seja em número de trabalhadores, seja no volume de vendas.

Quadro 5.14
Empresas industriais,
por volume de vendas, em número e em percentagem

	Total	menos de 10	de 10 a 29	de 30 a 49	de 50 a 99	de 100 a 199	de 200 a 499	de 500 a 999	de 1000 a 4999	mais de 5000	ignorado
Ind. Transformadora	33115	10218	7798	3129	3337	2532	2092	923	818	228	2037
Alimentação, beb. e tabaco	3375	645	986	353	297	261	246	146	179	48	214
Têxteis, vest. e calçado	8987	2723	1860	789	897	731	687	326	247	41	686
Madeira e cortiça	6723	3121	1488	506	545	346	246	73	41	15	342
Papel	1965	439	553	237	248	156	123	38	43	16	112
Químicas, borr. e plástic.	1340	174	233	137	188	174	162	79	96	33	64
Minerais não metálicos	2488	679	598	236	284	203	162	62	58	22	144
Metalúrgicas	386	84	77	45	42	44	36	11	16	6	25
Prod. metál. máq. e mat. transp.	7080	2069	1770	753	774	566	390	178	129	46	405
Outros	811	284	233	73	62	51	40	10	9	1	51

	Total	menos de 10	de 10 a 29	de 30 a 49	de 50 a 99	de 100 a 199	de 200 a 499	de 500 a 999	de 1000 a 4999	mais de 5000	ignorado
Ind. Transformadora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Alimentação, beb. e tabaco	10,19%	6,31%	12,64%	11,28%	8,90%	10,31%	11,76%	15,82%	21,88%	21,05%	10,51%
Têxteis, vest. e calçado	27,14%	26,65%	23,85%	25,22%	26,88%	28,87%	32,84%	35,32%	30,20%	17,98%	33,68%
Madeira e cortiça	20,30%	30,54%	19,08%	16,17%	16,33%	13,67%	11,76%	7,91%	5,01%	6,58%	16,79%
Papel	5,93%	4,30%	7,09%	7,57%	7,43%	6,16%	5,88%	4,12%	5,26%	7,02%	5,50%
Químicas, borr. e plástic.	4,05%	1,70%	2,99%	4,38%	5,63%	6,87%	7,74%	8,56%	11,74%	14,47%	3,14%
Minerais não metálicos	7,51%	6,65%	7,67%	7,54%	8,51%	8,02%	7,74%	6,72%	7,09%	9,65%	7,07%
Metalúrgicas	1,17%	0,82%	0,99%	1,44%	1,26%	1,74%	1,72%	1,19%	1,96%	2,63%	1,23%
Prod. metál. máq. e mat. transp.	21,38%	20,25%	22,70%	24,07%	23,19%	22,35%	18,64%	19,28%	15,77%	20,18%	19,88%
Outros	2,45%	2,78%	2,99%	2,33%	1,86%	2,01%	1,91%	1,08%	1,10%	0,44%	2,50%

Fonte: Dep. Estatística do MESS,
 Quadros Pessoal, 1991

Quadro 5.15
Empresas industriais, por volume de vendas, em percentagem por sector

	Total	menos de 10	de 10 a 29	de 30 a 49	de 50 a 99	de 100 a 199	de 200 a 499	de 500 a 999	de 1000 a 4999	mais de 5000	ignorado
Ind. Transformadora	100,00%	30,86%	23,55%	9,45%	10,08%	7,65%	6,32%	2,79%	2,47%	0,69%	6,15%
Alimentação, beb. e tabaco	100,00%	19,11%	29,21%	10,46%	8,80%	7,73%	7,29%	4,33%	5,30%	1,42%	6,34%
Têxteis, vest. e calçado	100,00%	30,30%	20,70%	8,78%	9,98%	8,13%	7,64%	3,63%	2,75%	0,46%	7,63%
Madeira e cortiça	100,00%	46,42%	22,13%	7,53%	8,11%	5,15%	3,66%	1,09%	0,61%	0,22%	5,09%
Papel	100,00%	22,34%	28,14%	12,06%	12,62%	7,94%	6,26%	1,93%	2,19%	0,81%	5,70%
Químicas, borr. e plástic.	100,00%	12,99%	17,39%	10,22%	14,03%	12,99%	12,09%	5,90%	7,16%	2,46%	4,78%
Minerais não metálicos	100,00%	27,29%	24,04%	9,49%	11,41%	8,16%	6,51%	2,49%	2,33%	0,88%	5,79%
Metalúrgicas	100,00%	21,76%	19,95%	11,66%	10,88%	11,40%	9,33%	2,85%	4,15%	1,55%	6,48%
Prod. metál. máq. e mat. transp.	100,00%	29,22%	25,00%	10,64%	10,93%	7,99%	5,51%	2,51%	1,82%	0,65%	5,72%
Outros	100,00%	35,02%	28,73%	9,00%	7,64%	6,29%	4,93%	1,23%	1,11%	0,12%	6,29%

Fonte: Dep. Estatística do MESS,
 Quadros Pessoal, 1991

A questão que se coloca, atendendo ao desafio da internacionalização das empresas portuguesas, é a de compreender os objectivos de uma projecção para o exterior.

5.2.2 É urgente a internacionalização das empresas portuguesas?

A internacionalização pode corresponder a objectivos diferenciados no seio de uma estrutura empresarial: enquanto medida estratégica para desenvolver vantagens competitivas no negócio actual e/ou para explorar uma oportunidade de negócio num mercado externo.

O que diferencia as duas perspectivas é o tipo de indústria onde a empresa concorre. Se tomarmos um dos princípios de Porter, segundo o qual a competitividade "não depende tanto das indústrias em que o país compete mas do modo como competem as empresas nessas indústrias"¹⁰, podemos, em linhas gerais, considerar três tipos de sectores:

- **Sectores Policêntricos:** o confronto concorrencial entre as empresas processa-se ao nível de cada mercado. As empresas têm de adaptar os seus produtos ou conceitos de marketing às necessidades dos clientes locais. Os bens de consumo, serviços financeiros, construção civil e cimentos são exemplos de sectores policêntricos, nos quais a urgência de internacionalização não é elevada, na medida em que não constitui um factor de obtenção de vantagens competitivas.
- **Sectores Globais:** A posição da empresa num país está indexada à posição consolidada nos restantes países/mercados. Neste tipo de sectores, como o automóvel, os componentes automóvel, a electrónica, a aeronáutica, os químicos/farmacêuticos ou as telecomunicações, a projecção externa exprime-se não apenas na «agregação das simples realidades locais, mas pelas suas interconexões e interdependência»¹¹ e só se podem obter vantagens competitivas integrando a actividade das empresas numa base mundial ou regional. A existência de economias de escala a nível funcional e a homogeneidade dos produtos/mercados, especialmente a nível da procura, fazem com que a prioridade à internacionalização nestes sectores seja premente por parte das empresas portuguesas.
- **Sectores Etnocêntricos:** Numa perspectiva hierarquizante, segundo critérios de exigência de estratégias globais, este tipo de sector será o menos exigente, ou seja a estrutura da oferta e procura neste tipo de sectores é essencialmente local, como no pequeno retalho, materiais de construção, e turismo. Do ponto de vista estratégico, a prioridade à internacionalização é baixa.

A fraca internacionalização das empresas portuguesas é normalmente justificada por factores como a reduzida dimensão das empresas, o custo de capital excessivamente elevado e a ausência

¹⁰ Bernardo, António, in "A internacionalização é uma prioridade?", in Revista Expansão, ideias e negócios, n.º8, Novembro 1992

¹¹ idem

de apoio governamental e infra-estrutural. Mas, se recorrermos a dois exemplos, verificamos, sem perda de generalidade, que aqueles não são os obstáculos fundamentais.

No caso de pequenas e médias empresas italianas da área da Lombardia e Veneto, com actividades em sectores tradicionais (calçado, couro, têxtil, rochas ornamentais e artigos de papelaria) e noutros sectores como a construção de máquinas e produtos alimentares, tentam o acesso directo em mercados longínquos do mercado interno como o japonês, o alemão e americano e demonstram que a rede de protecção institucional-financeira não é elemento que impeça um bom desempenho externo.¹²

O caso das empresas espanholas é típico da necessidade de interiorização por parte dos empresários de uma estratégia global. Mais do que factores relacionados com o meio exterior às empresas, é fundamental uma revolução cultural nas formas de gestão que permita a identificação de :

Uma **Lógica do Negócio**, que se adapta com a mudança das necessidades dos segmentos-alvo e as inflexões estratégicas dos concorrentes, obrigando a uma atenção permanente sobre a evolução do mercado;

Um **Conhecimento dos mercados internacionais** que possibilite a identificação de oportunidades de negócio, características da procura e dos canais de distribuição;

Atender aos graus de exigência do cliente, já que se o cliente do mercado interno é pouco exigente em termos de qualidade de produto e serviço, de responsabilidade do produtor, tal não implica que a empresa se acomode e não procure incutir níveis reforçados de qualidade e eficiência nos produtos e serviços prestados;

Apostar no desenvolvimento de novos produtos: mesmo os gestores portugueses que já perceberam que a inovação é fundamental enquanto «destruição criadora»¹³ dos ciclos de crescimento debatem-se com problemas de eficiência, na medida em que o desfasamento temporal na concretização de um produto ou processo novo é enorme face aos congéneres internacionais;

Assumir riscos e aproveitar vantagens das «joint-ventures»: A existência durante demasiado tempo de um cenário de produção para o mercado interno favoreceu uma mentalidade de aversão ao risco no «modelo» de gestão das empresas portuguesas e a alimentação de uma incapacidade de assumir e gerir o risco de penetrar nos mercados externos.

Banca-Empresa: a relação fundamentalmente financeira cumpriu especialmente a tese de financiar investimentos em activos fixos, mediante uma garantia real. O apoio a programas de desenvolvimento de produtos, campanhas promocionais ou canais de distribuição têm sido algo negligenciados por parte da banca, se bem que a alteração estrutural no sector financeiro inerente à liberalização dos movimentos de capitais em 1992 e subsequente acréscimo de concorrência contribuiu para uma ampliação do leque, «plafonds» e critérios de atribuição de financiamento à internacionalização de empresas.

¹² o famoso diamante de Porter para exemplificar a sua teoria das vantagens competitivas

¹³ o que adjudica actualidade ao velho conceito schumpeteriano

5.2.2.1 Os instrumentos de internacionalização

A teoria comporta cinco formas de desenvolvimento internacional consoante a natureza desse próprio desenvolvimento:

- **Exportação**, quando a internacionalização assenta numa base **comercial**;
- **Franchising**, forma para um desenvolvimento com natureza **contratual**;
- **Concessão de licenças** que assume um desenvolvimento internacional de natureza **participativa**;
- Empresas em **joint-ventures**, característica de uma opção de natureza **integrada**;
- **Implantação autónoma**, quando o desenvolvimento internacional da empresa se pauta por uma natureza **autónoma**.

O investimento directo português no exterior tem, apesar da fraca expressão em termos absolutos, registado uma tendência, ainda que não consolidada, depois da adesão comunitária, para o crescimento.

Em 1987, o investimento líquido atingia cerca de 4,4 milhões de contos para, em 1992, alcançar os 97 milhões (VER QUADRO 5.16).

Quadro 5.16

Investimento directo português no estrangeiro

1987	1988	1989	1990	1991	1992
4 376	12 300	13 811	24 408	75 623	97 100
Unidade: milhares de contos		Fonte: Banco de Portugal			

Quadro 5.17

Taxa de crescimento do investimento no exterior, em relação ao ano anterior

1988	1989	1990	1991	1992
181,08%	12,28%	76,73%	209,83%	28,40%
Unidade: percentagem		Fonte: Banco de Portugal		

Na esfera de investimento externo, o tipo de operação que tem sido privilegiado pelos investidores portugueses tem sido a aquisição de participações financeiras. Os riscos inerentes à

via de uma internacionalização integrada ou autónoma parecem ser suficientes para afastar os empresários portugueses. A exploração de *joint-ventures* implica, de facto, opções:¹⁴

- * participar numa sociedade já existente ou criar uma nova com a participação de terceiros;
- * deter uma participação minoritária que facilite o acesso a informação ou garantir uma participação maioritária que vincule o controlo da empresa;
- * escolher como parceiro uma empresa pública, privada ou de um terceiro país.

Há ainda que definir e clarificar, no início das negociações, a política de gestão da «joint-venture» em relação a diversos parâmetros: distribuir ou investir os lucros?; quais os limites da concorrência, uma vez que o desenvolvimento da empresas pode conduzir o parceiro nacional a transpor fronteiras e penetrar e conquistar o mercado do parceiro internacional; qual a estratégia de preços, já que a probabilidade de prática de *dumping* é frequente nos regimes de subcontratação.

Tendo sido o investimento a variável mais afectada no período pós-adesão, é natural que, uma vez completo o ciclo de crescimento de 1986-1990, o investimento português no exterior se reflectisse. Daí que, o investimento ilíquido, nos últimos anos, especialmente 1993 e 1994, atinja valores negativos (VER QUADROS 5.18 a 5.20). Por zonas económicas, apenas a Alemanha mantém-se, no âmbito dos parceiros da União Europeia, como um mercado-alvo dos investidores portugueses.

Quadro 5.18

Investimento no exterior, por tipo de operação

	1993	1994	1995*	Total
Constituição de empresas	-5 740	-10 262	3 023	-12 979
Aumento de capital	-1 335	-8 661	-2 501	-12 497
Aquisição de quotas/acções	4 751	-11 492	-5 464	-12 205
Lucros reinvestidos	-1 938		3	-1 935
Empréstimos e suprimentos	-6 765	-12 506	3 005	-16 266
Operações s/imóveis	-1 193	-2 367	-712	-4 272
Outros	-4 930	-1 695	-222	-6 847
Total	-17 150	-46 983	-2 868	

* 1º trimestre
 Unidade: milhares de contos
 Fonte: Banco de Portugal

¹⁴ Rkibi, Tawfiq in «Joint International Business Ventures— definição, tipologia, montagem e comportamento estratégico», 1993

Quadro 5.19

Investimento no exterior, por sectores

	1993	1994	1995*	Total
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	13	-502	3	-486
Ind. Extractivas	-29	-405		-434
Ind. Transformadoras	-6 518	-16 592	-748	-23 858
Electr., gás e água	-990	-251	-5	-1 246
Construção	301	-920	-135	-754
Comércio, rest.e hotéis	-7 541	-4 526	-1 440	-13 507
Trasnp. e comunicações	-524	-629	-886	-2 039
Banca, seguros, e operações s/imóveis	-1 320	-23 063	-3 308	-27 691
Serviços sociais	49	-105	1	-55
Act. Mal definidas	-591	14	-74	-651
Total	-17 150	-46 979	-6 592	

* 1º trimestre
Unidade: milhares de contos
Fonte: Banco de Portugal

Quadro 5.20

Investimento no exterior, por zona de destino

		1993	1994	1995*	Total
OCDE		-14 988	-26 970	-5 698	-47 656
	UE	-16 358	-32 636	-5 187	-54 181
	Alemanha	1 788	-171	11	1 628
	Espanha	-16 036	-11 891	-7 775	-35 702
	França	-2 370	-3 454	-402	-6 226
	Reino Unido	963	-8 532	3 196	-4 373
	Outros	-703	-8 588	-217	-9 508
PALOP		-2 010	-4 351	-90	-6 451
Resto do Mundo		-152	-4 422	-804	-5 378
Total		-17 150	-35 743	-6 592	

* 1º trimestre
Unidade: milhares de contos
Fonte: Banco de Portugal

Um dos maiores problemas com que se debatem as empresas portuguesas, na sequência das prioridades de política económica — combate à inflação —, associa-se ao financiamento. Três vectores sintetizam o problema de financiamento das empresas portuguesas: em primeiro lugar, o elevado custo do capital, na medida em que as taxas de juro reais do crédito bancário são mais elevadas em Portugal do que na maioria dos países europeus; em segundo lugar, as empresas nacionais apresentam elevados rácios de endividamento relativamente ao contexto europeu; finalmente, as empresas nacionais apresentam estruturas de endividamento desequilibradas.

É precisamente neste último vector que as empresas europeias mais divergem, pelo que temos de ter atenção ao peso das empresas de pequena dimensão em Portugal: cerca de 98,8% das empresas são de pequena dimensão¹⁵. Dois factores contribuem para o desequilíbrio do endividamento das empresas nacionais: por um lado, o forte peso da propriedade familiar leva a que os proprietários, de forma a manterem o controlo do capital, recorram ao mercado bancário para aumentos de capital. Por outro lado, o carácter reduzido do capital próprio da maioria das empresas, leva-as a financiar quer as despesas operacionais quer as de investimento via capitais alheios. Esta tendência para elevados encargos financeiros a suportar pelas empresas dificulta a gestão da liquidez, representando um obstáculo ao investimento e crescimento de longo prazo. O limitado e ineficiente papel do mercado de capitais na resolução dos problemas de financiamento das pequenas e médias empresas (PME) favorece o ciclo vicioso da lógica de curto prazo, com efeitos negativos no desenvolvimento.

O carácter irregular do investimento, acompanhado da forte correlação desta variável com a evolução do produto, impõe a discussão de políticas estruturantes que permitam consolidar estruturas empresariais capazes de encarar a competitividade como um condicionante fundamental na tomada de decisões estratégicas e no normal funcionamento das empresas.

5.2.3. Pilar 2: As políticas públicas

Um dos principais instrumentos utilizados para (artificialmente) conceder competitividade às empresas foi a política cambial. O regime de *crawling peg*¹⁶, edificado em 1977, possibilitava às empresas portuguesas consolidar ou ganhar posições nos mercados internacionais, via preço. Da mesma forma, numa investigação das razões explicativas dos salários mais baixos de Portugal em relação aos restantes membros da CE, Ferreira do Amaral e outros¹⁷ verificam que os salários portugueses são 70% mais baixos, com quebras bruscas em 1978 e 1984, apesar de "recentes observações parecerem mostrar que o desfasamento se está a estreitar desde a adesão à CE em 1986". Este efeito deve-se ao factor taxa de câmbio, permitindo uma aproximação dos

¹⁵ Ver secção 5.2.1

¹⁶ cuja institucionalização em Portugal é abrodada no capítulo 1

¹⁷ Amaral, João Ferreira e Sampaio e Mello, António, in "The portuguese economy towards 1992", Kluwer Academic Publishers, 1992

índices de preços entre Portugal e a Europa. A mesma razão pode explicar o aumento acrescido do factor das relações industriais em favor de Portugal.

Das componentes que explicam o desfasamento, a produtividade parece ser o mais importante, apesar de a taxa de câmbio ter desempenhado o papel principal desde meados da década de 70. Torna-se assim pertinente ter em atenção o que alguns chamam de¹⁸ "ciclo vicioso da abordagem macroeconómica à competitividade".

Com efeito, as políticas criadas para controlar o custo de factores e a taxa de câmbio, através de intervenções nos mercados de factores de produção e de câmbios são uma parte importante dos esforços que muitos países implementam para aumentar a competitividade da indústria. A política monetária e fiscal de regulação dos mercados da energia e as políticas para influenciar o processo das negociações da concertação social são instrumentos essenciais para atingir o objectivo.

A lógica subjacente estabelece que o baixo custo dos factores de produção ou uma descida da taxa de câmbio ajuda as empresas a competir com eficiência nos mercados internacionais (VER ANEXO FIGURA 1)

O problema reside em que reduzir o custo de factores e a taxa de câmbio são decisivos apenas nas indústrias que utilizam tecnologia ultrapassada e facilmente acessível e onde os custos dos factores básicos constituem a grande parte dos custos totais.

Além de criar condições para a realização de uma articulação das políticas macroeconómicas, é fundamental adequar e coordenar as políticas estruturantes, concretizadas ao nível microeconómico. As empresas das várias actividades económicas, com particular destaque para as da indústria transformadora não têm obtido ganhos de produtividade (VER QUADRO 5.21) e os preciosos fundos financeiros provenientes da CE para financiar a reestruturação podem ser perigosos, na medida em que favorecem a dependência das decisões no acesso aos incentivos.

Desde a adesão, as transferências comunitárias somaram 1 384 milhões de contos (VER QUADRO 5.22). O Fundo Europeu para o Desenvolvimento Económico Regional (FEDER) providenciou a maior fatia dos fundos, com 69,8%, ou seja cerca de 966 milhões de contos. No âmbito do Fundo Social Europeu (FSE), o financiamento atingiu os 443 milhões de contos, cerca de 32% do total de transferências. O terceiro pilar dos fundos estruturais da CE — o FEOGA — forneceu a Portugal 339 milhões de contos no sentido de desenvolver as estruturas agrícolas.

¹⁸Porter, Michael in "Construir as vantagens competitivas de Portugal"

Quadro 5.21

Variação da produtividade, em relação ao ano anterior

	Agricultura	Indústria Extractiva	Indústria Transformadora	Mexas	Minerais não metál.	Prod. químicos	Prod. metál.	Máquinas agríc. e ind.	Prod. eléct.	Equip. transp.	Alimentação, beb. e tab.	Têxteis, vest. e calç.	Papel	Borr. e plástc.	Outros	Construção
1978	12,8	-5,2	4	15,3	5,2	-11	4	15,1	1,9	-12,7	11,6	7	5,9	-12,1	5,4	12,7
1979	19,9	9,2	4,2	-5,2	2,9	6,5	5,2	-12,2	6,8	16,7	1,1	7,3	-0,9	0,6	12,2	-3,5
1980	11,5	-19,3	1,8	-4	9,3	1,1	2	1,6	-7,2	11,1	0,9	4,8	4,4	-5	-12,7	3,8
1981	-9,7	-0,4	0,3	1,9	5,7	-7,9	-6,7	-14,3	2,4	7,5	2,9	3	-0,9	8,6	-10,9	4,2
1982	14,8	6,3	1,4	-4,5	3	7,1	-0,3	-0,8	10,5	-7,9	5,5	0	0,5	-6,9	-2,1	0,9
1983	4,1	-0,6	0,6	-3,2	2,7	10,8	-5,7	-13,4	12,2	-23,3	1,2	3,7	-5,6	2,6	4,4	0,2
1984	8,3	8,1	0,6	-5,2	4,6	3,2	-10,1	-1,9	1,7	3,4	-6,3	8,2	2,3	5,8	-4,4	-3,3
1985	4,5	9,1	3,7	6,7	9,1	0,3	16,4	4,8	-11,4	23,7	-0,1	1,1	16,9	7,1	3,8	-0,9
1986	11,6	-3,7	8,9	22,4	10,4	4,5	6,1	-10,3	2,3	7,4	10,5	9,2	11,6	3,1	10,4	1,2
1987	3,6	16,8	4,8	25,1	9,2	0,9	5	5,1	11,6	14,4	3,2	1,9	5,4	3,3	4,3	5,9
1988	-7,7	21,7	3,7	2,2	6,5	6,4	-4,7	7,3	4,9	1,7	1,2	2,3	10,3	6,2	4,1	5,2
1989	19,8	-8,8	6,7	19,7	5,3	-2,9	9,3	1,4	2,3	14,3	9,5	7,2	-0,1	1,1	-4,5	1,4
1990	3,8	5,6	3,1	37,7	8,5	-2,9	8,6	0,3	11,9	1,4	1,5	-2,7	0,2	-3,1	-0,6	1,5

Fonte: Eurostat

Nos primeiros 4 anos de integração, cerca de 114 milhões ¹⁹de contos foram consagrados à criação de infraestruturas prioritárias ao desenvolvimento económico e social, dos quais 57% para a construção, reconversão e modernização de redes rodoviárias e ferroviárias, 16% à produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, 13% à educação, 5% à saúde e 4% ao armazenamento e abastecimento de água à actividade produtiva e às populações. Foram atribuídos 68 milhões de contos às medidas conducentes à realização de necessidades básicas dos cidadãos, dos quais 58% para infraestruturas hidráulicas e saneamento básico e 34% aos transportes e comunicações.

Quadro 5.22

Fluxos financeiros entre Portugal e a CE

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	Acumulado
Transferências da CE:									
FEDER	27,1	37,5	56,5	69,5	82,4	185,2	222,5	286	966,7
FSE	15,5	28,4	36,7	38	29,7	54,9	87,1	152,8	443,1
FEOGA-ORIENTAÇÃO	0	5	18,4	27,8	42,6	60	49,9	62,1	265,8
Fundo de Coesão/Inst.Fi.Coesão								15,7	15,7
AJUDAS PRÉ-ADESÃO	2,2	4,7	4,1	2	1,9	0,6	1,6	0,5	17,6
FEOGA-GARANTIA	4,7	23,6	26,5	30	38,3	56,6	74,4	86,4	340,5
PEDIP			7,7	14	18,4	20,3	21,1	10,8	92,3
OUTRAS ACÇÕES		0,3	0,8	0,6	0,1	0,5	2,9	5,4	10,6
Subtotal	49,5	99,5	150,7	181,9	213,4	378,1	459,5	619,7	2152,3
COMPENSAÇÕES	0		0,5	0,8	1,2	1	1,2	0	4,7
TOTAL	49,5	99,5	151,2	182,7	214,6	379,1	460,7	619,7	2157
TRANSFERÊNCIAS PARA A CE	16,3	32,9	51	53,1	78,4	123,9	145	163	663,6
SALDO GLOBAL	33,2	66,6	100,2	129,6	136,2	255,2	315,7	456,7	1493,4
PARTICIPAÇÕES EM FUNDOS	2,8	3,1	1,7	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	9,2
SALDO CORRIGIDO	30,4	63,5	98,5	129,2	135,9	154,9	315,4	456,4	1384,2

Unidade: milhões de contos

FONTE: Ministério das Finanças

A distribuição dos apoios teve em atenção o papel dos organismos públicos na prossecução dos objectivos prioritários de reestruturação da economia portuguesa. A Administração Central e as

¹⁹ in Balanço do FEDER 1986-1989, Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR)

empresas públicas absorveram 55% dos apoios, as regiões autónomas e as autarquias receberam 13 e 32%, respectivamente, do total.

Os apoios específicos ao investimento produtivo atingiram os 56 milhões de contos, 39 dos quais garantidos pelo FEDER. Cerca de 80% do montante afecto a incentivo, ou seja, 49 milhões de contos, foram canalizados para a indústria, cujo investimento totalizou 163 milhões de contos e 20% (7 milhões de contos) ao turismo, enquanto principal actividade no sector de serviços com especialização internacional.

5.2.3.1 A política de Ciência e Tecnologia

Portugal regista uma reduzida preocupação com a C&T. Na verdade, se atendermos ao peso das despesas em I&D no PIB, Portugal apenas dedica 0,5% à actividade de investigação, enquanto que nos principais países industrializados as despesas em I&D chegam a superar 2% do produto interno. Se a este peso relativo, acrescentarmos a óbvia diferença, em valor absoluto, dos respectivos produtos internos, o atraso português na área é significativo (VER QUADRO 5.23).

Quadro 5.23

Despesa Bruta em I&D, em percentagem do PIB 1990

Japão	2,85%
Estados Unidos	2,82%
Alemanha	2,70%
França	2,40%
Reino Unido	2,40%
Canadá	1,33%
Itália	1,30%
Austrália	1,24%
Espanha	0,90%
Portugal*	0,50%

* 1988
Fonte: OCDE

O esforço de financiamento das actividades de I&D pelas estruturas empresariais é igualmente reduzido. A indústria portuguesa financia apenas 64% (VER QUADRO 5.24) da despesa bruta em investigação e desenvolvimento, denotando-se um acentuar da dependência quase total de programas da CE. Refira-se a evolução assimétrica de Portugal e Espanha que, em 1970, partilhavam idêntica posição, com a indústria a financiar 56,1% e 57,1%, respectivamente. Passados quinze anos, Portugal fica-se pelos 64,6%, enquanto a Espanha avança para os 83,6%.

Quadro 5.24

Percentagem da indústria nas despesas de I&D

	1970	1975	1980	1985
Bélgica	92,70%	96,10%	87,40%	89,90%
Dinamarca	86,10%	83,00%	80,50%	75,70%
França	93,50%	92,80%	93,10%	92,70%
Irlanda	78,60%	84,70%	89,80%	92,70%
Itália	85,40%	85,20%	83,00%	91,20%
Holanda	91,40%	92,10%	91,10%	91,30%
Portugal	56,10%		55,90%	64,60%
Espanha	57,10%	87,10%	85,40%	83,60%
Reino Unido	93,60%	90,90%	93,60%	92,40%
Alemanha	90,60%	91,40%	93,00%	

Fonte: OCDE

O Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) pretende canalizar para as três áreas de actuação no âmbito da C&T cerca de 113 milhões de contos, dos quais cerca de 72% a título de subvenções comunitárias (VER QUADRO 5.25), no sentido de "estimular actividades de investigação de alta qualidade em vários domínios"²⁰, uma vez que a "C&T é um factor essencial do processo de desenvolvimento e as actividades de I&D devem ser entendidas como fonte de conhecimento e, conseqüentemente, como instrumento de desenvolvimento económico e meio de resolução de problemas da sociedade"²¹

Quadro 5.25

Linhas de acção para a Ciência & Tecnologia

	Custo	Subvenções comunitárias	%subvenções comunitárias*
Desenvolvimento da base do sistema de C&T	40 500	30 325	74,88%
Mobilização da capacidade científica	25 500	15 675	61,47%
Formação	46 667	35 000	75,00%
TOTAL	112 667	81 000	71,8%

* por área de actuação
Fonte: PDR

²⁰ PDR; pág. 59

²¹ ibidem

5.2.3.2 A política regional

O desenvolvimento das economias regionais e o alargamento da base industrial é um objectivo concreto para a promoção do desenvolvimento de factores especializados. O primeiro programa com estas características foi o Sistema de Incentivos de Base Regional — o SIBR —, criado em 1988, que tinha duas prioridades elementares: a reconversão de Setúbal e do Vale do Ave e das regiões do interior.

Até 1989, a distribuição dos projectos aprovados no âmbito da concessão de incentivos permite verificar o predomínio das regiões do Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo na absorção dos projectos aprovados no âmbito dos objectivos definidos para os fundos do FEDER, com 27,56%, 21,64% e 19,75%, respectivamente, do total. A análise sectorial permite diagnosticar a tendência para a polarização dos projectos industriais nas regiões do Norte (43,49%) e Lisboa (30,44%), a concentração dos projectos turísticos em Lisboa (33,73%) e Algarve (34,58%), os transportes no Norte (31,51%), a educação em Lisboa (35,14%) e os projectos associados à saúde com nova partilha de hegemonia em Lisboa (41,41%) e Norte (40,22%) (VER QUADROS 5.26 e 5.27).

Quadro 5.26

Projectos aprovados 1986-1989, por sectores e regiões, em valor absoluto

	Indústria	Turismo	Telecomunicações	Transportes	Energia	Hidráulicas	Ambiente	Educação	Saúde	Estudos	Total
Açores	98 378	39 557	0	7 194 682	2 379 659	1 886 903	1 437 878	346 836	258 115	0	13 642 008
Madeira	382 444	133 925	160 176	5 544 779	3 629 302	3 102 637	407 000	0	102 098	89 862	13 552 223
Norte	2 501 464	338 440	0	31 997 172	4 674 240	12 865 555	168 606	4 274 457	2 671 855	8 652	59 500 441
Centro	747 754	559 870	0	25 697 366	22 589	15 925 612	196 829	3 524 231	52 800	0	46 727 051
Lisboa e Vale do Tejo	1 750 892	1 159 818	0	17 657 953	314 147	13 119 254	616 200	5 266 074	2 750 667	0	42 635 005
Alentejo	270 727	17 600	0	6 011 367	14 188 039	3 912 477	29 891	115 627	56 825	0	24 602 553
Algarve	0	1 188 962	0	5 976 940	449 426	3 784 044	0	1 458 357	750 000	0	13 607 729
Multiregional	0	0	0	1 474 122	0	0	0	0	0	170 351	1 644 473
Total	5 751 659	3 438 172	160 176	101 554 381	25 657 402	54 596 482	2 856 404	14 985 582	6 642 360	268 865	215 911 483

Unidade: centos
Fonte: Balanço FEDER 1986-1989

Quadro 5.27

Projectos aprovados 1986-1989, por sectores e regiões, em percentagem

	Indústria	Turismo	Telecomunicações	Transportes	Energia	Hidráulicas	Ambiente	Educação	Saúde	Estudos	Total
Açores	1,71%	1,15%	0,00%	7,08%	9,27%	3,46%	50,34%	2,31%	3,89%	0,00%	6,32%
Madeira	6,65%	3,90%	100,00%	5,46%	14,15%	5,68%	14,25%	0,00%	1,54%	33,42%	6,28%
Norte	43,49%	9,84%	0,00%	31,51%	18,22%	23,56%	5,90%	28,52%	40,22%	3,22%	27,56%
Centro	13,00%	16,28%	0,00%	25,30%	0,09%	29,17%	6,89%	23,52%	0,79%	0,00%	21,64%
Lisboa e Vale do Tejo	30,44%	33,73%	0,00%	17,39%	1,22%	24,03%	21,57%	35,14%	41,41%	0,00%	19,75%
Alentejo	4,71%	0,51%	0,00%	5,92%	55,30%	7,17%	1,05%	0,77%	0,86%	0,00%	11,39%
Algarve	0,00%	34,58%	0,00%	5,89%	1,75%	6,93%	0,00%	9,73%	11,29%	0,00%	6,30%
Multirregional	0,00%	0,00%	0,00%	1,45%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	63,36%	0,76%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Quadro anterior

O PDR prevê, para o quinquénio 1994/99, a disponibilização de cerca de 23 mil milhões de contos para investimento e despesas de desenvolvimento da economia portuguesa. Do total, 47,85% são destinados ao sector produtivo e 52,15% a infraestruturas. A indústria, com cerca de 20%, os transportes, com 15,23% e a habitação e urbanismo, com 15,54%, são as três áreas que absorveram a maioria do esforço (VER QUADRO 5.28).

Quadro 5.28

Investimento e despesas de desenvolvimento 1994-1999

	valor	%
Sector produtivo	11 177	47,85%
Agricultura	1 009	4,32%
Pesca	136	0,58%
Indústria	4 734	20,27%
Turismo	497	2,13%
Comércio	1 354	5,80%
Outros serviços	3 447	14,76%
Infraestruturas	12 183	52,15%
Transportes	3 557	15,23%
Telecomunicações	929	3,98%
Energia	714	3,06%
Habituação e Urbanismo	3 630	15,54%
Educação	908	3,89%
Ciência e Tecnologia	154	0,66%
Formação profissional	567	2,43%
Saúde	338	1,45%
Ambiente	701	3,00%
Outros	685	2,93%
Total	23 360	100,00%

Unidade: milhões de contos
Fonte: PDR

5.2.3.3 A política de recursos humanos

A vantagem assente no baixo custo do factor trabalho tem sido, como vimos, um dos pilares do modelo de especialização internacional da economia portuguesa.

Portugal apresenta, mais uma vez, um desfasamento em relação à maioria dos países desenvolvidos no que toca aos gastos de educação.

Os gastos com a educação não ultrapassam os 4,5% do PIB, algo distante dos 5,5% do Reino Unido, dos 5,7% da França ou dos 5% do Japão. Se compararmos as despesas por aluno, em todos os níveis de educação, as diferenças ampliam-se, com Portugal a apresentar valores que pouco passam os 50% dos valores apresentados pelos principais países industrializados (VER QUADRO 5.29).

Quadro 5.29

Despesas com a educação 1989

	Despesas por aluno*	Despesas com a educação, em % PIB
Japão	3313	0,05
França	3161	0,057
Itália	3082	0,04
Alemanha	3047	0,044
Reino Unido	3008	0,055
Espanha	1819	0,032
Portugal	1600	0,045

* em dólares
Fonte: OCDE

A qualificação dos recursos humanos ²² é um dos eixos da conquista de competitividade internacional. O PDR reconhece "a função essencial para o aumento da produtividade nas empresas, através da qualificação dos recursos humanos"²³, para o que privilegia como principais projectos as medidas de apoio à formação e gestão de recursos humanos, a gestão de recursos humanos nas pequenas empresas e as infraestruturas de formação e emprego. O custo total previsto para a formação e gestão de recursos humanos — uma das 4 áreas de actuação — será de 80 milhões de contos, 75% subvencionado pelos fundos estruturais (o FEDER disponibiliza 15 e o FSE 45 milhões de contos)²⁴. Nas restantes áreas de actuação, os custos previstos avultam aos 300 milhões de contos, até 1999, mas as subvenções comunitárias suportam 73% do total do investimento.

²² ver secção 5.1.2 Os determinantes da competitividade

²³ PDR, pág. 87

²⁴ PDR, pág. 93

Quadro 5.30

Formação profissional, áreas de actuação

	Custo	Subvenções comunitárias	%subvenções comunitárias*
Qualificação inicial e inserção no mercado de emprego	164 200	120 000	73,08%
Melhoria do nível e qualidade do emprego	138 631	100 000	72,13%
Formação e gestão de recursos humanos	80 000	60 000	75,00%
Formação da Administração Pública	14 667	11 000	75,00%
Total	397 498	291 000	73,21%

* por área de actuação
Fonte: PDR

O PDR reconhece que um dos problemas que subsiste em dificultar a redução do atraso de desenvolvimento de Portugal é a "insuficiente qualificação de recursos humanos, com níveis claramente inferiores aos europeus no que respeita à escolarização e à formação da população com idades compreendidas entre os 25 e os 65 anos"²⁵, que constitui "o principal obstáculo a que a economia e a sociedade portuguesas respondam adequadamente a um ambiente de maior concorrência, de mutações tecnológicas e de surgimento de oportunidades de crescimento em sectores e actividades mais exigentes em qualificações"²⁶

Conclusões ao capítulo 5:

A economia portuguesa, oito anos depois de aderir às Comunidades Europeias, a caminho, primeiro, de um Mercado Interno Comum e, depois, uma União Económica e Monetária, mantém alguns problemas estruturais que dificultam a redução do atraso de desenvolvimento em relação aos parceiros europeus. Entre eles, destacam-se:

- a insuficiência de **recursos humanos qualificados**, capital que corresponde a um dos pilares da adaptação às novas exigências dos mercados internacionais. O modelo, e a subsequente imagem, de Portugal enquanto detentor de vantagens assentes no baixo custo do factor trabalho terá de ser ultrapassado, quanto mais não seja por que essa vantagem já não é competitiva face aos países de baixos salários do Sudeste asiático;
- a **estrutura produtiva** revela um (ainda) significativo peso dos sectores orientados para mercados saturados e em que concorrem os países com baixos salários. Na verdade, são três as características estruturais do sistema produtivo português que corroboram esta tese: por um lado, as exportações tendem a concentrar-se nos mercados comunitários onde a concorrência é intensa e em sectores cuja procura tende a apresentar um crescimento lento; por outro lado, as empresas portuguesas persistem na falta de capacidade de interiorizarem e dominarem os factores dinâmicos de competitividade que poderiam permitir-lhes uma maior

²⁵ PDR, pág 7

²⁶ ibidem

flexibilidade na adaptação de estratégias de inovação e diferenciação. As empresas portuguesas ainda tendem a vender capacidade de fabrico²⁷ em vez de venderem produtos nos mercados internacionais; finalmente, as empresas portuguesas ainda não lograram posicionar-se minimamente nos segmentos de maior conteúdo e complexidade tecnológica e/ou em segmentos cuja procura internacional tenha um elevado crescimento estimado.

- Apesar dos investimentos efectuados na criação, reconversão e modernização das **infraestruturas de transportes e comunicações**, ainda permanecem problemas de acessibilidade que dificultam a melhor articulação produtiva do país e, sobretudo, a sua melhor integração no espaço internacional. O "ainda muito por fazer" prende-se com a necessidade de aperfeiçoar os acessos externos, minorando o efeito da localização geográfica, periférica em relação ao centro da Europa, e com a adopção de sistemas de transportes e comunicações que reduzam as dificuldades de acesso ao interior e às regiões autónomas, bem como o acesso, tendente ao colapso, às grandes áreas urbanas.
- Os serviços elementares para a qualidade de vida, como a **saúde e o ambiente** mantêm fortes carências, especialmente com a ainda pouca sensibilização por parte das empresas para a adopção de processos de produção e inovação de produtos que atendam ao ambiente.

Alterar os factores de competitividade da economia portuguesa implica, acima de tudo, um processo de mudança de mentalidades e de concepções. A deslocação da ênfase de uma lógica de curto prazo para uma lógica de longo prazo, que possibilite a concretização de planeamento estratégico que atente na I&D, na articulação do processo de produção com os circuitos de comercialização e destes com a fase prévia de concepção e design, na qualidade e na capacidade de dotar as estruturas organizacionais da flexibilidade necessária a uma rápida reacção às alterações no comportamento da procura é irreversível e indispensável para consubstanciar a convergência estrutural.

²⁷ Moura, Francisco Pereira, em "Por onde vai a economia portuguesa", livro publicado em 1973 já aludia a este retrato da economia portuguesa, afirmando que "vender caro e em quantidade para o mercado interno, desde que este fique liberto da concorrência...pode-se vender bem para os mercados externos se os preços e os custos forem baixos"

ESTRUTURA DO PRD

Qualificar os Recursos Humanos e o Emprego

*** Bases do Conhecimento e da Inovação**

Educação

Ciência e Tecnologia

*** Formação profissional e Emprego**

Qualificação inicial e inserção no mercado de emprego

Melhoria do nível e qualidade do emprego

Apoio à formação e gestão dos recursos humanos

Formação da Administração Pública

Reforçar os factores de competitividade da economia

*** Infraestruturas de apoio ao desenvolvimento**

Transportes

Telecomunicações

Energia

*** Modernização do tecido económico**

Agricultura

Pescas

Indústria

Turismo e Património cultural

Comércio e Serviços

*** Iniciativa comunitária RETEX**

Melhorar Qualidade de Vida e a Coesão Social

*** Ambiente e revitalização urbana**

Ambiente

Renovação Urbana

*** Saúde e Integração Social**

Saúde

Integração económica e social dos grupos sociais desfavorecidos

Fortalecer a base económica regional

*** Promoção do potencial de desenvolvimento regional**

Desenvolvimento rural e local

Incentivos regionais

Acções específicas de reequilíbrio

*** Norte**

*** Centro**

*** Lisboa e Vale do Tejo**

*** Alentejo**

*** Algarve**

*** Açores**

*** Madeira**

*** Apoio ao investimento autárquico**

Conclusões

Os grandes eixos que suportaram a realização desta dissertação foram a análise da evolução do sistema produtivo português em termos de autonomia e coesão interna, tentando identificar as principais mutações, a nível do padrão de especialização, do papel do investimento estrangeiro e da inserção na economia internacional.

A coincidência dos eficazes resultados obtidos face aos objectivos delineados do 2º Programa de Ajustamento Estrutural, sob o patrocínio do FMI, (redução do défice da BTC e do endividamento externo) e da conjuntura internacional favorável foi fundamental para, no limiar da adesão comunitária, Portugal encontrar as melhores condições, na esfera macroeconómica, para encetar o verdadeiro desafio que colocava a adesão: a reestruturação do sistema produtivo, tendo em vista a valorização do papel da economia portuguesa no Mundo e, concretamente, o posicionamento competitivo das empresas nacionais.

Estes desafios mereciam algum apoio dos parceiros comunitários: o acesso a substanciais fundos comunitários tornou possível a implementação de mudanças estruturais. O acordo de adesão, assinado em Junho de 1985, incluía o designado Protocolo 21 que permitia dar corpo ao PEDIP, uma vez que são "necessárias ajudas compatíveis com as regras da concorrência".

A questão da atenuação das assimetrias regionais tem subjacente os pressupostos teóricos de que o desenvolvimento é desigual no espaço, que a difusão assenta em pólos e tendem a existir relações preferenciais entre os pólos e as zonas abrangentes.

A teoria da dominação de **Perroux** sustenta que as indústrias propulsoras e a existência de eficientes esquemas de propagação dos efeitos favoráveis são a base do desenvolvimento industrial sustentado.

Há alguns fortes argumentos que requerem uma atenção particular às estruturas regionais da economia:

1. As disparidades regionais criam problemas sócio-políticos;
2. As economias nacionais são o resultado de economias regionais que variam fortemente em termos do grau de integração entre elas. As regiões são uma parte integrante da estrutura económica nacional, pelo que os sistemas económicos nacionais não podem ser compreendidos nem políticas efectivas podem ser formuladas ou planos elaborados sem compreender a estrutura regional;
3. O crescimento acelerado de uma economia nacional como um todo implica que se ataquem os problemas de regiões retardadas.

" O pólo de crescimento é definido como tendo a capacidade de induzir noutro conjunto; o pólo de desenvolvimento é um conjunto que tem a capacidade de engendrar uma dialéctica das estruturas económicas e sociais da economia cujo efeito é aumentar a

complexidade do conjunto e expandir os proveitos multidimensionais"¹ e um dos elementos fundamentais são os programas de transportes e comunicações. "Eles estabelecem ligações entre os pólos existentes; em certas circunstâncias as infraestruturas de transporte são o eixo do desenvolvimento"²

De acordo com esta corrente teórica, os efeitos dos pólos de desenvolvimento influenciam a produção, o investimento, o rendimento e a balança de pagamentos.

O foco de Perroux aponta para a posição da empresa na economia internacional. São dois os aspectos essenciais da discussão em torno dos pólos de desenvolvimento: a relação backward: rácio dos inputs intermédios adquiridos em relação ao total da produção; relação forward (linkage): rácio da procura interindustrial em relação à procura total.

Segundo Perroux, a firma propulsiva desempenha o papel chave no desenvolvimento na medida em que tem um efeito propulsivo enquanto as outras firmas experimentarão o crescimento se reagirem à empresa propulsiva. O problema surge na determinação de quais as indústrias que serão propulsivas.

Por seu lado, **Hirshman** sustenta que as desigualdades interregionais são condição do próprio crescimento e o problema reside na transmissão desse mesmo crescimento. De acordo com este autor, os efeitos de difusão — *trickling-down* — são mais fortes de que os efeitos de polarização — *polarized effects*. **Myrdal** é mais negativo, defendendo que o mecanismo cumulativo do crescimento envolve efeitos de sucção — *backwash effects* — e efeitos de difusão — *spread effects*, sendo que os primeiros são maiores do que os segundos.

Os planos de desenvolvimento regional têm precisamente em conta estes condicionamentos, apresentando por características básicas o constituir um instrumento orientador/enquadrador dos próprios programas e projectos submetidos a concurso do FEDER, o representar uma política de organização de infraestruturas e actividades no espaço e o apostar numa programação a médio prazo.

Impunha-se, assim, no âmbito desta dissertação proceder a uma segunda análise — a nível sectorial/regional —, no sentido de verificar quais os sectores estratégicos emergentes do choque imposto pela integração num espaço de 350 milhões de consumidores, num mercado único catalisador da progressiva liberalização que coloca novos comportamentos empresariais no sentido de valorizar a gestão de recursos humanos e naturais, a qualidade e inovação dos produtos e coloca problemas de assimetrias regionais e sectoriais só possíveis de ultrapassar pela articulação e coordenação nacionais e supra-nacionais no sentido de não perpetuar uma Europa a várias velocidades.

¹ Perroux, François, "The pole of development's new place in a general theory of economic activity", in "Regional Economic Development", editado Higgins e Savoie, 1988, pg. 42

² Perroux, François, "The pole of development's new place in a general theory of economic activity", in "Regional Economic Development", editado Higgins e Savoie, 1988, pg. 54

A hipótese central desta dissertação era provar que a economia portuguesa tende a reforçar a sua condição de economia virada para a produção de bens de consumo e, já no período pós-adesão, de alguns bens intermédios, alimentada por um síndrome da subsidiação, com um aparelho produtivo averso à mudança, o que converge para uma situação de dependência em relação à evolução das economias externas.

Na verdade, Portugal apresentava-se, em 1986, com fortes debilidades estruturais a nível dos sectores de matérias primas e de bens de equipamento, assentando a sua competitividade em sectores trabalho-intensivo, beneficiando do baixo custo do factor trabalho.

O contexto estratégico em que ocorreram as primeiras fases de desenvolvimento industrial da economia portuguesa era o da sociedade fechada, com efectivas protecções alfandegárias. Além disso há que ter em conta o forte grau de intervencionismo político que condicionou esse desenvolvimento, quer fosse traduzido num intervencionismo directo do Estado na economia ou reflectido nas decisões políticas que pretendiam regular as relações económicas numa perspectiva interna. Este contexto estratégico não foi substancialmente alterado com as mudanças políticas da década de 70: houve alterações significativas no sistema de agentes económicos, nos seus graus de organização e da capacidade de racionalidade da decisão económica, nas relações económicas.

Um dos efeitos indiscutíveis da adesão às CE foi o **reforço da abertura comercial**. O ritmo decréscimo das componentes do comércio foi, no entanto, diferenciado. As exportações portuguesas destinadas à CE não aumentaram tanto como as importações provenientes dos parceiros comunitários. Em consequência, o défice comercial com a CE tem aumentado. Sendo um facto estrutural importante no âmbito do desafio de internacionalização que se coloca à economia portuguesa, o **reforço da abertura comercial não provocou grandes alterações no perfil de especialização internacional**. Os sectores tradicionalmente vocacionados para o exterior mantiveram alguma hegemonia na estrutura das exportações, apesar de se denotar algum dinamismo na produção de bens intermédios, como o material eléctrico e de transporte. A grande carência do sistema produtivo português continua a ser a produção de bens de equipamento, o que, por um lado, reforça a dependência das importações e, por outro, adia a necessária reconversão e maior articulação entre as várias indústrias.

Numa economia onde a estrutura de investimento reflecte uma redução do investimento em equipamento em sectores onde seria de esperar uma reestruturação no sentido de transformar métodos de produção e formas de gestão para melhorar a produtividade — como os têxteis, química, agro-alimentar — o financiamento do investimento é fundamental.

A utilização dos apoios financeiros provenientes do orçamento comunitário privilegiavam a expansão e a substituição.

Um das alterações visíveis na estrutura da economia portuguesa foi o papel desempenhado pelo **investimento estrangeiro**. O IDE assumiu um papel crescente na economia portuguesa, em especial entre 1987 e 1991. As empresas com capital estrangeiro apresentam um peso crescente na economia os investimentos estrangeiros são particularmente afectos ao sector dos serviços, nomeadamente os financeiro e imobiliário face a um declínio do peso da indústria transformadora nos destinos do IDE:

A economia portuguesa, oito anos depois de aderir às Comunidades Europeias, mantém alguns problemas estruturais que dificultam a redução do atraso de desenvolvimento em relação aos parceiros europeus. Entre eles, destacam-se:

A insuficiência de **recursos humanos qualificados**, capital que corresponde a um dos pilares da adaptação às novas exigências dos mercados internacionais. O modelo, e a subsequente imagem, de Portugal enquanto detentor de vantagens assentes no baixo custo do factor trabalho terá de ser ultrapassado, quanto mais não seja por que essa vantagem já não é competitiva face aos países de baixos salários do Sudeste asiático;

A **estrutura produtiva** revela um peso significativo dos sectores orientados para mercados saturados e em que concorrem os países com baixos salários. As exportações tendem a concentrar-se nos mercados comunitários onde a concorrência é intensa e em sectores cuja procura tende a apresentar um crescimento lento; As empresas portuguesas não dominam factores dinâmicos de competitividade, indispensáveis à capacidade de inovação e flexibilização dos processos de produção e formas de gestão.

Os investimentos efectuados no desenvolvimento das **infraestruturas de transportes e comunicações** não sanaram totalmente os problemas de acessibilidade que dificultam a melhor articulação produtiva do país e, sobretudo, a sua melhor integração no espaço internacional. Há a necessidade de aperfeiçoar os acessos externos, minorando o efeito da localização geográfica, periférica em relação ao centro da Europa, e com a adopção de sistemas de transportes e comunicações que reduzam as dificuldades de acesso ao interior e às regiões autónomas, bem como o acesso, tendente ao colapso, às grandes áreas urbanas.

Os serviços elementares para a qualidade de vida, como a **saúde e o ambiente** mantêm fortes carências, especialmente com a ainda pouca sensibilização por parte das empresas para a adopção de processos de produção e inovação de produtos que atendam ao ambiente.

A reorganização da estrutura produtiva, ainda longe de atingida, processar-se-á a diferentes níveis de diferenciado impacte estruturante. Os três pilares da modernização da economia portuguesa são o sistema financeiro, o sistema de distribuição e comercialização e, objecto nuclear desta dissertação, o sistema produtivo.

Alterar os factores de competitividade da economia portuguesa implica, acima de tudo, um processo de mudança de mentalidades e de concepções. A deslocação da ênfase de uma lógica de curto prazo para uma lógica de longo prazo, que possibilite a concretização de planeamento estratégico que atente na I&D, na articulação do processo de produção com os circuitos de comercialização e destes com a fase prévia de concepção e *design*, na qualidade e na capacidade de dotar as estruturas organizacionais da flexibilidade necessária a uma rápida reacção às alterações no comportamento da procura é irreversível e indispensável para consubstanciar a **convergência estrutural**.

Perdoar-me-ão a nostalgia literária mas, indubitavelmente o autor do "Retrato de Dorian Gray" tinha razão. **"O progresso não é senão a realização de utopias"**.

Lisboa, 27 de Junho de 1995

Lista de Quadros

1.1 As origens do produto industrial	15
1.2 Taxas de variação dos principais agregados 1976-1989	21
1.3 Taxas de variação dos principais agregados 1980-1982	24
1.4 Taxas de variação dos principais agregados 1983-1985	26
1.5 Índice de preços das exportações	28
1.6 Índice em volume das exportações	28
1.7 Índice em volume da procura externa	29
1.8 Competitividade-preço	30
1.9 Competitividade-volume	31
1.10 Rentabilidade das exportações	32
Programa de estabilização económica 1978-1979	34
Programa de estabilização económica 1983-1984	35
2.1 Evolução da indústria e construção	37
2.2 Evolução dos serviços	37
2.3 Evolução da população activa, por sectores	38
2.4 Evolução da produção industrial	39
2.5 Evolução das exportações	39
3.1 Evolução do PIB	44
3.2 Evolução do Consumo	45
3.3 Evolução da FBCF	46
3.4 Evolução da procura interna	47
3.5 Evolução das exportações	48
3.6 Evolução das importações	48
3.7 Evolução da balança comercial e cobertura das exportações	50
3.8 Evolução do comércio externo	52
3.9 Produção bruta por sectores, a preços correntes	60
3.10 Produção bruta por sectores, a preços de 1985	60
3.11 Produção bruta por sectores, em percentagem	60
3.12 Taxa de crescimento da produção	61
3.13 Exportações por sectores a preços correntes	61
3.14 Exportações por sectores a preços de 1985	62
3.15 Importações por sectores a preços de 1985	62
3.16 Taxa de crescimento das exportações	62
3.17 Exportações em percentagem por sectores	63
3.18 Indústria transformadora FBCF total	64
3.19 FBCF por sectores a preços correntes	64
3.20 FBCF por sectores em percentagem	65
3.21 VAB a custo de factores a preços correntes	66
3.22 VAB a custo de factores em percentagem	66
3.23 VAB a preços de mercado a preços correntes	67
3.24 VAB a preços de mercado em percentagem	67
3.25 VAB índices em volume, 1985 ano base	68
Estratégias empresariais baseadas no baixo custo de factores	70
4.1 Entrada de capitais nos países da OCDE	73
4.2 IDE: quotas dos países da OCDE na entrada de capitais estrangeiros	73
4.3 Taxas de crescimento do IDE nos países da OCDE	74
4.4 IDE declarado e realizado	75
4.5 IDE por sector de actividade em valor	78
4.6 IDE por sector de actividade em percentagem	79
4.7 IDE origem dos capitais	84
4.8 IDE por sectores em valor	84
4.9 IDE por sectores em percentagem	85
4.10 IDE por tipo de operação em valor	86
4.11 IDE por tipo de operação em percentagem	86
4.12 Evolução do nº empresas com capital estrangeiro	88
4.13 Critério 2: VBP	89
4.14 Critério 3: VAB	90
4.15 Critério 4: emprego	90
4.16 IDE acumulado	93
4.17 Contratos de investimento	93
4.18 IDE acumulado por sectores	94

4.19 IDE por tipo de operação	95
4.20 FBCF, estrutura do investimento	95
4.21 Financiamento do investimento	95
4.22 Objectivos do investimento 1990-92	95
4.23 Evolução do IDE, preços correntes	96
4.24 Penetração do IDE na economia nacional	96
4.2.5 Penetração do IDE na economia comunitária	96
5.1 Os factores de competitividade	98
5.2 Quotas do comércio intraindustrial no comércio intracomunitário	99
5.3 Quotas de exportação de cluster competitivo	100
5.4 N ^o empresas, emprego e dimensão média	103
5.5 Taxas de crescimento PIB, emprego e n ^o empresas	104
5.6 Taxas de crescimento por sectores n ^o empresas e emprego	104
5.7 Taxas de crescimento emprego e empresas	105
5.8 Variação da dimensão das empresas em percentagem do total por sectores	106
5.9 Estrutura empresarial por sectores	106
5.10 Estrutura regional	106
5.11 Distribuição geográfica das empresas	107
5.12 Estrutura das empresas por volume de negócios	108
5.13 Estrutura das empresas por volume de negócios e por sectores	108
5.14 Empresas industriais por volume de vendas	109
5.15 Empresas industriais por volume de vendas, em percentagem por sector	109
5.16 Investimento português no estrangeiro	112
5.17 Taxa de crescimento do investimento no exterior	112
5.18 Investimento no exterior por tipo de operação	113
5.19 Investimento no exterior por sectores	114
5.20 Investimento no exterior por zona de destino	114
5.21 Variação da produtividade em relação ao ano anterior	117
5.22 Fluxos financeiros entre a CE e Portugal	117
5.23 Despesa bruta em I&D, em percentagem do PIB	118
5.24 Peso da indústria nas despesas de I&D	119
5.25 Linhas de acção para a C&T	119
5.26 Projectos aprovados por sectores e regiões FEDER	120
5.27 Projectos aprovados por sectores e regiões FEDER, em percentagem	121
5.28 Investimento e despesas de desenvolvimento	121
5.29 Despesas com a educação	122
5.30 Formação profissional, áreas de actuação	123

BIBLIOGRAFIA

- Amaral, João Ferreira "O impacto dos fundos estruturais no crescimento, na balança de pagamentos, no emprego e produtividade e nas finanças públicas", in "A economia portuguesa face à CEE: um balanço de um ano de integração", edição do Cisep-Livros Horizonte, 1988
- Amaral, João Ferreira; Lucena, Diogo e Mello, António Sampaio, "The portuguese economy towards 1992", edição da Kluwer Academic Publishers, 1992
- CEPII, "L'économie mondiale 1994", 1994
- Confraria, João e Monteiro, Manuel Leite, "Industrialização e desindustrialização: aspectos descritivos da transformação da estrutura de produção em Portugal, durante o século XX" Universidade Católica Portuguesa- Departamento de Economia Estudo nº117, 1988
- Corkill, David "The portuguese economy since 1974", Edinburgh University Press, 1993
- Courakis, Anthony e Roque, Maria de Fátima, "Supply determinants in the pattern and evolution of Portugal's trade in manufactures", in Nova Economia em Portugal, estudo de homenagem a António Pinto Barbosa, direcção de Alfredo de Sousa, UNVL, 1989
- Cravinho, João "production function to portuguese manufacturing: a preliminary cross-study", Centro de estudos de Planeamento, 1971
- Economist, The "Portugal: The discovery of Europe", Maio de 1988

Freitas, Vera e Rocha, Edgar "A especialização da economia portuguesa- tendências e perspectivas O investimento na indústria transformadora", Ministério da Indústria e Energia Gabinete de Estudos e Planeamento, Outubro de 1992

Higgins, Benjamin e Savoie, Donald "Regional Economic Development- Essays in honour of François Perroux", 1988

IAPMEI, "Estrutura empresarial portuguesa: 1991", 1992

Kuznets, Simon "Postwar economic growth", 1965

Kuznets, Simon "Economic growth of nations: total output and production structure", Cambridge, The Beknap Press, Harvard University Press, 1971

Lains, Pedro "O Estado e a industrialização em Portugal", in *Análise Social* nº 128, 4ª série vol. XXIX 1994, 4º

Lains, Pedro "Os impasses do desenvolvimento em Portugal", in *Portugal Contemporâneo*, direcção de António Reis, vol. II, págs 147-164, Alfa, 1990

Lains, Pedro "A economia portuguesa no século XIX", Impensa Ncional Casa da Moeda, 1995

Leão, Emanuel Reis "Das transformações revolucionárias à dinâmica europeia", in *Portugal Contemporâneo*, direcção de António Reis, Portugal Conteporâneo, seis volumes, Alfa, 1990

Lopes, Ernâni "O desafio dos anos 90", editorial Presença, 1989

Macedo, Jorge B.; Corado, Cristina; Porto, Manuel Lopes "The timing and sequencing of trade liberalization policies: Portugal 1948-1986", Working Paper nº 114, Faculdade de Rconomia da Universidade Nova de Lisboa, Abril 1988

Faculdade de Rconomia da Universidade Nova de Lisboa

- Ministério da Indústria e Energia, "Plano Energético Nacional da Indústria Portuguesa: Cenários 1988-2000", Março de 1989
- Monitor Company, "A competitividade de Portugal: desenvolver a auto-confiança", Julho de 1993
- Monitor Company, sob a direcção de Michael Porter, "Construir as vantagens competitivas de Portugal", edição Forum para a Competitividade, 1994
- Moura, Francisco Pereira, "Por onde vai a economia portuguesa", edição da Seara Nova, 1973
- Neves, João César das "O crescimento económico português", in *Análise Social* nº 128, 4ª série vol. XXIX 1994, 4º
- Perroux, François "The pole of development newplace in a general theory os economic activity", in *Regional Economic Development*, pgs- 48-67, 1988
- Perroux, François "Peregrinations of an economist and the choice of his route", in *Regional Economic Development*, pgs- 77-90, 1988
- PDR "Plano de Desenvolvimento Regional", Ministério do Planeamento, 1994
- Porter, Michael "The competitive advantage of nations", MacMillan Press, 1990
- Romão, António "Integration economique europeenne et systems productifs nationaux: le cais portugais", tese de doutoramento, 1981
- Romão, António "Portugal face à CEE: uma avaliação global do processo de integração económica: 1960-80/2", Livros Horizonte, 1983

Romão, António "O comércio externo português", Doc. Trabalho 2/91, CEDIN/ISEG, 1991

Romão, António " A competitividade europeia" Doc. Trabalho 4/93, CEDIN/ISEG, 1993

Roque, Fátima Moura; Fontoura, Paula e Barros, Pedro "Teorias do comércio internacional e padrão de especialização da indústria transformadora portuguesa: 1973-82", Working paper nº 136, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Dezembro de 1989

Saenz, Gonzalo Buruaga "Efectos de la adhesion a la CEE sobre los sectores industriales y las regiones de Espana y Portugal", edição Banco Exterior de Espana, 1988

SINPEDIP, Banco Fomento Exterior D.L 483-D/88, de 28 de Dezembro

Vários, sob a direcção de António Reis, Portugal Contemporâneo, seis volumes, Alfa, 1990

Vários, direcção de Alfredo Sousa, "Nova Economia Portuguesa: estudos de homenagem a António Manuel Pinto Barbosa", Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 1989

Vários, direcção de Augusto Mateus, "Cenários para o desenvolvimento no século XXI", 1995

Vários, "A economia portuguesa face à CEE: um balanço de um ano de integração", edição do Cisep-Livros Horizonte, 1988

ÍNDICE

Introdução	1
Primeira Parte	
Capítulo 1: O caminho da Economia Portuguesa até 1985	14
1.1 Os marcos da industrialização I: 1950 a 1973	14
1.2 Os marcos da industrialização II: 1974 a 1985	18
Capítulo 2: Os estrangulamentos estruturais do sistema produtivo português	36
2.1 A especialização produtiva	36
2.1.1 A ascensão dos serviços	37
2.1.2 A estrutura industrial	38
2.2 Um sistema produtivo dualista	40
Segunda Parte	
Introdução	42
Capítulo 3: O reforço da abertura externa e manutenção do perfil de especialização	44
3.1 O enquadramento macroeconómico	44
3.2 As mudanças na estrutura do comércio externo	49
3.2.1 Maior abertura, maior défice	50
3.2.2 A concentração do comércio na Comunidade	51
3.2.3 Novos pólos de especialização?	53
3.3 Os reflexos do perfil de especialização no posicionamento competitivo da economia portuguesa	54
3.3.1 A fileira têxtil	55
3.3.2 A fileira florestal	57
3.3.3 Alimentação, bebidas e tabaco	57
3.3.4 Papel	57
3.3.5 Química	58
3.3.6 Minerais não metálicos	58
3.4 A dinâmica interna face ao desafio da internacionalização	58
3.4.1 Indústria portuguesa: Oito anos, dois ciclos	59
3.4.2 O "síndrome do VAB"	65
Capítulo 4: A importância do Investimento Estrangeiro em Portugal	71
4.1 Tendências no investimento directo internacional	71
4.2 Evolução do IDE em Portugal	74
4.2.1 Alguns contributos teóricos sobre o comportamento e impacto do IDE	75
4.2.2 As condições objectivas da economia portuguesa face ao IDE	76
4.2.3 O impacto do IDE entre 1986 e 1991	78
4.2.4 Peso do IDE no PIB e na FBCF	81
4.2.4.1 A estrutura da FBCF e o contributo do IDE	82
4.2.4.2 Origem dos capitais	83
4.2.4.3 Afectação sectorial	84
4.2.4.4 Tipos de operação	85
4.2.4.5 Distribuição regional	87
4.2.5 Critérios de avaliação da importância do IDE em Portugal	87
4.2.5.1 Critério 1: empresas	87
4.2.5.2 Critério 2: valor bruto de produção	89
4.2.5.3 Critério 3: valor acrescentado bruto	89
4.2.5.4 Critério 4: emprego	90
Capítulo 5: Garantir uma convergência estrutural	97
5.1 O conceito de competitividade	97
5.1.1 Diversidade teórica	97
5.1.2 Os determinantes da competitividade	100
5.2 Discutir a competitividade de Portugal	102
5.2.1 Pilar 1- As estruturas empresariais	102
5.2.2 É urgente a internacionalização das empresas portuguesas	110
5.2.2.1 Os instrumentos de internacionalização	112
5.2.3 Pilar 2: As políticas públicas	115

Conclusões
Lista de quadros
Bibliografia
Índice

5.2.3.1 A política de Ciência e Tecnologia	118
5.2.3.2 A política regional	120
5.2.3.3 A política de recursos humanos	122
	125
	130
	132
	135